



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE ESTADO E EDUCAÇÃO

**GRUPO ESPECIALIZADO DE PRODUTORES DE ABACAXI DO MUNICÍPIO DE  
CRUZEIRO DO OESTE: O CARÁTER FORMATIVO-PEDAGÓGICO DAS  
RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE 2004 e 2015**

**PEDRO LUIZ MOREIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francis Mary Guimarães Nogueira

**CASCADEL, PR  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M838g

Moreira, Pedro Luiz

Grupo especializado de produtores de abacaxi do Município de Cruzeiro do Oeste: o caráter formativo-pedagógico das relações de trabalho entre 2004 e 2015. / Pedro Luiz Moreira.— Cascavel, 2016.

142 p.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Francis Mary Guimarães Nogueira  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
Campus de Cascavel, 2016  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

1. Produtores associados. 2. Trabalho e educação. 3. Autogestão.  
I. Nogueira, Francis Mary Guimarães. II. Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 370.19342

331

CIP – NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9ª/965

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE CAMPUS CASCAVEL

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**GRUPO ESPECIALIZADO DE PRODUTORES DE ABACAXI DO MUNICÍPIO DE  
CRUZEIRO DO OESTE:  
O CARÁTER FORMATIVO-PEDAGÓGICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE  
2005 E 2015**

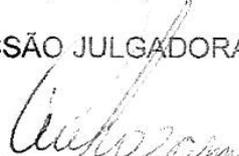
**Autor:** Pedro Luiz Moreira

**Orientadora:** Francis Mary Guimarães Nogueira

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por *Pedro Luiz Moreira* aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Educação.  
Data: 08/03/2016

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(orientador)

COMISSÃO JULGADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ademir Quintilio Lazarini

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Liliam Faria Porto Borges

Dedico esta pesquisa aos membros do Grupo Especializado de Abacaxi, pessoas as quais o privilégio do convívio me estimula e motiva ao trabalho.

## **Agradecimentos**

Agradeço a UNIOESTE, pelo acolhimento, estendendo o agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Educação que me permitiu a realização desta pesquisa.

Agradeço também a professora Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira, além das orientações, por ter acreditado que este trabalho poderia ser realizado. Estendo o agradecimento à professora Dra. Liliam Farias Porto pelas contribuições, e ao professor Dr. Ademir Quintílio Lazarini pelas contribuições ao presente trabalho e interlocuções de longa data.

Agradeço ainda os membros do Grupo Especializado de Abacaxi, por manterem-se sempre abertos ao dialogo e por toda cooperação que permitiu a realização deste trabalho.

Agradecimento aos filhos Pedro Henrique e Lorenzo Joaquim por aceitarem, muitas vezes mesmo sem compreenderem o motivo da ausência. E em especial a Rosangela companheira e cúmplice, que em última instância arcou com o ônus da empreitada no seu conjunto.

*“de cada um segundo suas capacidades, a cada  
um segundo suas necessidades”*

*Karl Marx*

MOREIRA, Pedro Luiz. **GRUPO ESPECIALIZADO DE PRODUTORES DE ABACAXI DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE: O CARÁTER FORMATIVO-PEDAGÓGICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE 2004 e 2015**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2016.

## RESUMO

As contradições do modo de produção capitalista se objetivam nas mais variadas formas de desigualdade social. Estas têm colocado cada vez mais em evidência as limitações do sistema para promover o desenvolvimento da humanidade. Portanto, o desenvolvimento humano depende da transformação das relações sociais de produção. Para a transformação das relações sociais de produção o papel da educação é o de desalienação. Nesta perspectiva, além da educação formal, também é importante aquela que acontece nos espaços não-formais, destacando os processos formativos que ocorre nos espaços de trabalho dos trabalhadores. Isso posto, o que se busca saber é se as relações de trabalho que ocorrem no GEA (Grupo Especializado de Abacaxi) constituem-se em possibilidade de se estabelecer novas relação sociais que apontem para superação das contradições do sistema capitalista? O objetivo geral da pesquisa é analisar o caráter formativo-pedagógico das relações de trabalho do GEA, de Cruzeiro do Oeste. O percurso desta análise desdobra-se em quatro objetivos específicos; 1) apresentar sumariamente a emergência da formação social do capitalismo e as relações de trabalho no Brasil; 2) analisar o contexto macroeconômico e suas implicações no Brasil, quando foi criado o GEA; 3) discutir aspectos da relação entre trabalho e educação tomando como referência o contexto do modo de produção capitalista; e 4) sistematizar os conhecimentos do caráter formativo-pedagógico das relações de trabalho e produção que ocorre no GEA. Partimos da hipótese de que as relações de trabalho que lá ocorrem são constituídas de elementos que contribuem para a emancipação dos trabalhadores. O primeiro capítulo apresenta sumariamente a emergência do modelo capitalista e seu impacto nas relações de trabalho no Brasil. No segundo é feita a análise da forma como se deu, a inserção do capital internacional no desenvolvimento da economia do país e a forma como isso se constitui em condicionantes da criação do GEA no município de Cruzeiro do Oeste, Paraná. O terceiro aborda a relação entre trabalho e educação marcada pelas contradições internas das relações de produção capitalista. O quarto apresenta o Regimento Interno do GEA e o desenvolvimento de algumas de suas atividades essenciais, como divisão, planejamento e execução do trabalho. Os resultados da pesquisa permite dizer que as práticas de trabalho no GEA, possuem relevância significativa para a formação dos seus membros no sentido de superar a visão do senso comum. Sinalizam para uma forma de conceber as relações de trabalho que se alinham a perspectiva socialista. De acordo com as discussões apresentadas o trabalho no GEA destaca-se por três aspectos de significativa importância para classe trabalhadora. O primeiro diz respeito ao fato de que tem garantido a sobrevivência dos trabalhadores com relativa autonomia. A segunda, que são práticas que contribuem para a formação de um trabalhador que participa na tomada de decisões coletivas referentes aos processos econômicos e de organização do trabalho. E terceiro, contribui para formação de um trabalhador que possui um conhecimento menos fragmentado sobre seu trabalho e sua produção, visto que tanto o trabalho material quanto o intelectual é realizado por todos os trabalhadores.

**Palavras Chaves:** Produtores Associados; Trabalho e Educação; Autogestão.

MOREIRA, Pedro Luiz. **SPECIALIZED GROUP OF PINEAPPLE PRODUCERS IN CRUZEIRO DO OESTE: THE FORMATION-PEDAGOGICAL CHARACTER OF LABOR RELATIONS FROM 2004 TO 2015.** 142 P. Master Thesis Dissertation (Education). Programa Stricto Sensu post-grad in Education. Field: Society, State and Education, Research Field: Education, Social Policies and State, West Parana State University – UNIOESTE, Cascavel, 2016.

## ABSTRACT

The contradictions of the capitalist mode of production get evident in the most varied forms of social inequality. Those, by their turn, have put into more evidence the system limitations to promote mankind's development. Therefore, the overcoming of obstacles that hinder or limit human development depends on the transformation of production social relations. For the transformation of social relations of production it is essential the role of education, with a view to the continuous development of Socialist awareness. According to this perspective, beyond formal education, it is also important non-formal education which occurs in non-formal space, highlighting formative processes that happen in work spaces. Thus, what is inquired is whether work relations which occurs in the GEA (Pineapple Specialized Group) are a possibility of establishing new social relations which could point to the overcoming of capitalist contradictions? The overall objective of the research is to analyze the pedagogical-formative of work relations in the "Pineapple Specialized Group", in the northwest region of the Paraná state, in the city Cruzeiro do Oeste. This analysis track unfolds in four specific objectives; 1) summarize the emergence of capitalist social formation and work relations in Brazil; 2) analyze the macroeconomical context and its implications for Brazil, when the PSG was created; 3) discuss aspects of the relation between work and education using the capitalist production mode as a reference; and 4) systematize the knowledge of pedagogical-formative character in work relations that occur in PSG. We set out the hypothesis that the working relationships that occur in the PSG, points to the possibility of overcoming both the division between manual and intellectual work, as the exercise of power verticality, in the work relation. The methodological path indicated the need of Division of labour in four chapters thus formed: first briefly presents the emergence of capitalist social formation model and its impact on labor relations in Brazil. In the second analysis is about how it happened, within the context of development of capitalism, the insertion of international capital in the development of the economy of the country and the way it is in conditions of the creation of the PSG in the municipality of Cruzeiro do Oeste, Paraná northwestern region. The third chapter makes an approach on the relationship between work and education marked by internal contradictions of capitalist relations of production. In the fourth chapter is made a presentation of the internal regulations regulating labour relations in the PSG, as well as the development of some of its core activities, such as Division, planning and work execution. The results presented in the research allow us to say that the elements that constitute working practices in the PSG, have significant relevance for the training of its members in order to overcome common sense views. They point for a way of conceiving labor relationships that align to the Socialist perspective. According to discussions presented, work at the PSG is distinguished by three significant aspects of importance for the working class. The first relates to the fact that has ensured the survival of workers with relative autonomy. The second, such practices contribute to the formation of a worker who participates in making collective decisions concerning economic processes and work organization. And third, it contributes to the formation of a worker who has a less fragmented knowledge about their work and their output, since that both intellectual and manual work is performed by all workers.

**Key Words: Associated Producers; Work and Education; Self-management**

### **Lista de ilustrações**

Figura 1 – Mapa da colonização da Região de Umuarama – p.60

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1- Evolução do processo de urbanização do Município de Cruzeiro do Oeste  
– p.69

Tabela 2 - Urbanização do município de Cruzeiro do Oeste até o ano de 2010 – p.69

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO I – EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO: AS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E OS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO BRASILEIRO .....	19
1 APRESENTAÇÃO .....	19
1.1 Emergência do capitalismo.....	22
1.1.1 O capitalismo na fase concorrencial.....	28
1.1.2 O capitalismo na fase imperialista .....	30
1.1.3 A fase do “Capitalismo Tardio” .....	34
1.1.4 Capitalismo dependente.....	35
1.1.5 A crise do capital: reestruturação produtiva e reforma do Estado .	37
1.2 Emergência do capitalismo no Brasil.....	42
1.2.1 A industrialização como consequência do desenvolvimento da cafeicultura .....	46
1.2.2 A crise de 1929 como possibilidade de fortalecimento da economia nacional .....	48
1.2.3 A industrialização pela via do capital internacional .....	51
1.2.4 Os desdobramentos da reestruturação produtiva e da reforma do Estado Brasileiro.....	54
CAPÍTULO II – O GRUPO ESPECIALIZADO DE ABACAXI: RELAÇÃO COM O CONTEXTO MACROECONÔMICO E IMPLICAÇÕES NO BRASIL, NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE .....	60
2 APRESENTAÇÃO .....	60
2.1 O impacto do desenvolvimento do capitalismo nas relações de produção e do trabalho no campo: Brasil, Paraná e Cruzeiro do Oeste.....	61
2.2 Formas de distribuição e posse da terra na Região Noroeste do Paraná	63
2.3 A modernização da agricultura: impacto sobre as relações de produção e trabalho na Região Noroeste do Paraná .....	69
2.4 As determinações do contexto macroeconômico sobre o desenvolvimento econômico do município de Cruzeiro do Oeste a partir de sua emancipação política .....	72

CAPÍTULO III – A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO E O “GRUPO ESPECIALIZADO DE ABACAXI” .....	79
3 APRESENTAÇÃO .....	79
3.1 Relações sociais de produção capitalista: apresentação sumária de suas contradições internas.....	81
3.2 Novo metabolismo social: controle da produção pelos produtores associados.....	85
3.3 Produtores associados: autogestão e emancipação do trabalhador .....	90
3.4 A relação entre trabalho e educação .....	91
3.5 Educação Formal e Não Formal: possibilidade de desenvolvimento contínuo da consciência socialista .....	96
3.5.1 Aspectos sumários da pedagogia socialista.....	99
CAPÍTULO IV – O CARÁTER FORMATIVO-PEDAGÓGICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO DO GRUPO ESPECIALIZADO DO ABACAXI - GEA.	102
4 APRESENTAÇÃO .....	102
4.1 Os caminhos da economia socialista pela via da Economia Solidária ...	103
4.2 Histórico do Grupo Especializado de Abacaxi - GEA .....	108
4.3 Análise do Regimento Interno do Grupo Especializado em Abacaxi – GEA .....	116
4.4 As relações de trabalho no Grupo Especializado de Abacaxi - GEA.....	121
4.5 Trabalho e educação nas relações do Grupo Especializado de Abacaxi – GEA .....	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	130
6 REFERÊNCIAS.....	137
Apêndice .....	141
Anexo 1 .....	142

## INTRODUÇÃO

Minha inserção nos estudos na área da educação se deu no ano de 2001 ao ingressar no curso de pedagogia<sup>1</sup>. A carreira profissional na educação teve início em 2005, no cargo de professor pedagogo do quadro próprio do magistério do estado do Paraná. A primeira experiência foi no Colégio Agrícola Estadual de Umuarama. De lá para cá minha atuação sempre esteve vinculada à educação profissional. A partir do ano de 2009 deixo o Colégio Agrícola e começo a trabalhar no Profucionário<sup>2</sup> (Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores), e no curso de Formação de Docentes, na Modalidade Normal em nível médio, no Colégio Estadual Bento Mossurunga e Colégio Estadual Anchieta, este último ao qual estou vinculado profissionalmente na atualidade (2015). Foram nestes anos, nos quais estive imerso nos problemas da educação profissional, que se favoreceu a constituição de um processo de tomada de consciência dos problemas da educação e do trabalho.

Antes de ingressar na carreira profissional educativa, sempre me preocupei com a questão da relação entre educação e trabalho<sup>3</sup>. As experiências nestes

---

<sup>1</sup> Tomado pela urgência de suprir as necessidades mais imediatas o senso comum me fazia crer que por meio do conhecimento escolar todo trabalhador conseguiria ascender socialmente e libertar-se de sua condição, inclusive adquirindo autonomia propiciada pelo conhecimento escolar-profissional. Foi a fé nesses valores que me conduziram no ensino médio ao curso técnico em contabilidade, técnico em informática e quando as condições materiais o assim permitiu, a prestar um concurso vestibular, – não o que queria e sim o que eu podia, dada a condição de trabalhador-operário, – para o curso de pedagogia noturno na UEM – CRC (Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Cianorte). Foi durante o período da graduação que os valores que tinha sobre educação foram postos a prova, muita coisa ruiu, outras se solidificaram. A ideologia da educação, como sendo capaz de resolver os problemas sociais, logo veio por terra. Por outro lado, comecei a entender como a articulação das condições objetivas com o conhecimento constitui-se na base para emancipação dos sujeitos, o que só é plenamente possível com a transformação das relações social de produção.

<sup>2</sup> O Profucionário é um programa que visa a formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola. A formação em nível técnico de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira. O Decreto 7.415 de 30 de dezembro de 2010 institui a política nacional de formação dos profissionais da educação básica e dispõe sobre a formação inicial em serviço dos funcionários da escola. Entre seus objetivos fundamentais, está a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico proporcionados pelo Profucionário. (Profucionário – Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12365> Data do acesso: 12/10/2015)

<sup>3</sup> Foram as idas e voltas na condição de trabalhador de várias formas desde a infância, - diga-se de passagem sempre precária, que garantia quando muito o mínimo necessário

espaços de trabalho, bem como a sequência nos estudos, na busca por compreender aspectos relacionados à alienação do trabalho chamou-me a atenção para a forma como os trabalhadores do GEA (Grupo Especializado de Abacaxi<sup>4</sup>) estavam se organizando. Desde o princípio me fazia parecer que aquela especificidade do trabalho resguardava aspectos mais elaborados em relação às outras formas ao qual eu já havia compartilhado, de modo geral, comuns às características das relações de trabalho assalariado que caracterizam a vida da maioria pessoas da classe trabalhadora. Portanto, o que me motivou a desenvolver esta pesquisa, nasceu, antes de tudo, da necessidade de compreensão da minha própria história e em certa medida da dos sujeitos que compõem este objeto, visto que este é o meio que transitei como trabalhador e continuo a transitar como pesquisador. Além disso, busco ampliar a discussão em torno de um projeto social que visa à superação da dominação do capital sobre o trabalho, que na prática se materializa na submissão do homem as necessidades de reprodução do capital.

O ponto de partida é o de que a riqueza material e cultural produzida por este novo momento do modo de produção capitalista fizeram emergir, conflitos e crises resultado de profundas e novas contradições. Assim, cada vez mais estão explicitadas suas limitações para garantir a reprodução das condições de vida de grande parte da humanidade. Limites que estão expressos nas mais variadas formas de desigualdade social, desde aspectos particulares entre os indivíduos, até os mais

---

para sobrevivência – na agricultura familiar e completando a renda como boia-fria, diarista na construção civil exercendo a função de servente de pedreiro, operário na indústria e mais recentemente como professor que me instigaram a pensar sobre este tema. Aprendi desde muito cedo com meus pais, movido pela necessidade, a importância e a “nobreza” do trabalho. O trabalho na agricultura familiar garantia uma certa autonomia no que diz respeito a autogestão. Entretanto, as necessidades materiais, assim como a muitos outros, me forçaram a deixar a vida e o trabalho no meio rural. A primeira experiência como operário em um frigorífico foi a mais difícil, dado o nível de exploração e praticamente nenhuma possibilidade de autonomia e resistência a não ser encontrar alguma maneira de “fazer cera” e ludibriar os supervisores imediatos, o que para mim era pior do que a submissão e a exploração. A crise econômica do final dos anos de 1990 que levou a falência da rede de frigoríficos ao qual trabalhava, interrompeu prematuramente minha carreira profissional como Desossador (de acordo com a CBO Classificação Brasileira de Ocupações 8485-15, profissional que se ocupa do trabalho de desossa, (CBO, 2002). Não sem resistência porque a princípio ainda tentei me empregar em outro frigorífico, numa outra cidade da região, mas não deu certo e voltei a trabalhar como diarista na roça e na construção civil, até me empregar novamente como operário na indústria.

<sup>4</sup> O nome “Grupo Especializado de Abacaxi”, nasce do caráter específico das atividades desenvolvidas pelo referido grupo, qual seja produzir abacaxi na forma de condomínio, o que exige o desenvolvimento do trabalho produtivo em grupo.

gerais, que envolvem os Estados-Nações e suas relações com o setor financeiro associado aos grandes conglomerados de todos os setores da economia. A constatação imediata dos problemas, pelos analistas críticos a esse modo de produção não apresenta divergências substantivas, pois as catástrofes ambientais, a miséria humana em suas diversas formas - principalmente com os refugiados da guerra na Síria, no Afeganistão e Iraque, revelam a indiferença do capital pela continuidade da vida humana. As alternativas demonstram suas complexidades quando se buscam as saídas teórico-práticas, implicando em atividades políticas para subverter a ordem, quando ocorrem, são imediatamente atacadas de forma orquestrada com novas e sofisticadas formas de desestabilização econômico-política. Nesta pesquisa destacam-se duas perspectivas. Uma defende a necessidade de resolver as falhas do sistema e corrigir os desvios morais dos indivíduos, e a outra que os problemas resultam da estrutura social de produção, portanto ela é que precisa ser transformada, tarefa difícil, para a classe trabalhadora e suas demais frações nesse momento histórico. É desta segunda concepção que parte o presente trabalho.

Parte-se da compreensão do modo de produção como a forma em que os indivíduos se organizam para produzir e reproduzir socialmente sua existência. Assim, as concepções que fundamentam o referido estudo se vinculam à verdade do processo histórico de que os homens vivem em sociedade e o que os diferencia dos animais é o trabalho. É por meio dele que o homem interfere de modo intencional na natureza, modificando-a, para extrair dela os meios necessários para sua existência e ao fazer isso modifica a si próprio. Nesta relação de trabalho, dos homens com a natureza e entre si, que constituem a essência humana; e a educação é um processo inerente, portanto, inseparável dessa dinâmica. Assim, o que caracteriza o desenvolvimento humano se objetiva na forma como o trabalho está socialmente organizado, nos diferentes tempos do processo histórico.

Tomando como base esta perspectiva, vive-se em uma sociedade que expressa em todos os seus espaços, produtivos ou não – no caso dos espaços não produtivos, via de regra, se dá de forma mediada – a contradição entre o capital e o trabalho. A produção da existência fundamentada nos princípios capitalistas consiste na apropriação e concentração privada de parte do trabalho para ser convertido em novos meios de produção. O aprimoramento destas relações produtivas desencadeadas por alterações substantivas nas relações de trabalho segue, no

entanto, se constituindo, na divisão técnica e social do trabalho. O resultado dessa fragmentação se concretiza no estranhamento do homem, de si próprio e da mercadoria produzida por ele.

Para a transformação das relações sociais de produção é fundamental o papel da educação, tendo em vista o contínuo desenvolvimento da consciência de caráter socialista, que não é realidade nas relações educativas tanto escolar como não formal. Entretanto, uma nova ordem social nasce sempre a partir da decadência da velha ordem, assim como, a constituição de uma nova hegemonia social não representa a homogeneização das relações sociais. Da mesma forma que, antes que uma formação social se torne hegemônica suas sementes estão adormecidas ou germinando nas contradições internas do sistema vigente. De acordo com esta perspectiva, além da educação formal, também é muito importante aquela que acontece nos espaços informais, com especial destaque para os processos formativos que ocorrem nos inúmeros espaços de trabalho. Portanto, o objetivo geral foi formulado com o propósito de analisar o caráter formativo-pedagógico das relações de trabalho do “Grupo Especializado de Abacaxi” do Município de Cruzeiro do Oeste, estado do Paraná, entre os anos de 2004 e 2015. O recorte temporal se justifica por um lado em corresponder ao ano que se iniciam as atividades do GEA e por outro, por ser o ano que se encerra a pesquisa de mestrado. A hipótese deste trabalho afirma que as relações de trabalho que cotidianamente se estabelecem no GEA constituem-se em um processo formativo-pedagógico que aponta para a superação, tanto da divisão entre trabalho “manual e intelectual”, quanto do exercício verticalizado do poder, na relação de trabalho.

O percurso desta análise desdobra-se em quatro objetivos específicos. Primeiro, apresentar sumariamente a emergência e o desenvolvimento do capitalismo e as relações de trabalho no Brasil, nessa formação social. Segundo, analisar o contexto macroeconômico e suas implicações no Brasil, quando foi criado o GEA – “Grupo Especializado de Abacaxi”. Terceiro, discutir aspectos da relação entre trabalho e educação no modo de produção da vida capitalista. E quarto, para melhor aprender e se aproximar o quanto for possível, nessas condições, do objeto de estudo, expõe-se de forma sistematizada um conjunto de conhecimentos, da história e do caráter formativo-pedagógico das relações de trabalho e produção que vem se desenvolvendo de 2004 à 2015 no “Grupo Especializado de Abacaxi”.

Reafirmando, a hipótese de que as relações de trabalho que cotidianamente

se estabelecem no GEA constituem-se em um processo formativo-pedagógico que aponta para a superação, tanto da divisão entre trabalho “manual e intelectual”, quanto do exercício verticalizado do poder, na relação de trabalho. Estes elementos são apontados pelos intelectuais da corrente teórica que adotamos como fundamentais para transformação social.

O percurso metodológico passa, no primeiro capítulo por uma apresentação sumária da emergência do modelo capitalista de formação social e seu impacto nas relações de trabalho no Brasil. Discute-se como o capitalismo na formação social brasileira emerge e se desenvolve de formas distintas, inclusive entre os países periféricos dependentes na América Latina e sua inserção e relações de dependência na economia mundial. Entre as características deste processo no país está o fato de que grande parte da acumulação primitiva ter sido apropriada pelo capital internacional à medida que liberava força de trabalho das velhas relações de trabalho no campo para ser usada de forma assalariada. Assim, os desdobramentos que ocorrem no plano macroeconômico são condicionantes das relações de trabalho no próprio campo.

No segundo capítulo, é feita a análise da forma como se deu, dentro do contexto de desenvolvimento do capitalismo dependente, a inserção do capital internacional no desenvolvimento da economia do país. Neste processo destaca-se, por um lado, como se deu a distribuição das terras agricultáveis do país, destacando as especificidades da região noroeste do Paraná, tendo em vista que este processo deve ser associado à Modernização da Agricultura e o surgimento do agronegócio que altera as condições de produção e as relações de trabalho no campo. Suas principais consequências foram o êxodo rural, e intensificação da concorrência pelas terras produtivas da região. Por outro lado, demonstra-se, no contexto macroeconômico a crise estrutural do capital a partir da década de 1970, que exigiu a reestruturação produtiva marcando uma nova etapa de desenvolvimento, a fase do capital financeiro. Neste sentido, o Brasil e os trabalhadores não ficaram isentos dos desdobramentos dessa nova divisão internacional do trabalho, acarretando principalmente o aumento da dívida externa e as consequências lógicas expressas na estagnação, recessão e hiperinflação da economia do país. A transferência da crise dos países centrais, associada à incorporação de novas bases de produção e à situação política criou as condições da reforma neoliberal do estado brasileiro. Estas mudanças tanto no cenário externo quanto no interno implicaram diretamente, e

condicionando o momento da criação do “Grupo Especializado de Abacaxi” no município de Cruzeiro do Oeste, região noroeste do Paraná.

A partir desta dessa inicial discussão refletindo elementos sobre a teoria crítica, o terceiro capítulo, em outra escala segue expondo uma abordagem das contradições internas das relações de produção capitalista. Discute a necessidade e os caminhos, considerados fundamentais à transformação socialista, destacando que o desenvolvimento do novo metabolismo social está relacionado ao controle da produção pelos produtores associados.

Associado a isto, faz uma discussão da relação entre trabalho e educação como o intuito de demonstrar que elementos emergem desta relação e que são considerados fundamentais ao desenvolvimento humano e a formação da consciência socialista, a saber: 1 – Autogestão nas relações de trabalho; 2 – Práticas democráticas de gestão, que estejam fundamentadas no princípio da autonomia e da liberdade, em que os trabalhadores tomam parte nas tomadas de decisão; 3 – Superação da divisão técnica hierarquizada e entre trabalho intelectual e material e do domínio do primeiro em relação ao segundo.

No quarto capítulo é feita uma apresentação do histórico e do regimento que regulamenta as relações de trabalho no Grupo Especializado de Abacaxi, bem como do desenvolvimento de algumas de suas atividades essenciais, como divisão, planejamento e execução do trabalho. A partir desta coleta de dados, procede-se à análise dos mesmos com base nos princípios expostos nos capítulos anteriores.

Os resultados apresentados na pesquisa nos permitem dizer que os elementos que constituem as práticas de trabalho no GEA, possuem relevância significativa para a formação da consciência dos seus membros no sentido de superar a visão do senso comum. Assim, elas sinalizam para uma forma de conceber as relações de trabalho que se alinham à perspectiva socialista. De acordo com as discussões apresentadas o trabalho no GEA destacam-se três aspectos de significativa importância para classe trabalhadora. O primeiro diz respeito ao fato de que tem garantido a sobrevivência dos trabalhadores com relativa autonomia. O segundo, que são práticas que contribuem para a formação de um trabalhador que participa na tomada de decisões coletivas referentes aos processos econômicos e de organização do trabalho. E terceiro, contribui para formação de um trabalhador que possui um conhecimento menos fragmentado sobre seu trabalho e sua produção, visto que tanto o trabalho material quanto o intelectual é realizado por

todos os trabalhadores.

Por considerar hipoteticamente que destas práticas de trabalho surjam conhecimentos importantes para a formação dos trabalhadores, busco-se explicitar estes conhecimentos, sem se propor a analisar seu caráter formativo e pedagógico, tarefa que fica relegada para outros estudos.

# **CAPITULO I – EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO: AS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E OS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO BRASILEIRO**

## **1 APRESENTAÇÃO**

O percurso desse primeiro capítulo passa por uma apresentação da emergência e formação do modelo de relações sociais capitalistas de produção e seu impacto nas relações de trabalho. A perspectiva é a de destacar o encadeamento de algumas determinantes históricas que constituem a lógica do desenvolvimento do sistema do capital. A busca é demonstrar como o capitalismo, desde as suas fases mais elementares, com as primeiras mudanças nas relações de trabalho, até o presente estágio, incide diretamente sobre o sua forma de desenvolvimento no Brasil, e este sobre as relações de trabalho no Grupo Especializado de Abacaxi. As condições objetivas que o grupo encontra para produzir materialmente a existência de seus membros está diretamente relacionada a esse processo.

Nesse sentido, o objetivo é apresentar sumariamente a emergência da formação social do capitalismo e as implicações nas relações de trabalho e os desdobramentos no Brasil, com o intuito de analisar como este processo incide sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Ainda que a exposição seja um pouco exaustiva, ela se justifica pela necessidade de apropriação das determinantes históricas que criaram as condições para o surgimento deste objeto de estudo. O problema posto é o de saber como as leis fundamentais do capitalismo global incidem sobre o desenvolvimento econômico do Brasil e conseqüentemente sobre a constituição do Grupo Especializado de Abacaxi?

O capitalismo, que emerge das contradições do sistema Feudal é marcado por dois processos basilares que constituem a essência da transição para o sistema do capital, quais sejam, a liberação de mão de obra de um grande número de camponeses de suas velhas relações de trabalho<sup>5</sup>, e a reprodução ampliada do capital. Entre as características fundamentais da transição do feudalismo para o capitalismo é importante destacar que essa mudança foi lenta, gradual e desigual,

---

<sup>5</sup> “[...] a essência das sociedades em que a servidão foi predominante está no fato de que a produção dos bens necessários a subsistência da grande maioria (os camponeses) era realizada pelo trabalho familiar, cuja divisão era determinada pela idade e pelo sexo” (BOTTEMORE, 2012, p.491).

entre os diferentes países e nos próprios territórios nacionais. A forma como cada Estado Nacional vai se constituindo define os fundamentos para o caráter histórico do desenvolvimento e consolidação do capitalismo num determinado país. Portanto, para compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é preciso conhecer a forma como ele foi se estruturando a partir dos países originários do capitalismo industrial.

A análise do contexto histórico da Europa entre dos séculos XV e XVII, mostra que neste período ocorre, a partir da formação das monarquias absolutistas, a consolidação dos Estados nacionais. Entre eles destacam-se países como a Inglaterra, França, Holanda, Espanha e Portugal, que desempenharão importante papel no percurso de formação do capitalismo. A consolidação destes Estados nacionais, com o retorno do poder centralizado no Monarca é parte fundamental para a formação e fortalecimento das economias internas destes países. No decorrer da história, esse modo de produzir e reproduzir a existência humana, mediante as condições concretas e objetivas, e a correlação de forças entre as classes fundamentais delineiam o desenvolvimento e consolidação do capitalismo e a participação de cada país na economia internacional.

Destaca-se que a formação do capitalismo no Brasil vai acontecer quando já estava consolidada a primeira e a segunda Revolução Industrial. Nesta primeira fase do capitalismo, que acontece a partir da primeira Revolução Industrial, e pela Revolução Francesa, o capitalismo se organiza em bases tipicamente concorrenciais, na qual, vão se destacar a Inglaterra e a França. Uma, precursora no processo de industrialização, o que lhe garantiu vantagens na produção de mercadorias e a outra, que protagonizou a constituição do Estado, como estrutura jurídico-política que destituiu do poder os representantes da velha ordem social a partir da Revolução Burguesa.

Uma nova fase do capitalismo se abre no final do século XIX e início do Século XX, chamada de a Segunda Revolução Industrial, conhecido como capitalismo tardio<sup>6</sup>. Neste período a Alemanha e Estados Unidos passam a figurar

---

<sup>6</sup> Capitalismo tardio, segundo Mendel (1982), é uma subfase do capitalismo imperialista. Não representa transformação na essência do sistema do capital e sim no seu ordenamento, provocado por mudanças que decorreram do desenvolvimento tecnológico e das técnicas produtivas, como também, em virtude de um reordenamento das principais potências

entre os países capitalistas avançados. O que vai caracterizar essa nova fase é a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. É nessa fase, em que o capitalismo já se expandiu por todas as partes do mundo, estabelecendo o imperialismo comercial<sup>7</sup>, que o Brasil inicia seu processo de formação capitalista. Como os países originários do capitalismo imperavam sobre as relações de produção e de distribuição, a inserção na economia de mercado se deu de forma dependente em relação a estes países, onde o capitalismo já se encontrava em um estágio desenvolvido.

O desenvolvimento industrial e o aprimoramento das relações de produção capitalista se intensificam no país a partir da crise de 1929, e do período de relativa estabilidade econômica que se abre em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, na década de 1970 o sistema do capital entra em uma nova crise global. Toda crise do capitalismo em nível internacional de forma imediata e mediata incide sobre os países dependentes. Essa crise não foi diferente e causou mudanças significativas nas relações de produção. Por essa razão, a reestruturação produtiva incidu sobre todas as relações de trabalho e, particularmente, do trabalho no meio rural no Brasil. Diante da conjuntura econômica e política o país é intensamente afetado pelos desdobramentos desta crise, acarretando estagnação do processo de industrialização e principalmente no aumento da dívida externa, provocada pela elevação unilateral dos juros por parte dos EUA, como forma de exportação de sua crise interna. A elevação estratosférica da dívida externa causou recessão e estagnação da economia do país por vários anos.

Entre os aspectos relevantes da crise destaca-se que ela, do ponto de vista da estrutura produtiva, coloca em cheque o padrão de desenvolvimento baseado no modelo fordista/taylorista, de modo que o Toyotismo torna-se a forma mais desenvolvida de organizar e gerir a produção. Não se quer dizer com isto que o Toyotismo tenha substituído o modelo predominante anterior. Ao contrário, sua constituição se dá pela conjugação de práticas de organização produtiva que corresponde às características de outras formas de organização da produção e do trabalho, como por exemplo, a artesanal, lançada mão, desde que seja a forma mais

---

econômicas mundiais. O livro “O capitalismo tardio” de Ernest Mendel é uma referência para os que se interessam pelo aprofundamento dos estudos sobre o tema.

<sup>7</sup> Imperialismo comercial de base industrial, com a Inglaterra a frente, moldando o comércio mundial a partir da produção e reprodução ampliada do capital.

lucrativa. Por outro lado, do ponto de vista político, a crise arrasa o Estado de Bem Estar Social, e a nova tônica são as reformas neoliberais dos Estados Nacionais.

Este percurso metodológico justifica-se tendo em vista a necessidade de apreensão do objeto a partir de suas determinantes históricas, políticas e estruturais. Será com base nestas leis fundamentais do desenvolvimento do sistema do capital, que no segundo capítulo se buscará entender como o Grupo Especializado de Abacaxi está inserido neste contexto.

## **1.1 Emergência do capitalismo**

O conteúdo da história é marcado por processos sociais, dos quais, alguns marcos acabam por delimitar a passagem de um modelo de sociedade a outro. Nesse sentido, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa são sempre lembradas como representantes da passagem do modelo de sociedade feudal para o modelo de sociedade capitalista. Entretanto, isso não quer dizer que antes do modo de produção feudal não tenham existido relações de exploração e de classe, e muito menos, que a partir delas todas as relações de produção sejam exclusivamente capitalistas. Até que o capitalismo fosse capaz de estender seus domínios por todas as partes do planeta e controlar os principais ramos da produção ela passou por várias fases, também conhecidas como crises e transições para outras formas da relação entre o capital e o trabalho, como veremos a seguir.

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo se deu a partir das contradições existentes no seio da velha ordem, de modo que sobre suas ruínas o novo vai se constituindo. Nesse sentido,

A transição do capitalismo significou a substituição da terra pelo dinheiro, como símbolo de riqueza: foi o período em que um conjunto de fatores preparou a desagregação do sistema feudal e forneceu as condições para o surgimento do capitalismo (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.163).

A história do capitalismo mostra que sua formação está diretamente ligada a lentas e profundas transformações que ocorreram nas relações de produção causadas por modificações a partir do campo. Segundo Karl Marx (1984), estas transformações são fundamentais para a origem do capitalismo, com destaque ao

processo ao qual chama de acumulação primitiva<sup>8</sup>. Ainda que em alguns momentos as lutas tenham ficado latentes, pois de modo algum se trata de um processo natural de evolução das relações sociais. Ao contrário, a transição do feudalismo para o capitalismo é marcada por graves conflitos no campo e nas cidades que renasciam, - principalmente a partir dos burgos, - na luta pelo poder econômico e político da sociedade. (PEREIRA & GIOIA, 2001)

Mudanças na base da estrutura feudal já vinham acontecendo nos séculos anteriores, mas é entre os séculos XV e XVIII que as transformações se intensificam. Fatores como o fortalecimento da burguesia, a criação das monarquias absolutistas, a formação dos Estados nacionais, expansão comercial e marítima, criando condições de acúmulo de riqueza, financiada pela descoberta de novas terras, e concretização do conhecimento científico aplicado à indústria como tecnologia, foram fundamentais neste processo de mudança radical do mundo feudal.

A sociedade feudal, constituída por unidades independentes eram autossuficientes e produziam basicamente para a subsistência, o que não podia ser produzido era saqueado ou trocado com alguma produção excedente. O senhor feudal tinha o direito sobre as terras e as distribuía mediante o sistema de vassalagem forjadora da relação servil na qual, o servo produzia para sua subsistência e a do senhor das terras.

Na sociedade feudal, basicamente agrária, particularmente na primeira metade da Idade Média, em que se media a riqueza de uma pessoa pela quantidade de terras que possuísse, a importância das cidades era muito pequena. As trocas praticamente inexisiam e, quando ocorriam, eram principalmente efetuadas dentro dos feudos, entre produtos e sem envolver dinheiro (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.166)

No entanto, principalmente entre os séculos XI e XIII, da Idade Média, a produção de excedentes agrícolas e artesanais fez renascer o comércio, movido entre outros fatores pelas Cruzadas, que por sua vez, fazem surgir novas cidades. “Com a expansão do comércio, as cidades passaram a oferecer trabalho a um

---

<sup>8</sup> Para Marx, o “segredo” encontra-se na reorganização revolucionária e generalizada das relações de produção existentes e não numa expansão quantitativa dos meios da provisão de produção e de subsistência. Marx ilustra sua observação referindo-se ao “cercamento dos campos” na Grã-Bretanha. Mas também examina as fontes da riqueza capitalista e a legislação que força o camponês a se transformar em trabalhador assalariado e disciplina o proletariado de modo que este se adeque a um novo modo de vida (BOTTEMORE, 2012, p.3).

número maior de pessoas, que para lá se dirigiam; as cidades livres ofereciam asilo aos servos fugitivos dos domínios senhoriais” (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.166). Destaca-se ainda, que aos poucos, as oficinas artesanais que se dedicavam à produção de objetos para o uso no próprio feudo, gradativamente foram substituídas por oficinas urbanas, no qual os produtores organizados em corporações de ofício produziam para um comércio no próprio feudo. Apesar de não ser muito significativa do ponto de vista da produção feudal ela é fundamental no sentido de criar uma nova classe de trabalhadores que nasce dependendo do comércio para sobreviver. Estas mudanças vão produzir também a oposição entre cidade e campo, uma vez que os trabalhadores da cidade dependem dos produtores do campo para obter alimentos ao passo que os trabalhadores do campo passam a depender dos trabalhadores da cidade para obter manufaturas como tecidos, utensílios domésticos e ferramentas para o trabalho.

Se por um lado estas mudanças contribuíram para o aperfeiçoamento das ferramentas e das técnicas ampliando a quantidade e a qualidade da produção, por outro, ao ampliar os meios de subsistência, permitiu o aumento da população, que por sua vez exigia a ampliação da produção de alimentos,

[...] o que levou à abertura de novas terras ao cultivo. Essas terras atraíram muitos camponeses, que se libertaram dos feudos e passaram a cultivá-las, em troca de pagamento aos senhores feudais pelo seu arrendamento. (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.16).

Como o trabalho livre era mais produtivo tanto para os camponeses como para os senhores feudais, a liberação do servo passou a ser uma prática constante. Estes camponeses livres passaram a ocupar áreas que estavam ociosas transformando-as em terras produtivas. Entretanto, alguns senhores feudais e entre eles a Igreja, não liberavam seus servos tampouco de suas terras para ser exploradas, causando graves conflitos, tanto no sentido de liberação do regime de servidão, quando no sentido de depredação e saques dos bens, principalmente da Igreja.

De acordo com Pereira & Gioia (2000), se a princípio contribuíram para a ampliação do comércio interno, a partir do século XV, é possível perceber o resultado das relações que foram estabelecidas pelas Cruzadas. Entre elas é possível destacar, o incremento do comércio a partir da difusão de novos produtos de consumo vindos do oriente, a reabertura de rotas comerciais no Mediterrâneo e a

descoberta de novas rotas pelo Atlântico. Esta última, financiada por burgueses enriquecidos a partir do sistema de troca, causa grandes transformações no comércio, pois além de interligar a Europa e a Ásia, propiciou o descobrimento de novas terras que foram transformadas em colônias.

A expansão atlântica trouxe outros efeitos. Um deles foi o desenvolvimento do mercantilismo, um conjunto de princípios e medidas práticas adotadas por chefes de estado europeus – bastante variáveis ao longo do tempo nos diferentes países – com o objetivo de gerar riqueza para o país e fortalecer o estado (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.168).

Entre as medidas que caracterizam o mercantilismo, ainda que existam diferenças entre os diferentes países, destaca-se a acumulação de riquezas, medida pela quantidade de ouro e prata, e o estabelecimento de relações comerciais com outros países de modo que se pudesse obter saldo positivo na balança comercial.

Para tanto, o estado intervinha nas atividades econômicas, por meio de medidas que incluíam incentivo ao desenvolvimento da indústria no país, a aquisição de colônias, às exportações e tarifas elevadas para a importação (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.168).

Destaca-se nesse processo o desenvolvimento de instituições financeiras, sistema monetário com grande volume de negócios feitos a dinheiro, além do sistema colonial. Por um lado sua importância foi a extração de ouro, prata e matéria prima, e por outro lado, as colônias passam a constituir os mercados consumidores de produtos manufaturados.

O grande aumento no fornecimento desses metais, provindos das minas das colônias, duramente exploradas, permitiu uma rápida cunhagem de moedas, que entrou em desequilíbrio com o lento aumento da produção. Esse fato levou a uma alta geral de preços na Europa, fortalecendo os burgueses em detrimento da nobreza e demais classes sociais (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.169).

Este desequilíbrio na correlação de forças entre nobreza feudal e burguesia provocada pela elevação dos preços causou a expulsão de muitos camponeses da terra em partes da Europa e principalmente na Inglaterra. Diante deste contexto, para ampliar seu ganho muitos senhores feudais cercaram suas terras. Em alguns casos, substituíram-se as pastagens coletivas por grandes extensões para a criação de ovelhas, em outros, elevou-se o preço da renda da terra, o que em ambas as situações causaram a expulsão de grande número de camponeses das terras.

O fechamento das terras e a elevação dos arrendamentos fizeram com que milhares de pessoas ficassem sem condições de sobrevivência, e, no futuro, quando a indústria capitalista teve necessidade de trabalhadores, essas pessoas formaram parte da mão de obra por ela utilizada. (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.169).

De modo simultâneo a esse processo na economia e entrelaçado a ela, acontece também uma transformação na estrutura do poder que se consubstancia no absolutismo e no fortalecimento da burguesia. O ponto em que convergem os interesses de uns e outros é o desejo de homogeneização do poder por parte do monarca feudal e a necessidade de criação das condições nacionais internas que favoreçam o desenvolvimento do comércio. Assim, a burguesia financiava o monarca para que ele pudesse ampliar o seu poder e unificar o estado, este por sua vez criava as condições necessárias, com a formulação de leis nacionais para atender aos interesses burgueses.

Assim se constituíram as monarquias absolutas – fundamentadas ou não na religião –, sistema em que o rei possui, em tese, poderes ilimitados. Na prática, entretanto, para manter sua posição, o monarca precisava fazer concessões. (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.170).

De acordo com o que se apresentou até o presente momento, destacam-se duas características fundamentais para o desenvolvimento da indústria nos séculos XVII e XVIII. A primeira é a existência de uma classe de trabalhadores livres e sem propriedade que foi se constituindo a partir das contradições presentes no modelo feudal. A segunda característica é a existência de um capital acumulado, de forma não capitalista, principalmente a partir das relações comerciais<sup>9</sup>.

O processo evolutivo de produção de mercadorias destaca-se, a partir das características de cada sistema e da forma como o trabalhador vai paulatinamente perdendo o controle sobre o processo produtivo de seu próprio trabalho. No sistema doméstico não ocorrem grandes transformações na forma de produzir, a diferença está na forma de comercializar. Quando a produção se destinava ao comércio local, de acordo com (PEREIRA & GIOIA, 2001), o mestre artesão sintetizava em si cinco pessoas, 1) o mercador, 2) o fabricante, 3) o empregador se tinha aprendiz, 4) era capaz ao supervisionar o trabalho e 5) era um comerciante lojista pois vendia

---

<sup>9</sup> Entretanto, esta não foi a única forma: pirataria, saques, conquistas e exploração em diferentes níveis tiveram importante papel na acumulação primitiva de capital. (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.170).

produtos prontos e acabados. No entanto, quando o comércio extrapola os limites locais, expandindo-se para o âmbito nacional e internacional, surge a figura do intermediário e este assume o papel da primeira e da quinta pessoa, ou seja, o mercador e o comerciante lojista. Este novo sujeito, o capitalista, é o proprietário da matéria prima, ele a entrega ao artesão para ser transformado em produto acabado que volta para si em forma de mercadoria para ser comercializada, pois com lucros. “o mestre artesão e seus aprendizes eram trabalhadores tarefeiros” (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.171), que trabalhavam em suas casas, eram donos das ferramentas e dispunham de seu tempo para a realização das tarefas. Assim, com a expansão do comércio não houve mudanças significativas na forma de produção e sim nas relações de troca.

A dinâmica instaurada no seio da ordem social liberava, cada vez mais, trabalhadores livres e sem propriedade, que aliada à contínua expansão comercial faz surgir uma nova forma de organização do trabalho, a manufatura. Neste sentido, a manufatura consiste na reunião de um número relativo de trabalhadores em um mesmo local, empregados pelo proprietário dos meios de produção, executando um trabalho coordenado e planejado pelo capitalista, em troca de um salário.

Entre as principais características da organização do trabalho sob o sistema de manufatura está o parcelamento do trabalho, no qual cada trabalhador executa apenas uma parte de um determinado produto. Para o capitalista, o parcelamento do trabalho permite a especialização do trabalho aumentando a qualidade e a quantidade da produção, assim como os seus lucros. Para os trabalhadores, as consequências são outras,

[...] à desqualificação do trabalho (o trabalho da manufatura, por ser parcelar, exige menor qualificação do trabalhador e, conseqüentemente, menor aprendizado do que no artesanato), com a conseqüente redução da força de trabalho; e a especialização das ferramentas, que se vão adaptando as funções parcelares (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.172)

Na manufatura o trabalhador é transformado em trabalhador parcial, entretanto, é ele ainda que dita o ritmo do trabalho e da produção. A crescente demanda por mercadorias, os limites impostos por esta forma de organização do trabalho, aliados ao aprimoramento das ferramentas “criou as condições para o surgimento da máquina, uma combinação de ferramentas simples” (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.171), que vai culminar na Revolução Industrial, no século XVIII, na

Inglaterra.

Entre as principais características da Revolução Industrial está a ampliação da quantidade, da qualidade e principalmente o controle da produção e ampliação da exploração do trabalho por parte do capital.

Com a introdução da máquina, elimina-se a necessidade, seja de trabalhadores adultos e resistentes, seja de operários especializados e hábeis, uma vez que o operário nada mais tem a fazer senão vigiar e corrigir o trabalho da máquina. Há, assim, uma maior desqualificação do trabalho do operário, que não mais precisa passar por uma longa aprendizagem para exercer sua função: como consequência, torna-se possível a utilização de mão de obra não qualificada (principalmente mulheres e crianças) (PEREIRA & GIOIA, 2001, p.173).

Neste sentido, com o desenvolvimento da indústria o trabalhador perde o controle sobre o processo de trabalho, de modo que não é mais ele quem dita o ritmo do trabalho e controla o processo de produção, ao contrário, é ele que precisa se adaptar ao ritmo da máquina, relegando sua função a fiscalização do trabalho feito pela máquina e a correção de possíveis erros.

### **1.1.1 O capitalismo na fase concorrencial**

Apropriação privada e transformação dos bens e meios necessários a sua produção, inclusive a força de trabalho, em mercadoria, é o que de modo geral a crítica ao modo de produção capitalista aponta como sendo sua essência. Entretanto, isso não quer dizer que o capitalismo nasceu como o conhecemos, até chegar ao estágio de desenvolvimento atual, ele passou por várias fases diferentes. A princípio, foram as contradições internas inerentes a sociedade feudal que levaram à sua dissolução, ao mesmo tempo em que se constituíam as condições objetivas para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Neste sentido, o comércio internacional ainda no período feudal contribuiu decisivamente para a superação dos sistemas produtivos não capitalistas ou pré-capitalistas. Isso acontece porque, por meio do mercado mundial, amplia-se a circulação de mercadorias produzidas ou exploradas a um custo menor de produção, que obtém vantagens comerciais sobre as de custo mais elevados. Nesse processo, os países que se adiantaram no desenvolvimento de técnicas de produção, bem como, na exploração de produtos comerciais ou matérias-primas extraídas das colônias

largaram na frente no desenvolvimento da economia capitalista<sup>10</sup>.

A análise da história da economia mundial desde a Revolução Industrial mostra que num primeiro momento, na fase do capitalismo de livre concorrência, a produção e acumulação de capital por meio de mais-valia limitavam-se a Europa Ocidental e a América do Norte. Como a massa de capital desses países centrais era ainda pequena para investir em processos de industrialização nos países periféricos, a acumulação primitiva de capital continuava acontecendo simultaneamente em outras partes do mundo. Pode-se considerar que o primeiro obstáculo ao pleno desenvolvimento do capitalismo estava relacionado a quantidade de capital insuficiente. O segundo está relacionado ao desenvolvimento desigual da Revolução Industrial e a falta de infraestrutura necessária ao desenvolvimento do capital, principalmente para facilitar a circulação das mercadorias. Assim, os primeiros investimentos dos países centrais do capitalismo no exterior foram para construção de infraestrutura tendo em vista favorecer o comércio, o que abriu margem para a acumulação primitiva de capital nacional nesses países.

No entanto, foi precisamente essa defasagem – compreendida entre a Revolução de 1848 e o final da década de 1860 – durante a qual as economias que estavam avançando no sentido de um modo de produção capitalista gozaram em termos gerais, de um raio de ação ilimitado para a acumulação primitiva de capital nacional nativo (MANDEL, 1982, p.34).

Em síntese, durante o primeiro período do capitalismo, o de livre concorrência<sup>11</sup>, a necessidade de construir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo permitiu à maioria dos países que iniciaram seu processo de industrialização nesse período constituir uma economia capitalista fortalecida pelo desenvolvimento de uma sólida indústria nacional. Neste caso, a exceção foram os países onde já existia o domínio do capital mercantil, ou a acumulação primitiva de capital foi apropriada por estrangeiro e não pela burguesia nacional.

De acordo com Mandel (1982), quando na fase do capitalismo concorrencial se fecham as possibilidades de industrialização e o desenvolvimento econômico dos

---

<sup>10</sup> Sobre os processos originários de constituição do capitalismo ver Ernest Mendel “O capitalismo tardio”

<sup>11</sup> O que não significa que na livre concorrência não houvesse intervenção do Estado na economia em todos os níveis.

países não capitalistas fica subordinado ao grande capital estrangeiro. Neste momento a exportação de capital para os denominados países de Terceiro Mundo impede que as burguesias nacionais possam apropriar-se livremente da acumulação primitiva de capital e promover a industrialização fortalecendo a economia nacional.

### **1.1.2 O capitalismo na fase imperialista**

Depois de um longo período, aproximadamente duzentos anos, marcado pela livre concorrência a maior parte da produção capitalista encontra-se concentrada nas mãos de um número pequeno de grandes empresas, ao passo que um grande número de empresas divide entre si uma pequena quantidade da produção. É o que atesta a citação abaixo, feita por Lenin em “O imperialismo: fase superior do capitalismo”.

Daqui se difere claramente que, ao chegar a um determinado grau de seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito mais fácil chegar a um acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas (LENIN, 2011, p.120).

Até 1890 a livre concorrência predominava pela Europa. Nesse período, em países como a Inglaterra e a Alemanha, a grande indústria passa a predominar sobre a produção doméstica e artesanal. Segundo Lenin (2011), a depressão internacional da indústria na década de 1870 é o primeiro impulso a formação dos monopólios. No breve período de ascensão da economia nos anos de 1889 e 1890 os cartéis foram utilizados em grande escala pela primeira vez. Nos anos seguintes não foram capazes de superar imediatamente as consequências da crise. Entretanto, eles tornaram-se a base de todas as atividades econômicas e a dinâmica concorrencial de desenvolvimento do capitalismo não voltaria a ser a mesma.

Segundo Lenin (2011), a transformação da concorrência em monopólio está entre as mais importantes transformações do capitalismo até o início do século XX. O fato é que à medida que as empresas capitalistas crescem, cresce também a produção, o aumento da produção faz aumentar a concorrência pelo mercado consumidor, a concorrência pelo mercado consumidor força a redução dos preços, reduzir os preços implica em redução dos lucros. Para tentar evitar ou minimizar

tudo isso, melhor e mais fácil que competir é juntar-se e fazer acordos.

Lenin (2011, p.126-127), distingue três períodos históricos na qual os monopólios se constituíram. O primeiro, de 1860 à 1870, marcado pelo grande desenvolvimento da livre concorrência na qual o monopólio não passava de germe. O segundo, após a crise de 1873, marcado pela constituição dos cartéis, no entanto, ainda sem estabilidade. E por fim, o terceiro período que vai de aproximadamente 1890 à 1903, quando os monopólios tornam-se a base da economia “o capitalismo transformou-se em imperialismo”.

Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre padrões dispersos que não se conheciam e que produziam para um mercado desconhecido. A concentração chegou ao ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (LENIN, 2011, p.130-131).

A formação dos monopólios levou ao controle das fontes de matérias-primas, o que aumentou consideravelmente o poderio do grande capital. Lenin (2011, p.131-132), afirma que a produção capitalista é socializada por todas as partes do mundo, contudo, a apropriação da produção e os meios para produzir continuam a ser privadas e em larga escala. Se antes a luta entre os capitalistas se dava pela livre concorrência, a nova luta travada mostra a capacidade de dominação dos monopólios que impõe aos que estão fora deles, privação de matérias-primas, de mão de obra mediante acordos entre capitalistas e sindicatos de operários, privação de meios de transporte, fechamento de mercado, acordo com compradores, dominação dos preços, elevando ou reduzindo de acordo com as necessidades, privação de crédito e boicote.

Para Lenin (2011), os monopólios surgiram através dos bancos, que de modestos intermediários transformaram-se em monopólios e o capital financeiro passou a dominar o mundo.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõe de quase todo o capital em dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte do meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países (LENIN, 2011, p.138).

Devido às características de suas ações, os bancos desenvolveram a capacidade de dominar a economia capitalista. A operação das contas de vários

capitalistas que a princípio pode parecer meramente técnica, permite que os bancos conheçam a situação de cada capitalista e possam dominá-los por meio do acesso ou restrição do crédito, controlando-os completamente. Isso levou a associação entre os bancos e as maiores empresas industriais e comerciais, dinamizando o desenvolvimento dos monopólios. “Concentração da produção, tendo como consequência os monopólios; função ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo que este conceito encerra” (LENIN, 2011, p.161).

As grandes corporações abarcavam o processo produtivo como um todo dominando todos os setores desde a matéria-prima até o mercado consumidor. Para se ter uma ideia das proporções alcançadas pelo monopólio financeiro, e a dominação deste sobre a economia capitalista, Lenin (2001, p.178), relata que em 1910, Inglaterra, Estados Unidos da América, França e Alemanha juntos dispunham de 80% do capital financeiro mundial e quase todo o resto do mundo era devedor ou tributário desses quatro países<sup>12</sup>.

Portanto, o que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi a articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos (MANDEL, 1982, p.37)

De acordo com Mandel (1982, p.37), as alianças entre oligarquias internas dos países subdesenvolvidos e a burguesia dos países imperialistas acabaram por congelar as relações pré-capitalistas no campo, fato que limitou a expansão do mercado interno e dirigiu para canais não industriais a acumulação primitiva de capital.

A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas (MANDEL, 1982, p.38)

A dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no período imperialista marca,

---

<sup>12</sup> Para saber sobre a primeira fase do imperialismo capitalista ver Vladimir Ilitch Lenin. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo.**

por um lado a exportação de capital das metrópoles para o “Terceiro Mundo”, em busca de maiores lucros e de matérias-primas mais baratas.

A intervenção direta do capital ocidental no processo de acumulação primitiva de capital nos países subdesenvolvidos foi portanto determinada, em grau considerável, pela pressão compulsiva sobre esse capital, no sentido de organizar a produção capitalista de matérias-primas em grande escala (MANDEL, 1982, p.39).

Por outro lado, há que se considerar, na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo imperialista a grande quantidade de mão de obra barata disponível nos países subdesenvolvidos, de modo que a indústria moderna não podia concorrer com esse trabalho barato. Assim, se na metrópole a preocupação já era com a extração de mais-valia relativa, a abundância de mão de obra, o grande exército de reserva, além da desregulamentação das relações de trabalho por conta da fragilidade da organização dos trabalhadores, permitia a apropriação de considerável mais-valia absoluta.

Com a exportação em massa de capital para os países subdesenvolvidos, para a organização, nessas áreas, da produção capitalista de matérias-primas, a diferença quantitativa na acumulação de capital e no desenvolvimento no nível de produtividade entre os países metropolitanos e os economicamente atrasados foi subitamente transformada numa diferença qualitativa. Estes países tornaram-se dependentes além de atrasados (MANDEL, 1982, p.40).

A partir do período imperialista a diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos tendeu a aumentar porque a dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação de capital sufocou a acumulação primitiva de capital, com isso aumentaram a defasagem industrial e a dependência de produtos industrializados vindos da metrópole, relegando os países subdesenvolvidos a meros produtores de matérias-primas e alimentos.

De acordo com Mandel (1982), a economia capitalista se estendeu por todos os pontos do planeta, mas não se consolidou da mesma forma em todos os lugares. Os países desenvolvidos se consolidaram como produtores de mercadorias industrializadas.

Ao contrário, no chamado Terceiro Mundo, criou e consolidou uma mistura específica de relações de produção pré-capitalista e capitalista, que impede, nessas áreas, a generalização do modo de produção capitalista, e especialmente da indústria capitalista em

grande escala (MANDEL, 1982, p.40).

A manutenção dos países subdesenvolvidos na condição de produtores de matérias-primas garantiu a estabilização de seus preços por um período relativamente longo. Entretanto, a baixa produtividade do trabalho nos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos fez com que os preços voltassem a subir. Neste sentido, o investimento de capital em relações de produção pré-capitalista que possibilitou a expansão do capital, durante a fase imperialista tornou-se seu entrave. Da mesma forma que a saída da crise do capitalismo concorrencial se deu a partir da exportação de capital e investimento no setor de matérias-primas, quando a fase imperialista entra em crise a saída é novamente a exportação de capital, interferindo de forma mais profunda nos países subdesenvolvidos, o que demarca segundo Mandel (1982), a fase do “Capitalismo Tardio”.

### **1.1.3 A fase do “Capitalismo Tardio”**

A nova fase de desenvolvimento do capitalismo delimitada a partir da crise de 1929, é marcada pelo papel que a busca de “superlucros” desempenha no processo de acumulação de capital e de crescimento capitalista. Para obtê-los as empresas das grandes potências imperialistas precisavam encontrar setores dinâmicos da economia. De acordo com Mandel (1982), a condição mais propícia para tal encontravam-se nos países subdesenvolvidos, mas não se deve imaginar que isso alterou o caráter das relações entre os países. Ao contrário, ela foi marcada por uma tendência à ampliação da exploração do mundo subdesenvolvido, que ocorre das mais variadas formas, como instalação de indústrias multinacionais e empréstimos financeiros com cobrança de juros.

Se na fase imperialista a interferência das metrópoles sobre organização do trabalho nas colônias foi marcada basicamente pela inserção da racionalidade capitalista. A nova fase traz consigo, segundo Mandel (1982), mudanças significativas no campo da tecnologia, da organização do trabalho e das relações de produção.

O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas a baixo custo por meio de métodos industriais avançados, em vez de utilizar escravos coloniais para produzi-los, mas também pela produção, nos próprios

países subdesenvolvidos, de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar de matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas (MANDEL, 1982, p.43).

Pode-se considerar que o período imperialista foi caracterizado pela repartição do mundo entre as grandes potências capitalistas, tendo por objetivo principal dominar e controlar as fontes de matérias-primas, mantendo os lucros elevados por meio da troca desigual entre bens industrializados de consumo e as matérias-primas. Já a fase do capitalismo tardio segundo Mandel (1982), apresenta uma nova tendência que é a exportação de bens duráveis como automóveis e máquinas tendo em vista a industrialização do Terceiro Mundo, local onde o capital poderia encontrar setores dinâmicos de desenvolvimentos e obter superlucro. E é este fato que constitui a ideologia de progresso dos países subdesenvolvidos.

Enquanto nos países desenvolvidos estava praticamente impossível ampliar a taxa de mais valia absoluta, nos países subdesenvolvidos a regra era exatamente o contrário, dado que, ao lado do aumento da produtividade do trabalho propiciada pela industrialização, há um processo contínuo de liberação da mão de obra das velhas relações de produção.

Assim, torna-se possível que o capital, dadas condições políticas favoráveis, compense qualquer tendência no declínio da taxa de lucros ao assegurar um acréscimo ainda maior na taxa de mais-valia, através de uma redução significativa nos salários reais (MANDEL, 1982, p.45).

Assim, o que se percebe, é que antes de qualquer coisa é preciso destacar que o fato de se implantar indústrias nos países subdesenvolvidos não altera a condição fundamental para a dependência que é a troca desigual. Além disso, ela amplia a dependência financeira e técnica dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos<sup>13</sup>.

#### **1.1.4 Capitalismo dependente**

Dependente é a forma como o modo de produção capitalista foi se constituindo nos países que ficam na periferia dos que primeiro constituíram o modo de produção capitalista. Suas características principais estão relacionadas a

---

<sup>13</sup> Sobre o capitalismo tardio ver Ernest Mendel, "O capitalismo tardio".

dominação e exploração por parte dos mais desenvolvidos desde o período de transição do feudalismo para o capitalismo. Este caráter de exploração e dominação foi fundamental na constituição da autonomia dos países centrais e na dependência dos periféricos em todas as fases de desenvolvimento do capital.

De acordo com Florestan Fernandes (2009), o capitalismo dependente se configura a partir de padrões de dominação<sup>14</sup>. A forma mais acabada do imperialismo que se constitui pela hegemonia dos Estados Unidos coloca no centro do processo a grande empresa corporativa. Ela traz mudanças no plano econômico e também no plano sociocultural, uma vez que busca a transformação social numa sociedade de produção e consumo de massa. Entretanto, “a influência dinâmica decisiva foi política” (FERNANDES, 2009, p.29). Para o autor este foi o fator mais importante uma vez que após a Segunda Guerra Mundial existia uma organização socialista capaz de fazer frente ao capitalismo.

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “*desarrolismo*” ou o “desenvolvimentismo” recebendo apoio político irracional (FERNANDES, 2009, p.31).

As ainda que frágeis empresas nacionais que tinham sido construídas de maneira árdua tendo em vista o desenvolvimento das economias internas foram destruídas, ou absorvidas e colocadas a serviço das corporações e seus interesses privados. Neste sentido, a amplo domínio imperialista, que incluía os meios de comunicação de massas, fez parecer que o maior inimigo do desenvolvimento nacional era o comunismo e não as precárias condições sociais, produto da colonização e exploração que estes países sempre estiveram submetidos. Além disso, como a elite no poder composta por representantes das burguesias nacionais não estavam submetidas a relações de poder democráticas e ao controle público, o imperialismo norte-americano foi aceito como a única alternativa possível capaz de evitar que a América Latina fosse tomada pelo comunismo, justificando inclusive a implantação de regimes militares autoritários.

Para Florestan Fernandes (2009, p.34), o imperialismo norte-americano

---

<sup>14</sup> Sobre os padrões de dominação no capitalismo dependente ver Florestan Fernandes “**Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.**”

impõe aos países da América-latina um duplo dilema, faces de uma mesma moeda. De um lado “estruturas econômica, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo.” Do outro lado, uma “dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede uma revolução nacional e uma autonomia real”.

Neste sentido, o que caracteriza de modo mais elementar o capitalismo dependente é uma grande concentração de renda interna, a dominação externa e uma evasão constante das riquezas nacionais para os países imperialistas, principalmente os Estados Unidos. Esses condicionantes produzem um desenvolvimento econômico moderno, que alinha a economia dos países dependentes às economias nacionais capitalistas mais avançadas. No entanto, não é capaz de incluir, no processo de desenvolvimento, parcelas significativas da população excluídas da modernização capitalista.

### ***1.1.5 A crise do capital: reestruturação produtiva e reforma do Estado***

De acordo com o que se discutiu até o momento a história do capitalismo é marcada, pelo que se pode chamar de dois ordenamentos econômicos mundial distintos. Uma em que prevaleceu a hegemonia da Inglaterra no período relativo ao século XIX, principalmente na segunda metade, até a Primeira Guerra Mundial. Trata-se da primeira fase imperialista do capital, apontado por Lenin (2011), como uma fase superior do capitalismo. A outra se estabeleceu após a Segunda Guerra Mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos, apontado pela literatura contemporânea como imperialismo Norte Americano. De acordo com Aloísio Teixeira (1994), esses dois países desempenharam também durante um determinado período de cada uma destas fases, papel hegemônico<sup>15</sup> na economia mundial.

A partir da década de 1970 a desestruturação da ordem econômica mundial sob o imperialismo dos Estados Unidos, coloca em xeque os paradigmas, do Fordista/Taylorismo como modelo de desenvolvimento industrial e Keynesiano de intervenção e regulação da economia pelo Estado. Para autores como David Harvey

---

<sup>15</sup> Sobre o papel hegemônico da Inglaterra e EUA, ver Aloísio Teixeira “O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil”.

(2008, ver p.19) e István Mészáros (2009), é o fim da crença no crescimento ininterrupto do capitalismo e o início de uma nova fase do capitalismo, conhecido como o modelo de acumulação flexível. Para os dois autores citados a característica mais elementar da nova fase é o constante estado de crise, uma vez que a partir de então serão produzidas crises sucessivas e intransponíveis dentro dos limites do modo de produção capitalista.

Para David Harvey (2008), para um sistema de acumulação funcionar depende de certa coerência interna entre produção, acumulação e consumo. As mudanças ocorridas a partir da primeira crise do petróleo em 1973 caracterizam uma mudança no regime de acumulação capitalista característicos do período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. A produção em um sistema altamente integrado do modelo fordista mediada pela forte intervenção do Estado<sup>16</sup> na economia, foi gradativamente substituído pelo modelo Toyotista. A dificuldade de reprodução ampliada do capital, que conduz ao aprofundamento da mercantilização das relações sociais coloca em xeque também o Estado de Bem Estar Social. A nova base produtiva e relações de trabalho sugerem ao Estado um reordenamento adquirindo funções de caráter regulador das relações de mercado, modelo que ficou conhecido como Neoliberal<sup>17</sup>.

Segundo Harvey (2008), o pós-guerra garante um período de grande expansão relativa estabilidade da economia capitalista sob a hegemonia dos EUA. A possibilidade foi dada pela reconstrução dos países arrasados e a expansão do processo de industrialização fordista para os países do Terceiro Mundo, principalmente América Latina e sudeste Asiático. Nesse caso, o que a motivou foi uma grande quantidade de mão de obra disponível a baixo custo e praticamente nenhuma regulamentação das relações de trabalho.

O crescimento da economia e o aumento no volume das transações comerciais colocam em dificuldades os EUA, em vista do acordo de “Bretton

---

<sup>16</sup> Segundo Ricardo Antunes (2009), no período pós-guerra erigiu do processo de trabalho fundado no paradigma taylorista/fordista uma compromisso entre capital e trabalho. Por um lado os capitalista se comprometiam em fazer concessões que garantissem aos trabalhadores saúde, educação, lazer e etc. Os trabalhadores por sua vez se comprometem em não tencionar na direção das transformações socialistas. Neste processo o Estado – Welfare State - é o grande mediador das relações.

<sup>17</sup> Sobre a reforma neoliberal do Estado ver Friedrich Hayek “O caminho da servidão”.

Woods<sup>18</sup> e fazem aumentar as contradições e tornar cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de contê-las. O problema se manifestava na rigidez da organização e regulamentação do grande capital, do grande trabalho e do poderoso Estado. A alternativa segundo os defensores do sistema do capital seria a flexibilização da estrutura produtiva.

As mudanças ocorridas foram significativas e, como não podia ser diferente, incidiu sobre as dimensões das relações humanas. A reestruturação produtiva se deu por meio do modelo conhecido como Toyotismo. Sumariamente, este se fundamenta em alguns reordenamentos da produção destacando uma maior diversificação dos produtos, garantidos pelas novas tecnologias (microeletrônica), modificação nas relações de trabalho, marcado fundamentalmente pela desregulamentação das leis trabalhistas que em última instância representa nada mais e nada menos que a perda dos direitos adquiridos no modelo e período anterior.

Para Mézáros (2009), como o planejamento do capital tem a sua reprodução como questão essencial, as demais, sejam ambientais ou humanas devem se submeter a ela. Isto levou ao crescimento desordenado do capitalismo que entra em uma crise que começa se manifestar a partir da década de 1970. Ela caracteriza-se como uma crise estrutural do sistema capitalista, pois envolve todas as dimensões da existência humana. Entre os principais problemas, o autor aponta que o planeta não é capaz de suportar o ritmo de exploração ao qual está submetido. Por outro lado a crise provocada pela ampliação e globalização do capital financeiro, criou uma crise econômica mundial que tem elevado substancialmente os níveis de exploração do trabalho e da taxa de desemprego mesmo nos países capitalistas mais avançados. Para administração capitalista a ampliação da exploração do trabalho e desemprego estrutural são fundamentais. E,

Tem de ser ampliado até o ponto em que o movimento operário tolerar. No Japão, o Parlamento fez a seguinte declaração: 'é o maior ataque do período pós-guerra contra os direitos dos trabalhadores'" (MÉSZÁROS, 2009, p.150).

Para compreender esta nova fase é válido voltar ao desenvolvimento da fase precedente. O contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo mostra que ao

---

<sup>18</sup> Sobre o acordo de Bretton Woods e suas contradições monetária e financeiras que se manifesta na crise estrutural do capital ver Aloísio Teixeira "O ajuste impossível".

final da Primeira Guerra Mundial a Inglaterra não era mais capaz de exercer a hegemonia capitalista e estabelecer uma ordem econômica mundial. Isto levou ao conflito de interesses entre as diversas potências capitalistas e conseqüentemente à Segunda Guerra Mundial. Segundo Aloísio Teixeira (1994), desde a posição assumida na Guerra, bem como o seu resultado, criaram as condições para que os Estados Unidos assumissem a posição de potência hegemônica e buscassem estabelecer uma nova ordem internacional capaz de atender seus interesses.

Tudo isso fica bastante nítido nas conferências que se seguiram ao encerramento do conflito, ganhando expressão política na constituição da ONU e expressão econômica na Conferência de Bretton Woods, em que foram criados o FMI e o BIRD (Banco Mundial). Esta nova institucionalidade, em sua composição e em suas regras básicas de funcionamento, era o resultado direto da supremacia política, militar e econômica dos Estados Unidos no mundo capitalista (TEIXEIRA, 1994, p.28).

No primeiro momento o que caracteriza estes acordos estabelecidos no pós-guerra é o imperialismo Norte Americano, condição que conseguiu pelo fato de ter-se mantido por longo período fora da “Guerra”, o que lhe permitiu enorme acumulação de capital enquanto as potências europeias destruíam suas riquezas. As metas dos EUA (Estados Unidos da América) eram promover o desenvolvimento de sua economia e impedir o desenvolvimento da Alemanha e do Japão, principais adversários no Conflito Mundial. Entretanto, a existência de um rival à altura, a União Soviética, que avançava sobre o leste europeu e vitórias eleitorais do partido comunista no ocidente forçaram os Estados Unidos a rever sua posição e aprovar o Plano Marshall para a reconstrução europeia, principalmente Alemanha e Japão. E quando estas economias foram reconstruídas o alvo dos investimentos passa a ser os países periféricos onde as economias são subdesenvolvidas.

Para Teixeira (1994), a aprovação do plano traz sérias conseqüências para a hegemonia americana. Merece destaque o fato de que o Plano Marshall abriu espaço para a criação da Comunidade Econômica Europeia, permitiu a desvalorização das moedas nacionais em relação ao dólar quebrando as regras do acordo de Bretton Woods e obrigou os Estados Unidos a aceitar, tanto a discriminação de seus produtos no mercado europeu e japonês, quanto à entrada de produtos provenientes destas regiões em seu mercado interno. Assim, os Estados Unidos, mesmo mantendo sua supremacia industrial e tecnológica, inicia uma queda

progressiva da participação na produção de manufaturados e no comércio mundial. Além disso, já na virada da década de 1950 para 1960 o sistema monetário internacional baseado no dólar como moeda nacional e meio de pagamento internacional enfrenta seu primeiro momento crítico. O problema se manifesta diante da dificuldade de ampliação das reservas de ouro que permitissem a emissão de moeda para manter em equilíbrio o balanço de pagamentos e a credibilidade do dólar.

[...] se o déficit americano aumentasse, a credibilidade no dólar cairia e o sistema entraria em colapso pela impossibilidade de os Estados Unidos atenderem as demandas de conversão em ouro; mas se os Estados Unidos passassem a obter superávits, enxugaria a liquidez do sistema internacional, inibindo a expansão do comércio mundial e o próprio crescimento econômico (TEIXEIRA, 1994, p.31)

As medidas adotadas pelos Estados Unidos para resolver este problema levaram à saída dos bancos americanos para o exterior. A consequência principal foi a formação de um mercado financeiro internacional conhecido como mercado de eurodólares. A expansão desse mercado através do sistema bancário privado permitiu a transnacionalização do capital escapando do controle das políticas econômicas tradicionais, o que levou a desvalorização do dólar.

Ao modificar o caráter da atividade bancária, ao constituir um mercado financeiro, unificado e privado, livre de regulamentações nacionais, ao transcender as fronteiras nacionais, ele tornava ineficaz as políticas monetárias, fiscal e cambial de qualquer país e criava as condições para a febre especulativa que viria a pôr abaixo o sistema de Bretton Woods, em um primeiro momento, e desestabilizar a própria economia mundial, posteriormente (TEIXEIRA, 2011, p.34).

Agravada por duas crises internacionais do petróleo a primeira em 1973 e a segunda em 1978, a crise monetária internacional que se intensifica naquela década coloca à prova a hegemonia dos Estados Unidos. De acordo com Teixeira (1994), a desvalorização e adoção de taxa flutuante do dólar, bem como a forma como os demais países na Europa e Japão, se relacionaram com as crises do petróleo fizeram com que os Estados Unidos perdessem a competitividade no mercado internacional. Assim, depois da segunda crise do petróleo os Estados Unidos adotaram uma política rígida de elevação das taxas de juros e do valor do dólar. O objetivo era retomar sua posição de cabeça, ameaçada, no interior do sistema capitalista, mesmo que isso significasse recessão na economia mundial.

Essa medida provocou uma reestruturação industrial em alguns países europeus e asiáticos que levaram ao colapso as economias periféricas fossem elas do mundo capitalista ou socialista. A principal consequência para esses países foi a elevação do valor e do custo das dívidas externas, inviabilizando o desenvolvimento dessas economias por conta de alta inflação e recessão.

Dólar apreciado, juros elevados, alto preço dos insumos energéticos, ameaça do colapso financeiro e mudanças na base técnico-produtiva das indústrias de bens de capital, micro-eletrônica e de telecomunicações tornaram-se assim o acicate de alterações nas vantagens competitivas estabelecidas entre economias, indústrias e empresas (TEIXEIRA, 1994, p.39).

O resultado da junção de todas estas variáveis na primeira metade da década de 1980, foi um nível negativo de produção e investimentos na indústria no próprio Estados Unidos, principalmente nos setores ligados aos países periféricos. Entretanto, ao final daquela década os Estados Unidos contabilizavam um período de retomada do crescimento econômico, ainda que abaixo do nível de países como Japão e Alemanha, que promoveram uma reestruturação produtiva mais ampla.

Destaca-se que este crescimento foi fruto da política de valorização do dólar que permitiu que o país recebesse no período mais de 400 bilhões de dólares líquidos resultado de juros e serviços de dívidas. Assim, a desregulamentação da ordem econômica pode significar para os Estados Unidos a perda da hegemonia. Todavia, não abriu mão do imperialismo e de intervir de modo decisivo nos rumos da economia mundial, dividindo principalmente com as economias subdesenvolvidas os custos da manutenção do equilíbrio de sua economia.

A reestruturação produtiva resulta desse movimento econômico, financeiro, monetário e produtivo, emergindo um outro regime de acumulação, flexível, que conduz as reformas Neoliberais do Estado para garantir a manutenção do sistema. As reformas aconteceram com maior ou menor intensidade e variação no tempo, dependendo da configuração política de cada país.

## **1.2 Emergência do capitalismo no Brasil**

A partir da leitura da forma como se deu a formação do capitalismo, até que ele assumisse uma forma semelhante a que conhecemos, ao fazer algumas inferências é possível entender, de modo geral os desdobramentos que levaram a

constituição da formação social capitalista no Brasil. Assim, a análise da forma como o desenvolvimento do capitalismo incidiu diretamente sobre nossa realidade pode permitir um entendimento mais aproximado do contexto histórico da qual somos parte.

Como já se discutiu anteriormente, o regime colonial que se instaura com a ocupação das novas terras descobertas, principalmente por Espanha e Portugal, das quais o Brasil é parte, ainda que ele tenha sido fundamental para acumulação de riquezas daqueles países, ele ainda guarda forte vínculo com a velha estrutura social feudal. Assim, como a preocupação é com a emergência, desenvolvimento do capitalismo partiremos da análise da relação com a Inglaterra, que é o primeiro país em que processo de industrialização teve um grande impulso no período entre o final do século XVIII e início do século XIX.

De acordo com Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (2007, p.15) a Revolução Industrial é produto das políticas mercantilistas colocadas em prática por um estado forte e centralizador. Segundo o autor, por nascer das entranhas do mercantilismo, a Revolução Industrial foi o golpe de misericórdia no velho sistema colonial. Assim, este país passaria a exercer sua hegemonia sob as normas do livre comércio, de modo a atender os interesses de suas indústrias (que pouco mais tarde se transformariam em monopólios industriais), trazendo consequências para o Brasil.

O Brasil foi apanhado pelas rápidas transformações do final do século XVIII e princípio do XIX em plena crise da economia da mineração, com as exportações em queda e conseqüentemente, a redução do fluxo de renda. A despeito da abertura dos portos e das tentativas modernizadoras, a primeira metade do século XIX foi marcada pela decadência econômica, só estancada quando o café rearticulou os nexos econômicos do Brasil no exterior. (BELLUZZO, 2007, p.15)

Segundo o autor, se por um lado a Revolução Industrial colocou em xeque o sistema colonial, contribuindo para a formação dos Estados nacionais, o que é o caso do Brasil, ela manteve a mesma estrutura de dependência deste em relação aos países industrializados, naquele período fundamentalmente com a Inglaterra. Neste sentido, a ruptura com sistema colonial coloca em movimento uma nova forma de relações produtivas no país.

De modo geral a leitura da história permite dizer que a inserção do Brasil na economia mundial desde o período colonial foi marcada por um modelo primário

exportador, na qual a produção agrícola tem participação relevante propiciado pelas grandes extensões de terra. Entretanto, as mudanças na economia mundial sempre impactaram a economia brasileira provocando mudanças internas. Assim, a decadência do modelo colonial leva à regressão tanto dos latifúndios quanto dos minifúndios, o que se constitui é uma economia de subsistência passando a produzir apenas para o próprio consumo. Este panorama é mudado com o desenvolvimento da cafeicultura. De acordo com Belluzzo (2007), as novas relações de produção foram capazes de produzir efeitos “virtuosos” na economia interna, com a construção de infraestrutura de transporte, bem como contribuiu no processo de urbanização e desenvolvimento de indústrias de bens de consumo. Entretanto, o que diferencia o novo modelo não é o seu produto e sim as relações de trabalho que dela derivam, uma vez que são pautadas na substituição da mão de obra escrava por assalariada.

Neste sentido, o fato de maior relevância ocorrido nas três últimas décadas do século XIX, na economia brasileira, segundo Celso Furtado (2007), teria sido o aumento relativo da importância do setor assalariado. A vinda de imigrantes, principalmente italianos e a abolição do Regime Escravocrata são os elementos chave desse processo.

A nova expansão tem lugar no setor que se baseia no trabalho assalariado. O mecanismo desse novo sistema, cuja importância relativa cresce rapidamente, apresenta diferenças profundas com respeito à antiga economia exclusivamente de subsistência. (FURTADO, 2007, p.218)

Para o autor, o trabalho assalariado seria fundamental para a formação de uma economia de mercado interna, que se desenvolve no Brasil na primeira metade do século XX. Celso Furtado (2007), segue sua análise apontando que, a economia baseada na cafeicultura, ainda que representasse o mesmo tipo primário exportador, as relações de trabalho assalariado estariam dinamizando o desenvolvimento interno.

Neste novo tipo de relações, ainda que guarde similaridades com o sistema escravista, o resultado bruto da produção é dividido entre os proprietários cafeicultores e os trabalhadores assalariados. Claro que esta divisão não é feita de forma igualitária, a parte que cabe aos primeiros é relativamente maior que a que corresponde os sujeitos do segundo grupo. Deste modo os trabalhadores

assalariados utilizam praticamente toda a parte que lhes cabia em consumo de alimentos e bens de primeiras necessidades. Já os proprietários, convertem sua parte em bens de consumo, mas também reinvestem parte na ampliação do sistema produtivo.

De acordo com Celso Furtado (2007), o Brasil apresentava condições favoráveis para ampliação desta política econômica. Entre as características fundamentais estaria a quantidade de terras disponíveis para a expansão da cafeicultura e uma disponibilidade de mão de obra que se acumulou nos séculos anteriores, de modo que, garantiu ganhos um pouco acima das demais ocupações, bem como a manutenção dos salários um pouco acima da média em relação aos demais trabalhos. Por isso era possível mobilizar a quantidade de trabalhadores necessários ao desenvolvimento econômico pela via da cafeicultura.

Demais, o aumento da produtividade, - efeito secundário do impulso externo – manifesta-se fora da unidade produtora-exportadora. A massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno. (FURTADO, 2007, p.220)

O autor destaca que a estabilidade dos salários seria restrita basicamente ao setor exportador, em função da relação comercial clássica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Com isso, este setor cresceu em importância na medida em que cresceu a economia, porque os salários médios em razão da conjuntura econômica não se elevavam.

Portanto, teve importância fundamental, no desenvolvimento do novo sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a existência da massa de mão de obra relativamente amorfa que se fora acumulando no país nos séculos anteriores (FURTADO, 2007, p.221)

Neste sentido, as novas relações de trabalho, assalariado, empregados na cafeicultura assumem grande importância no surgimento da indústria nacional. Favoreceu este processo a imigração europeia e principalmente a grande quantidade de mão de obra disponível que foi se acumulando com a degradação das antigas relações de produção.

Pode-se dizer que o processo de industrialização do Brasil tem início no final do século XIX e início do XX, de acordo com Paul Singer (2004), como uma consequência secundária da economia baseada na cafeicultura. Neste período,

predominava no país a produção agrícola para exportação ainda com marcas profundas do regime escravista que acabara de ser abolido em 1888. Já os países centrais do capital, estão passando à segunda etapa, que ficou conhecido como capitalismo monopolista.

### **1.2.1 A industrialização como consequência do desenvolvimento da cafeicultura**

A nova etapa do desenvolvimento capitalista denominada “Segunda Revolução Industrial”, de acordo com Singer (2004), seria marcada pelo surgimento de importantes inovações técnicas como a utilização da energia elétrica, o motor a combustão interna. Estas inovações levaram a uma ampliação na produção de bens de consumo dos quais o mais importante certamente é o automóvel. Este, influenciou mudanças significativas no aprimoramento das relações de trabalho e produção, como a implementação das linhas de produção baseadas no modelo fordista e a racionalização do trabalho a partir dos princípios tayloristas.

O fim do regime escravocrata aliado à imigração europeia de trabalhadores livres, ainda que com reduzido poder aquisitivo, dinamizou o mercado interno aumentando a procura por bens de consumo.

Teoricamente, este mercado interno em expansão poderia ser abastecido pela importação. Mas, para os artigos de menor valor, que eram os consumidos pela nova massa assalariada, o custo de transporte onerava fortemente os preços, oferecendo substancial margem de proteção à produção local. (SINGER, 2004, pp.212-213)

Para Paul Singer (2004, p.213), entre outros aspectos que favoreceram o desenvolvimento da indústria local, estariam a criação de barreiras alfandegárias logo após a Proclamação da República, bem como, a primeira guerra mundial que impedia ou limitava o comércio internacional. Estas questões criaram um clima favorável para o setor têxtil “e outros setores da indústria leve.” De 1889 a 1920 houve um aumento de 636 para 13.336 estabelecimentos industriais e o número de trabalhadores empregados saltou de 54.169 para 275.512. O autor destaca, que a grande maioria destes estabelecimentos estaria produzindo mercadorias simples ocupando o trabalho familiar e eventualmente uns poucos trabalhadores assalariados.

Como neste período a população brasileira ainda estava distribuída majoritariamente no setor rural, a produção nas pequenas cidades do interior seria basicamente de subsistência e atendia apenas às necessidades locais. Nestas localidades havia também um conjunto de manufaturas que estariam produzindo apenas para o comércio local. Portanto, o desenvolvimento da economia nacional, definido por Paul Singer como retardatário, se deu pela substituição das importações, mas de forma dependente do setor produtivo para exportação. E pela substituição do sistema artesanal pelo fabril, dado que a divisão social e técnica do trabalho amplia a produtividade com custos mais baixos. No entanto, no período entre 1889 e 1930, estes dois movimentos ainda eram muito tímidos.

De acordo com Singer (2004), para que o desenvolvimento econômico acontecesse seria necessário uma infraestrutura capaz de integrar as diferentes regiões do país, bem como seus respectivos sistemas produtivos. O problema é que cada um destes sistemas produtivos tinha sua estrutura própria que visavam a produção e exportação como é o caso da produção do café no estado de São Paulo. Assim, as regiões próximas a este estado compunham seu sistema produtivo e o processo de industrialização ocorre a partir desta estrutura existente. Os estados do sul promoveram seus desenvolvimentos a partir desta mesma infraestrutura da cafeicultura. Já na região nordeste a principal produção é de cana de açúcar e o desenvolvimento então está subordinado ao complexo das usinas de açúcar. Ou seja, ainda que existisse o desenvolvimento de uma indústria e mercado interno ele é decorrente da infraestrutura do SME (Sistema de Mercadorias para Exportação).

O que ocorreu, em última análise, foi que a substituição do artesanato se deu apenas na medida em que as necessidades do SME exigiram a construção de uma rede de transporte e a constituição de uma divisão inter-regional do trabalho agrícola. É por isso que se pode dizer que a industrialização que se deu no Brasil entre 1885 e 1930 não passou de uma consequência secundária da reorganização capitalista do SME, particularmente de sua parte mais dinâmica: a cafeicultura (SINGER, 2004, pp.215-216).

O breve panorama apresentado por Singer (2004), mostra que o desenvolvimento interno do país baseado na economia de mercado e o fortalecimento da indústria nacional careciam de uma infraestrutura específica para esse fim. Sua principal característica é a dependência da infraestrutura dos sistemas produtivos implantados em cada região do país para atender ao setor de produção

de matérias-primas para exportação. Assim, no período em que os países capitalistas centrais passam pela chama Segunda Revolução Industrial, o Brasil está inserido na economia capitalista mundial de forma dependente, participando na produção de mercadorias para exportação predominantemente no setor primário. Neste momento histórico a divisão internacional do trabalho já estava posta sob a hegemonia de algumas grandes potências capitalistas. Outro fato relevante é que mesmo que as estatísticas demonstrem a existência de um número significativo de fábricas, a grande maioria delas opera de modo artesanal ocupando basicamente o trabalho familiar. A produção industrial estava centralizada no eixo São Paulo-Rio. Concentrada nas mãos de poucas famílias, produzindo mercadorias simples e com máquinas importadas.

### ***1.2.2 A crise de 1929 como possibilidade de fortalecimento da economia nacional***

A crise do sistema capitalista deflagrada pela quebra da bolsa de valores de New York em 1929, pôs fim a este ciclo e inaugura uma nova fase no processo de industrialização do país. A crise internacional e conseqüentemente a Segunda Guerra Mundial dificultou e reduziu o comércio internacional.

A crise do SME foi, por assim dizer, permanente e acarretou a ruína da antiga oligarquia agroexportadora, que perdeu sua primazia política. Em seu lugar ocupou o poder uma coligação de capitais agrícolas e industriais ligados ao Setor de Mercado Interno (SMI) (SINGER, 2004, pp. 216-217).

Depois de um período de estagnação, a partir de 1933 até 1955, o setor industrial ganha novo impulso desta vez motivado pelo suprimento da demanda de expansão dos próprios meios de produção industrial, como a borracha, cimento, metalurgia. “Tudo indica, além do mais, que se trata da expansão de empresas capitalistas e, nos casos da indústria da borracha (pneus) e da siderurgia, sobretudo de capitais estrangeiros”. A indústria têxtil também teve um significativo crescimento a uma taxa média de 7% ao ano. “É este crescimento da demanda interna que constitui a base da industrialização no período” (SINGER, 2004, pp. 217-218).

Trata-se do surgimento de um germe de indústria de base, cujo desenvolvimento só se dará plenamente a partir do período seguinte

(1956-1967). Na verdade, o que caracterizava a industrialização deste período é a grande expansão da fiação e da tecelagem e de outros ramos do Departamento II, sobretudo dos que produzem bens de consumo não-duráveis (exceto o mobiliário) (SINGER, 2004, p.217).

Como o período citado se caracteriza pela crise do capitalismo imperialista abriu-se margem para a via de desenvolvimento econômico voltado para o mercado interno.

A grande mudança que se deu, após 1930, foi que o poder passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, ao crescimento para dentro, adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional a menos dependente possível do mercado mundial. (SINGER, 2004, p.218)

Para isso era necessário integrar as regiões isoladas que viviam de uma economia de subsistência e substituir os produtos artesanais por produtos fabris. Se antes o desenvolvimento do comércio interno se valia da infraestrutura montada para atender as exportações, a partir de 1930 vai se desenvolver uma infraestrutura direcionada ao desenvolvimento interno para criar um mercado nacional.

Entre as iniciativas para criar uma infraestrutura mínima necessária, o caminho adotado foi a construção de rodovias por ser mais flexível que as ferrovias. A vantagem é que elas podiam ser construídas parcialmente, de meras trilhas até a pavimentação. Além da possibilidade de utilização de uma multiplicidade de capitais individuais enquanto as ferrovias exigem um grande aporte de capital individual e imediato, pois a ferrovia só funciona se estiver plenamente pronta, o que vai das linhas de ferro até a maquinaria.

[...] a partir de 1930, a construção de ferroviária quase cessa no Brasil e a rodoviária se acelera de maneira impressionante [...] A industrialização, neste período, induziu a urbanização de boa parte da população do país, ampliando desta forma a demanda urbana por alimentos, o que, por sua vez, possibilitou a expansão da agricultura. (SINGER, 2004, pp.219-220)

É neste contexto impulsionada pela demanda urbana que a agricultura de mercado começa a ser impulsionada. Entretanto, a preocupação central no período é com o desenvolvimento da indústria nacional e com o mercado interno. Neste caso, o problema é que para substituir as importações era necessária uma indústria capaz de produzir mercadorias semelhantes às encontradas no mercado externo.

Para conseguir isso o país precisou importar tecnologia para agregar aos produtos e aos processos produtivos. “Não obstante, a importação de processos de produção que proporcione maior produtividade do trabalho é essencial ao capital para dominar as áreas da economia em que pretende expandir” (SINGER, 2004, p.222).

Neste sentido, o estilo de vida urbano é um produto do capitalismo industrial. Assim, na medida em que a indústria disponibiliza novos produtos o estilo de vida urbano também vai se alterando ampliando sua demanda. O problema é que a indústria nacional não era capaz de produzi-las o que pressionava à importação deles. Além disso, o estágio de desenvolvimento do capitalismo era o da Segunda Revolução Industrial, marcados pela produção de automóveis, a utilização de novas formas de energia e derivados do petróleo, o desenvolvimento da indústria farmacêutica, características que não podiam ser assumidas pelas indústrias de pequeno capital como era o caso do Brasil.

Um mercado de capital desta espécie não pôde ser formado no Brasil. Seja porque não havia uma classe média poupadora mas não investidora bastante rica, seja porque o capital brasileiro não se dispunha a dar o passo correspondente no sentido de entregar a gestão das suas empresas a uma tecnoburocracia profissional, sob o controle dos agentes do capital financeiro. (SINGER, 2004, p.223)

Estas características impunham ao país, que pretendia promover a modernização de sua economia, que internamente passasse para a etapa do capitalismo monopolista, sem que tivesse efetivamente desenvolvido a fase concorrencial. Por isso a princípio foi necessário a alocação de capital estatal e depois capital multinacional.

A primeira indústria monopolista brasileira foi a Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, segundo Paul Singer (2004), construída com capital estatal, resultado de empréstimos junto ao governo americano em troca de apoio na segunda guerra mundial. Além disso, diante da incapacidade do setor privado atender as demandas o Estado também passou a intervir no setor de energias. Uma das frentes foi a importante criação da Petrobrás, que começou suas atividades na exploração de derivados do petróleo, outra foi o investimento em construção de hidrelétricas como a de Paulo Afonso no rio São Francisco.

Surge assim, o setor monopolista do capitalismo industrial brasileiro, que opera significativa substituição de importações a partir do período seguinte, viabilizando a continuidade da industrialização,

apesar do estrangulamento externo. (SINGER, 2004, p.224)

No cenário internacional as regras de intercâmbio são cada vez mais desfavoráveis a países como o Brasil, colocando como cada vez mais emergente a substituição da importação dos produtos industrializados.

### **1.2.3 A industrialização pela via do capital internacional**

No plano mundial o período de 1956 a 1967 se caracteriza pelo término da reconstrução das economias que participaram da Segunda Guerra. Também está entre suas marcas a constituição de um Mercado Comum Europeu e o fortalecimento do sistema de trocas entre os países mais industrializados. Estes mercados são cada vez mais integrados pelas multinacionais que estendem suas atividades a países ainda não industrializados como é o caso do Brasil, motivados pela insuficiência de uma indústria nacional, pela mão de obra abundante e barata, e pela impossibilidade nacional de constituição de um mercado consumidor de massas.

Neste período de estável crescimento econômico em âmbito mundial, depois de um conturbado período político interno com o suicídio de Getúlio Vargas, toma posse o presidente Juscelino Kubitschek, que promove a intensificação do processo de industrialização do país a partir de um projeto central que foi a construção de Brasília.

Das realizações industriais do período, a mais impressionante, sem dúvida, foi a implantação da indústria automobilística. O governo ofereceu às empresas uma série de incentivos, desde que implantassem fábricas de veículos capazes de produzir no Brasil, até 1961, 98 a 99% do peso dos veículos. E estes índices foram alcançados, embora apenas em 1962. (SINGER, 2004, p.225)

A economia do país cresceu em média 11,9% ao ano, aponta o autor (SINGER, 2004). Destaca-se ainda o fato de que os setores industriais menos expressivos no período anterior, como os setores de transporte, elétrico, químico cresceram acima da média, enquanto setores como o têxtil e alimentos, que antes eram os que impulsionavam a economia cresceram abaixo da média.

Assim, ao final da década de 1950 o quadro que se tem é uma participação muito intensa do capital estrangeiro na economia nacional. Este fato aponta para uma inversão no modelo de industrialização adotada no início do século que

buscava a formação de uma indústria nacional. “A resposta mais óbvia é que o aporte de capital multinacional era indispensável. Mas os dados não chegam a confirmar esta hipótese” (SINGER, 2004, p.226). Outra hipótese que não se confirma é a do volume de capital de empréstimo que as multinacionais traziam. Primeiro porque os custos dos empréstimos eram muito altos e a entrada de dólares efetivos era pequena e segundo porque grande parte dos empréstimos vinha em forma de equipamentos, já usados, muitas vezes supervalorizados.

Nestas condições, a resposta mais provável é que a abertura da economia ao capital estrangeiro tenha sido o resultado da correlação de forças, dentro da aliança no poder, dos que se colocavam contra e a favor da industrialização acelerada e contra e a favor da participação das multinacionais e do Estado neste processo. (SINGER, 2004, p.227)

Diante deste contexto a alternativa seguida foi o da entrada do capital estrangeiro e uma expansão ainda maior do capital do Estado, uma vez que não havia no país um capital privado capaz de fazer frente às demandas da industrialização monopolistas. No plano político, segundo o autor, o que estava em disputa era um modelo que defendia a necessidade de aceleração do processo de industrialização e setores que davam prioridade a agricultura de exportação. Neste embate saiu vitoriosa “uma política de portas abertas ao capital estrangeiro”, que marcou de forma decisiva um processo de homogeneização do país no desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Cabe assinalar também, que foi entre 1956 e 1967 que as relações de produção capitalista se tornaram hegemônicas no campo. A ampliação do mercado interno para alimentos e matérias-primas agrícolas atraiu o capital monopolista para a agricultura. Com os incentivos fiscais, grandes fazendas de gado começaram a ser abertas ao longo das estradas de penetração, acarretando não poucas vezes a expropriação de posseiros e sua transformação em trabalhadores diaristas. De uma forma geral, colonos e parceiros foram expulsos das fazendas e substituídos por diaristas conhecidos pela alcunha de volantes ou boias-frias. (SINGER, 2004, pp.227-228)

Depois de um período marcado por um considerável crescimento econômico o país passa por um período de recessão causado pelo desequilíbrio no “Balanço de Pagamento” no orçamento público e por um crescente grau de organização dos trabalhadores assalariados. Estas condicionantes culminam numa crise política que leva ao Golpe Militar de 1964, que de modo geral resolve pela força as contradições

entre capital e trabalho.

A partir de 1968 a produção capitalista já havia se estendido por todas as regiões do país de modo que comparado a ela a produção de subsistência é relativamente pequena. Por isso o desenvolvimento da economia capitalista não pode mais se desenvolver apenas incorporando os setores “atrasados.”

Mudanças de processo continuam ocorrendo – a mecanização da agricultura p.ex. toma grande impulso a partir de 1970 – mas o crescimento econômico é comandado cada vez mais pela introdução de novos produtos, ou seja, pela diversificação do consumo das camadas de maior poder aquisitivo. (SINGER, 2004, p.230)

Se ao final do período anterior as multinacionais se limitavam a produzir para o mercado interno, a partir de 1968 elas começam a produzir para a exportação e atingem um índice de 48,7% das exportações em 1980. Com isso pode se deduzir que a economia do país cresceu, mas este crescimento estava nas mãos do capital internacional.

O modo que se dá a inserção do país na nova divisão internacional do trabalho é bem explicado pelo setor de máquinas de escritório. A oferta nacional de equipamentos de escritório é controlada por três grupos internacionais, cada qual com sua unidade de produção específica. [...] os grupos dividiam entre si o mercado mundial, nele incluía a América Latina, procurando otimizar as vantagens referentes às economias de escala e às tarifas preferencias dos Mercados Comuns. (SINGER, 2004, p.231)

Para o autor o problema da formula adotada é que mesmo havendo crescimento da indústria não há o desenvolvimento de uma tecnologia nacional e assim o Brasil se mantém dependente dos países desenvolvidos que as detêm. Esta forma de inserção na divisão internacional do trabalho traz consequências também para a classe trabalhadora. Por um lado se tem a formação de uma classe administrativa que mantém seus salários ao nível dos salários dos administradores e dirigentes das matrizes. Por outro lado, os trabalhadores das linhas de produção têm seus salários pressionados para baixo pela concorrência internacional com outros países periféricos do capital inseridos no mesmo processo de industrialização. Com isso criou-se um desnível entre os salários destes em relação aos primeiros que passaram a constituir uma “nova classe média”. Enquanto os salários dos trabalhadores se situam entre os mais baixos da América Latina, para os executivos das grandes empresas eles equivalem aos mais altos do mundo comparáveis ao dos

Estados Unidos e Alemanha Ocidental.

O desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista apresenta como características fundamentais a exploração do trabalho. A forma como se deu a inserção, dependente, do Brasil na economia capitalista globalizada, promove um processo de exploração da mão de obra pouco qualificada a baixo custo para o capital. Criou-se também uma quantidade, limitada, de postos de trabalho de comando com alto prestígio e remuneração. A consequência mais imediata foi a ampliação das desigualdades sociais. De um lado proprietários de meios de produção e seus representantes, principalmente das multinacionais; dirigentes que ocupam altos cargos e postos de concepção e comando do trabalho. E de lado outro trabalhadores manuais mal remunerados e com baixo prestígio social.

O modelo de industrialização adotado, qual seja, pela via da abertura ao capital internacional, com implantação de grandes empresas multinacionais sob o paradigma do Grande capital, como vimos acima no subtítulo “A crise do capital”, começa a sofrer com suas contradições internas e entra em uma crise que leva a desestruturação desse padrão de desenvolvimento.

#### ***1.2.4 Os desdobramentos da reestruturação produtiva e da reforma do Estado Brasileiro***

No Brasil, a reforma do Estado começa a ser implementada na década de 1990 e é intensificada no Governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação de um ministério específico para fazer a reforma do Estado<sup>19</sup>. Depois de um período relativo de estagnação da economia, a primeira década do século XXI é marcada por uma relativa elevação da renda per capita, assim como, pela elevação da participação do trabalho na renda nacional e por uma elevação da renda para os trabalhadores de salários mais baixos.

No que diz respeito à recuperação recente da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, percebe-se que ela é compatível com a elevação dos componentes de melhora da situação geral dos trabalhadores. (POCHAMANN, 2012, p.13)

Segundo Marcio Pochmann (2012), os dados estatísticos existentes mostram uma diferença significativa em relação às últimas cinco décadas no país. Neste

---

<sup>19</sup> Sobre a Reforma do Estado brasileiro ver Bresser Pereira “A reforma do Estado.”

período que compreende de 1960 a 2010, observa-se três fases distintas, a primeira que vai de 1960 à 1980, é marcada pelo crescimento econômico e pela concentração de renda. Os dados mostram “o ritmo de expansão da renda per capita extremamente forte, com crescimento médio anual de 4,6% ao ano.” a “[...] taxa de ocupação da mão de obra, formalizada do emprego e redução da pobreza, elevou-se em 4,2% ao ano, em média.” No entanto, “[...] a participação do rendimento do trabalho na renda nacional, caiu 11,7%, enquanto o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho aumentou quase 21,9%” no mesmo período.

Em síntese, percebe-se que o rápido dinamismo econômico, permeado pelo predomínio do regime autoritário, constrangeu qualquer possibilidade de transformação social que não fosse o favorecimento dos segmentos privilegiados da nação, uma vez que as classe populares participaram somente de forma parcial e minoritária dos avanços na base material da economia nacional (POCHMANN, 2012, p.14).

A segunda fase que compreende o período entre 1981 e 2003 é marcada pela estagnação econômica e queda do rendimento do emprego, “com uma variação média anual positiva de somente 0,2%.” O desemprego e o aumento do trabalho informal com baixos salários apontam uma regressão da situação geral do trabalho de menos 14%.

Por conta disso, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional decaiu 23% entre 1981 e 2003. Ao mesmo tempo, o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho permaneceu praticamente inalterado, não obstante forte oscilação entre esses anos. No período analisado, houve queda média anual de 0,1% ao ano (POCHMANN, 2012, p.15).

A terceira fase que vai de 2004 a 2010, é marcada por uma retomada do crescimento econômico e por uma maior participação do trabalho na distribuição da renda nacional. Neste período constata-se que “a renda per capita dos brasileiros cresceu a uma média anual de 3,3%, ao passo que o índice da situação geral do trabalho cresceu em média 5,5% ao ano” (POCHMANN, 2012, p.16). Outro dado relevante é o da participação do trabalho na renda nacional que aumentou 14,8%, ao passo que a desigualdade na distribuição pessoal da renda caiu 10,7%.

Ao analisar as três fases que compõem o período, Marcio Pochmann, (2012), aponta que o primeiro que vai de 1960 a 1980 e o terceiro de 2004 a 2010 são

marcados pelo crescimento econômico. O primeiro teve como característica relevante o desenvolvimento do setor secundário da economia com a expansão da indústria e construção civil, ao passo que o setor primário constituído pela agropecuária, perdeu em importância sem que mudanças significativas no setor terciário, o setor de serviços.

De fato, constata-se que, entre 1950 e 1980, o peso do produto do setor secundário passou de 20,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 38,6% (aumento de 88,3%), ao passo que a participação do setor primário foi reduzida de 29,4% para 10,7% do PIB (queda de 63,6%). Durante o mesmo período, o setor terciário manteve-se relativamente estável, com participação inferior a 51% do PIB (POCHMANN, 2012, p.16).

Na terceira fase, segundo Marcio Pochmann (2012), o crescimento econômico registra a expansão do PIB no setor terciário. O setor primário continuou perdendo importância e o setor secundário que havia impulsionado o crescimento do PIB na primeira fase, nesta última perdem em importância. Aliás, já na segunda fase, marcada pela recessão, o setor terciário ganha em importância na participação do PIB.

Desde a década de 1980, somente o setor terciário tem aumentado seu peso no total da ocupação nacional. No caso do setor primário, percebeu-se a contínua diminuição do seu peso relativo no total dos postos de trabalho, com queda de 32,9% para 18,4% entre 1980 e 2008, ao passo que o setor secundário manteve-se relativamente estabilizado em quase um quarto da ocupação nacional (POCHMANN, 2012, p.17).

O autor destaca ainda, que no início do século XXI a diminuição nos postos de trabalho no setor primário chega a ser nove vezes maior do que na década de 1970. Assim, podemos dizer que ao considerarmos as três fases do período entre 1960 e 2010 há uma mudança da importância na participação na economia, no qual o setor primário foi sempre perdendo, ao passo que na primeira fase o setor secundário ampliou sua participação enquanto na segunda e terceira fase foi o setor terciário que ampliou sua participação na constituição do PIB.

As mudanças na dinâmica de constituição da estrutura social mostram a partir da década de 1970 há uma tendência de queda na criação de postos de trabalho com remuneração abaixo de 1,5 salários mínimo. No entanto, na primeira década do século XXI esta tendência se inverte e a maiorias dos postos de trabalho criados

giram em torno deste valor.

De 1970 até o ano de 2000 havia uma trajetória de redução relativa do segmento de remuneração na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal, que passou de 77,1% para 45,8% de todos os postos de trabalho. Na sequência, aumentava o peso relativo das ocupações de maior rendimento, como no caso daquelas com mais de três salários mínimos mensais, que saltou dos 9% de todas as vagas em 1970 para 28,7% no ano de 2000.

Durante a primeira década de 2000, entretanto, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, aproximando-se de quase 59% de todos os postos de trabalho (POCHMANN, 2012, p.20).

Estes dados corroboram a tese do referido autor de que não há uma nova classe média e sim a incorporação de trabalhadores na base da pirâmide que saíram da condição de pobreza e agora fazem parte de uma parcela considerável da população que passaram a ter acesso a bens de consumo, mas que não significa o pertencimento a classe média.

Esta, por sinal, praticamente não sofreu alteração considerável, pois se manteve estacionada na faixa de um terço dos brasileiros, ao passo que os trabalhadores de salário de base aumentaram na participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3% em 2009. Na condição da pobreza a queda foi significativa de 37,2% para 7,2% no mesmo período. (POCHMANN, 2012, p.15).

Por outro lado, no mesmo período, observa-se uma ampliação dos detentores da renda da propriedade na participação do PIB de 3,9 em 1995 para 14,3 em 2009. Assim, se no período demonstrado houve um crescimento da participação no PIB, na parte inferior e superior da pirâmide significa que houve uma retração na classe média e não sua ampliação.

De acordo com Marcio Pochmann (2012), a passagem tardia da sociedade agrária para a urbano-industrial, associada a estrutura incompleta do mercado de trabalho, manteve na base da pirâmide o trabalho de natureza autônoma, vinculado ao setor primário da economia. Estas atividades laborais caracterizam-se por não estar submetido ao regime de trabalho assalariado.

Como trabalho no setor primário identifica-se o conjunto de atividades laborais na agricultura, na pecuária e no extrativismo mineral e vegetal; as ocupações autônomas, por sua vez, referem-se àquelas que, em geral, são desempenhadas por natureza própria, sem subordinação e nem com a presença de algum meio de

produção, pois isso seria próprio da atividade de empregadores (POCHMANN, 2012, p.69).

De modo geral o trabalho no setor primário, de acordo com os dados apresentado pelo autor, no ano de 2009, 87% ficam abaixo de 1,5 salário mínimo ao mês, tanto entre os trabalhadores assalariados, quanto entre os trabalhadores autônomos.

O setor primário da economia é bastante heterogêneo e compreende as atividades na agricultura, na pecuária e no extrativismo mineral e vegetal.

No âmbito da agricultura, por exemplo, ganham relevância as atividades que se distinguem pela natureza do trabalho, como no caso das ocupações familiares e das exercidas empresarialmente, especialmente pela identificação do agronegócio. Em geral, prevalece o assalariamento na agricultura empresarial e, na agricultura familiar, o trabalho não assalariado, para o próprio negócio rural. (POCHMANN, 2012, p.70)

Márcio Pochmann (2012), a partir de uma pesquisa com dados estáticos traça o perfil do trabalhador do setor primário e que ajuda a entender também qual é o perfil do trabalhador na agricultura. Os dados de 2009, mostram que 15,3% dos trabalhadores atuam no setor primário, o que corresponde a 15.592.868 (quinze milhões quinhentos e noventa e dois mil oitocentos e sessenta e oito), trabalhadores. Destes total 70% atuam no meio rural. O nível de escolarização tem se elevado, assim como a média de idade também está maior, ou seja, a população está envelhecendo.

Em 2009 segundo Pochmann (2012), um quarto dos trabalhadores brasileiros estava desempenhando trabalho autônomo<sup>20</sup>, deste total, dois em cada três recebem salário inferior a 1,5 salário mínimo ao mês, o que se percebe é “um nítido decréscimo da importância relativa do trabalho autônomo no meio rural, passando de 47% em 1979, para 29,5% do total de postos de trabalho autônomos, em 2009” (POCHMANN, 2012, p.81).

Em grande medida, a alteração na composição das ocupações autônoma nos estados brasileiros refere-se ao crescente deslocamento do trabalho no meio rural para o urbano. Mesmo assim, as atividades laborais no campo ainda representa uma parte

---

<sup>20</sup> [...] as ocupações autônomas, por sua vez, referem-se àquelas que, em geral, são desempenhadas por natureza própria, sem subordinação e nem sempre com a presença de algum meio de produção, pois isso seria próprio da atividade de empregadores (POCHMANN, 2012, p.69)

significativa dos trabalhadores de baixa remuneração, que formam a base da pirâmide social brasileira. (POCHMANN, 2012, p.84)

Pertence a este quadro extremamente reduzido apresentado pelo autor, os trabalhadores do Grupo Especializado de Abacaxi. Acredita-se que a forma diferenciada de organização do trabalho é que tem possibilitado a estes trabalhadores resistir às investidas do capital, e passar a compor o seu quadro de trabalhadores ou exército de reserva. Por este motivo, no próximo capítulo faremos uma apresentação e análise do contexto macroeconômico e suas implicações no Brasil, no Paraná e no município de Cruzeiro do Oeste, no período em que foi criado o “Grupo Especializado de Abacaxi”.

## **CAPÍTULO II – O GRUPO ESPECIALIZADO DE ABACAXI: RELAÇÃO COM O CONTEXTO MACROECONÔMICO E IMPLICAÇÕES NO BRASIL, NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE**

### **2 APRESENTAÇÃO**

O objetivo deste segundo capítulo é analisar as implicações do contexto macroeconômico sobre a formação e desenvolvimento do município de Cruzeiro do Oeste, tendo em vista que as condições objetivas para criação do Grupo Especializado de Abacaxi são decorrentes desse processo. A análise é feita tomando como referência a forma como se deu a penetração do capitalismo nas relações de produção e trabalho, na realidade do Grupo Especializado de Abacaxi, a partir do contexto no qual está inserido. A saber, o município de Cruzeiro do Oeste, pertencente ao estado do Paraná ente federado do Brasil e conforme caracterizado no capítulo anterior, pelo desenvolvimento do capitalismo dependente.

Como o desenvolvimento do capitalismo na sua fase monopolista/imperialista dependia em grande medida do controle das fontes de matérias-primas, os grandes monopólios dividiram entre si os setores mais dinâmicos e as potencialidades dos países subdesenvolvidos, o que envolvia a apropriação de espaços que ainda não haviam sido explorados pelo capital.

Este fato constitui-se em um determinante fundamental para o desenvolvimento e a forma como se deu a distribuição das terras agricultáveis na Região Noroeste do Paraná. Destaca-se nesse processo que ela se deu em decorrência do sistema produtivo do café na região de São Paulo. Também não se pode perder de vista que isso ocorre associado à modernização da agricultura, a chamada Revolução Verde, o que altera as condições de produção e as relações de trabalho no campo, levando ao êxodo rural e à retração populacional dos municípios não industrializados com pequenas cidades.

Entre as principais características da modernização da agricultura é que ela foi um processo marcado pelas atividades de grande extensão, de tal modo que colocou em sérias dificuldades a produção em pequenas extensões. A produção de café baseada na agricultura familiar em sistemas de parcerias cedeu lugar para as empresas agrícolas, nas quais as relações de trabalho eram assalariadas e com vínculos empregatícios muito precários, destacando-se a forma conhecida como boias frias.

Ao analisar a particularidade do município de Cruzeiro do Oeste, o que se observa é que o seu processo de colonização e desenvolvimento econômico é implementado a partir da estrutura cafeeira da Região Norte do Paraná. Assim, se aquela Região se desenvolveu de forma dependente da estrutura existente para produção de café na Região de São Paulo, pode-se dizer que o processo de desenvolvimento do município é duplamente dependente da estrutura da cafeicultura. Alguns aspectos de relevância vão se destacando no processo, entre eles, isso ocorre em um período em que o sistema produtivo do café estava em decadência, e que a chamada Revolução Verde passa a ser o modelo de produção no campo.

Por fim, é preciso considerar que o município de Cruzeiro do Oeste, em função das determinações do desenvolvimento macroeconômico do sistema, não foi capaz de promover sua industrialização. O problema que está posto é o de entender como o entrelaçamento desta determinantes incidiram sobre a criação do Grupo Especializado de Abacaxi? Parte-se do pressuposto de que as mudanças, tanto no cenário externo, quanto no interno, implicam diretamente nas condicionantes da criação do Grupo Especializado de Abacaxi no município de Cruzeiro do Oeste, Região Noroeste do Paraná. Acredita-se que os elementos apontados, tendo em vista a escolha metodológica devam ser examinados para a compreensão e identificação do objeto estudado.

## **2.1 O impacto do desenvolvimento do capitalismo nas relações de produção e do trabalho no campo: Brasil, Paraná e Cruzeiro do Oeste**

As discussões feitas até o momento têm tentado evidenciar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista se deu a partir de transformações que ocorreram a partir do campo. As relações sociais de produção eram as estabelecidas em torno da produção agrícola basicamente para o consumo, entre proprietários de terra e servos ligados a ela. Entretanto, à medida em que parte da população passa a ser excluída destas relações, essa parcela da população começa a estabelecer novas relações de produção, tendo em vista a produzir objetos para a troca e não mais para o consumo. Esta nova forma de relações de produção foi se ampliando até se tornar hegemônica subsumindo as outras formas, inclusive estendendo-se até o próprio campo.

Karl Marx (2011), demonstrou a forma como o capitalismo penetrou nas relações de produção no campo, de modo que transformou o camponês em burguês rural ou em proletário urbano ou rural. A forma mais desenvolvida da relação de produção e trabalho no campo é assumida a partir da Revolução Verde; modelo de modernização da agricultura que discutiremos mais à frente.

Como se discutiu no capítulo anterior, já a partir do final do século XIX os Estados Unidos se configura entre as principais economias mundiais, transformando-se na principal potência imperialista após a Segunda Guerra Mundial, A partir de então, consolida seu domínio sobre toda a América-latina incluindo o Brasil. É neste período que o processo de modernização e industrialização brasileiro se intensifica. No entanto, como a característica do desenvolvimento econômico no Brasil é o capitalismo dependente, nas fases, segundo Ernest Mandel (1982), do imperialismo e do capitalismo tardio, a economia nacional se desenvolve dominada pelo capital internacional. Isto acontece porque os países desenvolvidos haviam dividido o mundo entre si para que estes pudessem explorar as potencialidades dos países dependentes, principalmente na produção agrícola e de matérias-primas.

O fato é que como o desenvolvimento do capitalismo na sua fase monopolista/imperialista dependia em grande medida do controle das fontes de matérias-primas, os grandes monopólios dividiram entre si os setores mais dinâmicos e as potencialidades dos países subdesenvolvidos, o que envolvia a apropriação de espaços que ainda não tinham sido explorados pelo capital. Este fato constitui-se em um determinante fundamental para o desenvolvimento da Região Noroeste do Paraná<sup>21</sup>, tendo em vista que no início do século XX a Inglaterra vislumbrava explorar suas potencialidades, conforme veremos a seguir.

---

<sup>21</sup> A Região Noroeste do Paraná, na atualidade é dividida em três microrregiões: Paranavaí, Cianorte e Umuarama. Esta última receberá maior destaque nas discussões tendo em vista que o município de Cruzeiro do Oeste dela faz parte.

## 2.2 Formas de distribuição e posse da terra na Região Noroeste do Paraná<sup>22</sup>

A colonização da Região Noroeste do Paraná está ligada à colonização da Região Norte do estado e dependente da infraestrutura montada para o escoamento da produção do café no estado de São Paulo e sua história começa a ser construída no início do século XX. De acordo com a história da empresa Companhia de Terras Melhoramentos Norte do Paraná<sup>23</sup>, no ano de 1923, chega ao Brasil, no estado do Rio de Janeiro a “Mala Real Inglesa”, chefiada por Lord Montagu, com importante missão econômica. Entre os objetivos da missão estava o de auxiliar o governo do Presidente Arthur Bernardes a reformular o nosso sistema tributário e a organizar a dívida do Brasil com a Inglaterra. Acompanhava a missão o Barão Lord Lovat, incumbido pelos acionistas da Sudan Plantations a estudar as possibilidades de investimentos de capitais no Brasil, para obter algodão para suprir a indústria têxtil da Inglaterra.

Consta também que foi na Gastão Mesquita Filho, engenheiro que havia construído a estrada de ferro que ligava Cambará no Norte Velho do estado do Paraná à Ourinhos no estado de São Paulo, o encarregado de apresentar a região ao Barão. Apesar da pouca infraestrutura as terras eram baratas e férteis. Assim, com a possibilidade de ampliação da linha férrea, havia também a possibilidade de valorização das terras. E foi o que aconteceu, o grupo Inglês adquiriu uma área de aproximadamente 515.000 alqueires de terras e em 1929, assume o controle acionista da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Sob o comando de Arthur Thomas, homem de confiança de Lord Lovat, nascia a Companhia de Terras Norte do Paraná, é nesta fase inglesa da companhia que é feito o plano de colonização da região e da cidade de Londrina.

---

<sup>22</sup> O intuito deste texto não é a discussão sobre os povos que tinham a posse da terra, entre eles com destaque especial para os indígenas da etnia Xetas no Norte Novíssimo, mas sim que a colonização corresponde a inserção das relações de produção capitalista na região. O processo de colonização exterminou este povo que eram os primeiros habitantes da região. “A destruição da floresta, a presença de mais colonos na região, a morte provocada por doenças trazidas pela colonização, a captura de crianças Xetás levadas para viver entre os brancos, a expulsão de seu habitat, a separação de seu povo e do convívio com a sua cultura, são fatores que contribuíram para a quase extinção do povo Xetá” (CARDOSO, 2007, p.9).

<sup>23</sup> Histórico da Companhia Melhoramentos. Disponível em: <http://site996.provisorio.ws/melhoramentos/historia/> Data do acesso: 29/11/2014.

As dificuldades impostas pela Segunda Guerra Mundial obrigaram o grupo Inglês a vender a Companhia a um grupo brasileiro, que a adquiriu com apoio do Estado Nacional que assumiu o controle da Companhia Ferroviária. Nacionalizada a Companhia manteve a mesma estratégia de colonização do período de domínio Inglês.

A partir de 1951 a Companhia funde-se a Companhia Melhoramentos e passa a se chamar CIA Melhoramentos Norte do Paraná. Além da colonização característica do período anterior, a Companhia passa a oferecer um serviço de infraestrutura mais amplo para o desenvolvimento econômico e a formação das cidades<sup>24</sup>.

Segundo Cassia Regina Soares Cardoso (2007), no Paraná encontramos três ondas distintas de colonização. A primeira é conhecida como Colonização Tradicional e “refere-se ao denominado Paraná Tradicional, cuja expansão deu-se a partir de Paranaguá e Curitiba às regiões de campo, motivada pela criação de gado, pela indústria ervateira e de madeira de pinho” (CARDOSO, 2007, p.6).

De acordo com Cardoso (2007), a segunda e terceira ondas referem-se à colonização do Paraná Moderno. Uma que se desenvolve a partir da região sudoeste, marcada pela forte ocupação gaúcha que praticava uma agricultura mais

---

<sup>24</sup> Os compradores particulares que desejassem instalar indústrias, escolas e hospitais gozariam de condições especiais na compra dos lotes urbanos. Os poderes públicos receberiam, gratuitamente, terrenos para construir edifícios da prefeitura, da delegacia, de escolas, do correio, das estações ferroviária e rodoviária. A Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, considerada a maior empresa colonizadora do País, é responsável pelo desbravamento e ocupação de uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras ou cerca de 13.200 km<sup>2</sup>, área maior que a de muitos países. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu mais de 50.000 lotes agrícolas, garantindo o acesso a estas propriedades com abertura de 5.000 quilômetros de estradas vicinais, mantidas e conservadas pela empresa, com tráfego intenso, até a transferência ao poder público. Isso permitiu que mais de 1.000.000 de pessoas se estabelecessem nas regiões norte e nordeste do Estado, contribuindo de forma significativa para seu desenvolvimento econômico. No Paraná entre as cidades fundadas pela Companhia temos como destaque: Londrina, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cianorte e Umuarama e ainda entre estas e outras, a cidade de Jussara, onde deu início a uma nova atividade. A Cia. Melhoramentos atualmente tem como atividades agrícolas principais: **CANA**: Principal atividade agrícola que além das propriedades próprias, tem também terceiros que completam a necessidade de produção de cana-de-açúcar para produção de etanol da controlada Destilarias Melhoramentos S.A.; **PECUÁRIA**: Atividade concentrada nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul (Histórico da Companhia Melhoramentos. Disponível em: <http://site996.provisorio.ws/melhoramentos/historia/> Data do acesso: 29/11/2014).

voltada à subsistência<sup>25</sup>. E a outra ligada a expansão da cafeicultura na região norte do estado.

A colonização do norte do Paraná, segundo Cardoso (2007), é apresentada tradicionalmente a partir de sua divisão em três partes e períodos distintos. O primeiro conhecido como Norte Velho ou Norte Pioneiro foi colonizado na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX<sup>26</sup>. A segunda parte conhecida como Norte Novo foi colonizado entre 1930 e 1947<sup>27</sup>. A terceira parte, o Norte Novíssimo foi colonizado no período entre 1940 e 1960<sup>28</sup>.

Como se viu, a colonização do Norte do estado teve início no Norte Velho, ainda no século XIX, marcada pela predominância dos grandes latifúndios diretamente ligados ao sistema produtivo de café paulista, porém com produção ainda muito pequena. No entanto, a partir de 1940 o eixo produtor de café se desloca do Norte Pioneiro para o Norte Novo.

Colonizado principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná, a partir de 1930, (CARDOSO, 2007), o Norte Novo teve como característica a divisão em lotes pequenos e médios o que facilitava a comercialização, tendo em vista que boa parte foi colonizada por iniciativa privada. Como resultado desse processo, já no início da década de 1960 o Paraná se tornava o maior produtor brasileiro de café e Londrina conhecida como a capital mundial do café. Na década de 1940 o cultivo de café chega ao Norte Novíssimo, porém, a cultura não se desenvolveu devido as características do solo (arenito) não ser tão propício ao desenvolvimento das lavouras de café quanto a terra “roxa” do Norte Novo. Assim, o cultivo do café foi a principal fonte da economia da região, mas nunca atingiu a proporção do Norte Novo, e a partir da década de 1970 entra em forte decadência.

A estratégia de fazer a colonização por meio da iniciativa privada foi a

---

<sup>25</sup> Ricardo Rippel em sua tese de doutorado intitula “Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000”, apresenta as características da colonização na Região Oeste do Paraná (RIPPEL, 2005).

<sup>26</sup> O Norte Velho, ou Norte Pioneiro, localizado no nordeste do Estado, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi (CARDOSO, 2007, p.6).

<sup>27</sup> O Norte Novo, região que vai desde o rio Tibagi até as proximidades de Maringá, foi colonizada principalmente pela Companhia de Terras Norte (CARDOSO, 2007, p.6).

<sup>28</sup> O Norte Novíssimo, que compreende a região que se estende das proximidades de Maringá até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri. Os 21 municípios que compõem atualmente a microrregião de Umuarama fazem parte do Norte Novíssimo (CARDOSO, 2007, pp.6-7).

alternativa encontrada, diante da falta de recursos do Estado para promover o desenvolvimento e a modernização.

A colonização privada permitia o acesso a terra aqueles que não dispunham de grandes riquezas. Os prazos de pagamento dos lotes rurais ou urbanos era um dos atrativos. As colonizadoras proporcionavam uma infraestrutura básica, com estradas de acesso, instalação de serrarias, motores geradores de energia, transporte aéreo, entre outras (CARDOSO, 2007 p.12).

Cardoso (2007), destaca que a divisão das terras em pequenos e médios lotes não impediu a formação de latifúndios, uma vez que não havia restrição a compra, ou seja, uma mesma pessoa podia comprar quantos lotes pudesse pagar. Outro fato que favoreceu a acumulação de terras foi o controle feito tanto por parte dos colonizadores privados, quanto por parte do próprio estado, dos “homens” que iriam colonizar o espaço. Parentesco, amizade, privilégios políticos constituíam a regra das concessões. Um exemplo desta prática é o que se verifica entre o governador do estado do Paraná, Moyses Lupion e a Companhia Colonizadora Byington<sup>29</sup>.

O mapa da colonização da região de Umuarama mostra o modo que as terras foram divididas. Destaca-se neste processo o fato de que como as terras de melhor qualidade para a produção do café já haviam sido apropriadas pela Colonizadora Norte do Paraná e posteriormente Colonizadora Melhoramentos Norte do Paraná, em grande parte, as terras do Norte Novíssimo foram doadas pelo estado às Companhias em troca de serviços prestados e obras construídas principalmente nas outras duas regiões, no Norte Pioneiro e Norte Novo. Como as características das terras de arenito não eram tão propícias ao cultivo do café, como afirmado anteriormente, os colonizadores investiam pouco em infraestrutura<sup>30</sup> e muito em

---

<sup>29</sup> Companhia Colonizadora Byington, empresa com sede em São Paulo; na pessoa do Sr. Alberto Jackson Byington Júnior, que prestara vários serviços ao Governo do Estado do Paraná, (Governo Lupion), inclusive a execução de vários trechos do leito da via férrea central do Paraná e também a construção da Estrada que liga Apucarana à Ponta Grossa - PR. Como pagamento destes serviços à empresa recebeu as terras que hoje cobrem os municípios de Xambê, Pérola e Altônia, perfazendo um total de 96.000 alqueires (PEROLA, Prefeitura Municipal: antecedentes históricos. Disponível em: <http://perola.pr.gov.br/index.php?sessao=3329698b45nc33&id=1425> Data do acesso: 1/12/2014

<sup>30</sup> [...] as colonizadoras, todas elas tinham a mesma estrutura. Era um padrão. Elas vinham, loteavam o terreno, abria umas picadas, a estrada mestra, depois vendia a terra, o cidadão recebia o mato em pé e água no rio, ele tinha que derrubar e fazer tudo. Ele comprava a

propaganda<sup>31</sup> com o objetivo de valorizar as terras e atrair compradores.

O governo poderia lucrar com os impostos que recaíam sobre a venda dos lotes e sobre a comercialização da produção. A infraestrutura implantada pelas companhias garantia condições de permanência aqueles que se instalavam nas novas cidades e povoados, sem ônus para o Estado (CARDOSO, 2007, p.12).

Figura 1 – Mapa da colonização da Região de Umuarama<sup>32</sup>



A análise do processo de Colonização da Região Noroeste do Paraná mostra que a inserção do capital internacional, principalmente da Inglaterra, para explorar as riquezas nacionais marca sua primeira fase. A decadência inglesa e a tentativa

prestação, quatro anos de prazo, os juros eram de oito por cento ao ano, se atrasasse ia pra doze. Todo mundo vendia assim. A estrutura é a mesma, Cobrimco, Byngton, Sinop, a Melhoramentos, todas elas tinham a mesma estrutura (Rosa, apud. CARDOSO, 2007, p.22).

<sup>31</sup> A matéria de uma revista da época, parte do acervo do museu de Cruzeiro do Oeste, cujos dados bibliográficos não foram preservados, intitulada “Cruzeiro do Oeste, a maior pequena cidade do Mundo”, expressa a expectativa de grande crescimento da região (CARDOSO, 2007, p.19).

<sup>32</sup> CARDOSO, Paulo André. Mapa da colonização da região de Umuarama. (apud, CARDOSO, 2007, p.14) Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_cassia\\_regin\\_a\\_soares\\_cardoso.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cassia_regin_a_soares_cardoso.pdf) Data do acesso: 01/12/2014

de desenvolvimento da economia nacional levaram a uma segunda fase com a nacionalização da principal Colonizadora da região. O sucesso desta segunda fase, que eleva o Paraná ao maior produtor de café do país e Londrina a ser conhecida como capital mundial do café, impulsionou a fase seguinte da colonização. Esta terceira fase é a de maior abrangência na região, conhecida como Norte Novíssimo, sua principal característica é que diante da falta de “capital” estatal para promover o seu desenvolvimento econômico, levou o estado a fazer doações das terras nesta região para as Companhias Colonizadoras, ou mesmo a particulares, em troca de benefícios e acordos políticos.

Como o sistema produtivo estava ligado à produção do café a população também veio destas regiões, tanto do próprio estado do Paraná quanto de outros estados.

Um novo cenário desenhava-se ao desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos que envolviam o Paraná e o Brasil. A mata deu lugar à plantações, sobretudo a produção cafeeira, o ouro verde que, apesar da fertilidade inferior do solo arenito caiuí em relação às terras roxas do Norte, atraiu para a região um grande número de migrantes vindos especialmente de estados do Nordeste, de São Paulo e Minas Gerais, e de outras áreas do Estado do Paraná (CARDOSO, 2007, p.25).

As relações de trabalho e produção características na cafeicultura eram marcadas pelo sistema de parcerias entre proprietários e trabalhadores. Como o cultivo do café, naquele período, dependia de grande quantidade de mão de obra, mesmos as propriedades menores dependiam da contratação de trabalhadores. A principal forma de contratação era por meio de arrendamento, na qual se combinava a porcentagem que corresponderia a cada uma das partes interessadas. Neste sistema produtivo o desejo da maioria dos trabalhadores arrendatários era adquirir seu “pedaço de chão”, tornando-se proprietário livrando-se das pesadas rendas que tinham que pagar. Normalmente, variava entre 50% chegando a 65% dependendo da situação.

Assim, não é difícil identificar a característica principal dos proprietários de terras que se instalaram na região. Se as terras mais produtivas já estavam ocupadas, conseqüentemente seu valor comercial era maior, com pouco dinheiro e a necessidade de se livrar da dependência, os trabalhadores eram facilmente atraídos

pelas propagandas de uma terra onde florescia a prosperidade<sup>33</sup>.

Pouca infraestrutura, terras de qualidade inferior para o cultivo do café e proprietários com pouco ou nenhum capital individual disponível para investir na produção. Além disso, para completar o quadro da colonização da região, é preciso destacar ainda que nas décadas de 1950 e 1960, o sistema produtivo do café estava em crise no âmbito nacional. Além disso, as terras impróprias e a falta de infraestrutura adequada levaram rapidamente ao colapso o modelo de desenvolvimento baseado na cafeicultura, o que abre espaço para a modernização da agricultura, como veremos a seguir.

### **2.3 A modernização da agricultura: impacto sobre as relações de produção e trabalho na Região Noroeste do Paraná**

Entre as mudanças mais significativas que impactaram as relações de produção e trabalho no campo, a modernização da agricultura está entre as principais. Segundo o autor (GONÇALVES, 2008), o processo na qual ocorre a modernização da agricultura tem início na década de 1940, quando foi firmado um convênio entre o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e as fundações Rockefeller e Ford, assumindo o compromisso de estruturar e desenvolver a agricultura norte americana, a partir de um programa conhecido como Revolução Verde.

Coordenado pelo agrônomo Norman Borlaug, a transformação na agricultura ocorreu mediante a introdução maciça de um pacote tecnológico, científico e organizacional que priorizou a aplicação de uma série de mudanças na base técnica da produção (sementes híbridas, inoculantes biológicos, irrigação, adubos químicos, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, técnicas e tratos culturais modernos, orientação agrônômica), que visou o aumento exponencial da produtividade agropecuária (GONÇALVES, 2008,

---

<sup>33</sup> A matéria de uma revista da época, parte do acervo do museu de Cruzeiro do Oeste, cujos dados bibliográficos não foram preservados, [...] o autor atribui a Paulo Bittencourt, diretor da Companhia Sul Brasileira de Terras e Urbanização, a utilização de dados da época que indicavam o ganho de mais de um milhão de cruzeiros do sitiante que em 1951 possuía dez mil pés de café, para apregoar o enriquecimento, em curto prazo, de todos aqueles que se estabelecessem na região para cultivar o café. Na mesma matéria, é atribuída a Newton Carneiro, ex-secretário da Agricultura do Paraná, a descrição de Cruzeiro do Oeste como o mais surpreendente de todos os prodígios humanos e demográficos do Paraná (CARDOSO, 2007, p.19).

p.56).

Ainda de acordo com o autor (GONÇALVES, 2008), as mudanças implicaram em aumento da produtividade, além da constituição de uma cadeia que integrava a agricultura, a indústria e o comércio. Essa integração, por sua vez, favorecia o desenvolvimento de uma indústria voltada para produção de máquinas, implementos e insumos agrícolas, que potencializava cada vez mais a produção e o comércio ligado à agricultura.

A princípio o que caracterizou a primeira fase de desenvolvimento da modernização da agricultura foi a introdução da racionalidade capitalista. Marcado pelo fim da escravidão negra, aparece no mercado laboral grande quantidade de mão de obra disponível, tanto as liberadas das velhas relações de trabalho, quanto as provenientes da imigração, principalmente europeia. No entanto,

Somente a partir do final da década de sessenta foi implantado no Brasil um setor industrial produtor de bens de produção voltado para a agricultura. Paralelamente à implantação desse setor ocorreu a modernização e o desenvolvimento, em escala nacional, de um mercado para os produtos industriais do sistema agroindustrial. Esse processo ficou conhecido como "modernização da agricultura" e nele ocorreram modificações significativas na forma de se produzir (MARAFOM, 2014).

Mesmo que entre seus aspectos marcantes e fundamentais esteja o emprego de "pacotes tecnológicos", a modernização da agricultura não se trata apenas de uma substituição de base técnica e sim de uma mudança substancial na totalidade das relações de produção que envolve as atividades agrícolas.

A modernização das atividades agrícolas chega ao campo trazendo também a racionalização da produção. Em grande parte do território, o cooperativismo que permeava as relações entre proprietários de terras cede lugar à competitividade. A delimitação das propriedades com a construção de cercas ilustra essa crescente ruptura com a tradição camponesa (MARQUE & SILVA, 2014, p.40).

Neste sentido, os mesmos princípios que norteiam a produção industrial capitalista passam a ser empregados no campo integrando-o a nova configuração produtiva. O que significa o aprimoramento das relações de produção capitalista no campo. É preciso ressaltar que esse não é um traço específico da economia brasileira e sim internacional sintetizado no conceito de agribusiness.

[...] o termo agribusiness engloba toda a atividade econômica envolvida com a produção, estocagem, transformação, distribuição e comercialização de alimentos, fibras industriais, biomassa, fertilizantes e defensivos. Importante frisar o foco na gestão, fator fundamental para o sucesso e desenvolvimento do agronegócio. (PIZZOLATTI, p.2)

O desenvolvimento do agronegócio representa uma investida contra as relações de produção pré-capitalistas. Trata-se de uma busca pela homogeneização das relações de produção capitalista, numa fase de desenvolvimento em que o Estado é seu grande fomentador.

A partir da modernização da agricultura, sobretudo com a ação dos atores hegemônicos (Estado, grupos de empresas e mídia), houve a alteração nas relações de trabalho, no uso da terra, na produção agrícola, na dinâmica populacional. (MARQUE & SILVA, 2014, p.44).

A modernização da agricultura ocorre a partir do processo conhecido como a Revolução Verde. Diante de um cenário mundial de crescimento populacional e conseqüentemente aumento da demanda por alimentos, existia uma preocupação com a necessidade de ampliação da produção agrícola. Esta foi a justificativa, para compreender o que o conceito representa.

[...] imprescindível remeter para o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, em cujo momento é possível vislumbrar a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Revolução Verde (DE ANDRADE & GANIMI, 2007, p.45).

A análise das variáveis apontadas mostra que, do ponto de vista da técnica, com o fim da guerra, muitas indústrias químicas que serviam a produção bélica, destinaram sua produção à agricultura, transformando armas em herbicidas, pesticidas, fungicidas e fertilizantes e etc. Do ponto de vista social, o número alarmante de pessoas que passavam fome no mundo, no pós-guerra, justificava a primeira vista a ampliação da produção de alimentos. A nova conjuntura política que se desenha com o fim da guerra, na qual duas potências rivalizam em busca da hegemonia política, tendo de um lado os Estados Unidos que defendia o desenvolvimento capitalista e de outro a União Soviética que defendia o comunismo. Já do ponto de vista econômico o que está em jogo é a necessidade de expansão do capital e o aprimoramento das relações de produção capitalista aplicadas à agricultura.

De modo geral pode-se dizer que o que se convencionou chamar Revolução Verde consiste “no uso intensivo dos pacotes tecnológicos, na mecanização do trabalho, na união entre agricultura e indústria, na seleção das espécies, na monocultura, no latifúndio” (DE ANDRADE & GANIMI, 2007, p.50). Por esses motivos formam grandes os impactos ambientais, econômicos e sociais. O modo como ela impactou a Região Noroeste do Paraná veremos na próxima seção, quando será tratado da inserção do município de Cruzeiro do Oeste neste contexto.

#### **2.4 As determinações do contexto macroeconômico sobre o desenvolvimento econômico do município de Cruzeiro do Oeste a partir de sua emancipação política**

Cruzeiro do Oeste é um município localizado na região noroeste do Paraná. Segundo Ari Rodrigues (2000), o primeiro impulso de desenvolvimento econômico acontece por volta de 1949. A princípio, exploração de madeira, na sequência produção agrícola com destaque para o café, em segundo plano a produção de milho, feijão, arroz, mandioca e criação de gado. Até 1960, o período é de expansão econômica e populacional, e com a Lei nº4.245, o município foi desmembrado em outros oito municípios<sup>34</sup>. A partir de então os dados que se tem é de retração populacional e uma mudança significativa na economia.

De acordo com os dados apresentados pelo autor o “município apresentou um decréscimo, bem como, a população rural foi se transferindo para a zona urbana e/ou se mudando para outras regiões” (RODRIGUES, 2000 p.18).

---

34 Cidade Gaucha, Icaraíma, Iporã, Maria Helena, Tuneiras do Oeste, Umuarama e Xambre no ano de 1960 e no ano de 1963 o município de Tapejara. (RODRIGUES, 2000 p.18)

Tabela 1- Evolução do processo de urbanização do Município de Cruzeiro do Oeste, estado do Paraná (adaptado de RODRIGUES, 2000).

	<b>1970</b>	<b>%</b>	<b>1980</b>	<b>%</b>	<b>1991</b>	<b>%</b>	<b>1996</b>	<b>%</b>
<b>Urbano</b>	13.023	34,58	15.342	56,62	16.742	70,91	16.752	79,12
<b>Rural</b>	24.640	65,42	11.936	43,38	6.867	29,09	4.421	20,88
<b>Total</b>	37.663	100,00	27.278	100,00	23.609	100,00	21.173	100,00

Tabela 2 - Urbanização do município de Cruzeiro do Oeste até o ano de 2010 (adaptado de IBGE 2010a e b).

	<b>2.000</b>	<b>%</b>	<b>2.010</b>	<b>%</b>
<b>Urbano</b>	16.056	79,40	17.667	86,53
<b>Rural</b>	4.166	20,60	2.752	13,47
<b>Total</b>	20.222	100,00	20.419	100,00

Em termos relativos há uma mudança significativa na dinâmica populacional do município entre 1970 e 2010. Em 1970, apenas 34,58% da população viva no meio urbano, enquanto 65,42% viviam no meio rural, já em 2010, os dados mostram que 86,53% viviam no meio urbano, enquanto apenas 13,47% viviam no meio rural. Em síntese, no período analisado, a população urbana saltou de 34,58% para 86,53%, enquanto a população do meio rural despencou de 65,42% para 13,47%.

Se em termos relativos a população urbana do município cresceu consideravelmente, o número absoluto não é tão significativo, saltando de 13.023 habitantes em 1970 para 17.667 habitantes em 2010, um aumento de 4.644 habitantes, algo em torno de 35,65%. Por outro lado, se considerarmos o meio rural veremos que a mudança é bem significativa, a redução é de 24.640 habitantes em 1970, para 2.752 habitantes em 2010, ou seja, 21.888 habitantes deixaram o meio rural, o que significa uma redução de 88,83%. A análise dos valores absolutos nos ajuda a compreender outra dinâmica que é a migração dos povos do campo para os grandes centros urbanos. Ao subtrairmos dos 21.888 habitantes que deixaram o

meio rural os 4.644 habitantes que passaram a compor a população urbana do município, veremos que 17.244 habitantes deixaram o município e foram para outras regiões, principalmente os grandes centros urbanos como veremos mais adiante.

Ao relatar a história do município, Rodrigues (2000 p.18), atribui como causa do processo de concentração da população na zona urbana a “expansão da pecuária”. No entanto, o que enfatiza é a importância de fenômenos naturais catastróficos e a desastres ambientais como os principais causadores do êxodo rural.

Há registros sobre as grandes geadas que ocorreram nesta região, em agosto de 1957, prejudicando quase que todos os produtores com a perda de cafezais.

Depois de um período de seca os incêndios se alastraram, acabando com a maior parte das matas do Paraná, e tornando-se conhecida nesta região como a geada preta. (RODRIGUES, 2000 p.18-19)

Ari Rodrigues (2000 p.19), destaca ainda, que foi “a partir de 1975, após mais uma forte geada, muitos cafezais foram arrancados causando com intensidade o êxodo rural”. Segundo a análise do autor, estes trabalhadores que deixam o campo não possuem recursos para instalar seus próprios negócios e são pouco qualificados para o trabalho urbano e por esse motivo parte desses trabalhadores passaram a trabalhar como boias-frias. Sem demonstrar preocupação com o contexto histórico de desenvolvimento da economia no país o autor tende a buscar em acontecimentos naturais a explicação para o processo de esvaziamento do meio rural e urbanização do município, de modo que o desenvolvimento do capitalismo e a modernização da agricultura se apresentam como algo natural.

Quando se propõe a apresentar especificamente a economia, Rodrigues (2000), aponta o “setor agropecuário como uma das principais fontes do município”, e que em “algumas áreas predominam os latifúndios e em outro as pequenas propriedades”. Enfatiza que a pecuária oferece pouca mão-de-obra e que na agricultura a atividade que prevalece é o cultivo de cana de açúcar. Sem estabelecer conexões econômicas dos latifúndios com o gado e a cana-de-açúcar nessa região paranaense, parece que elas surgiram do nada e se explicam por si mesmas, pela mera descrição dos fatos.

A modernização da agricultura que acontece a partir de 1970, com a introdução de tecnologias agropecuárias, a chamada “Revolução Verde”, que exerce

fortes influências na região sul do país, não faz parte do universo de análise do autor, como se ela não tivessem a menor importância nos desdobramentos locais.

O fluxo migratório de trabalhadores desta região para outras regiões, principalmente a Centro Oeste e Norte, para explorar novas fronteiras agrícolas parece ser resultado do esgotamento natural da potencialidade produtiva da terra e não em virtude de um reordenamento da estrutura e das relações de produção. Assim, não passa de mito a afirmação de (RODRIGUES, 2000), de que foi por falta de qualificação e recursos financeiros que os trabalhadores deixaram o campo e passaram a trabalhar no comércio, ou mesmo continuavam a trabalhar no meio rural “como bóias-frias”. O motivo mais plausível é o de que ao longo da história o setor industrial do município foi incapaz de absorver toda a mão de obra que o campo liberava, assim como, as características e o período da colonização não propiciaram à acumulação primitiva de capital, capaz de promover a industrialização. Além disso, o aspecto mais relevante a ser considerado é que não se trata de um fenômeno local e sim de uma dinâmica, de um modelo de desenvolvimento que se intensifica por todo o país. Esta lógica acabou criando um processo de migração que ocorre numa proporção sem precedentes na história brasileira, basta olhar os números a seguir.

Com isso, houve forte expulsão de mão-de-obra e reduzindo-se muito o espaço de arrendatários, parceiros e, em geral, de pequenos produtores, provocando forte êxodo rural. Ademais por uma combinação de diversos fatores, a concentração fundiária acabou se intensificando. Em consequência de tudo isso, durante as décadas de 1960 e 1970 quase 30 milhões de pessoas deixaram o campo, rumo às cidades... (MUELLER, 1997 p.86)

Deve-se salientar ainda, que com uma “população com poucos recursos financeiros”, como é o caso de Cruzeiro do Oeste, que se aglomera nas periferias da cidade, que não estava preparada para receber um contingente tão grande de trabalhadores, “livres das velhas formas” de relação de trabalho acima descritas, como desenvolver um setor de serviços, que pudesse servir de referência para o mercado de trabalho?

Ainda que os trabalhadores tivessem qualificação para o trabalho urbano, fosse ele na indústria, no comércio ou no setor de serviços, o que não era a realidade para o conjunto da população brasileira na década de 1970, também não havia no município, tampouco nos grandes centros, uma demanda de serviços que

pudesse ocupar todo o contingente de trabalhadores que ao longo de décadas foram sendo “liberados” do trabalho no campo para constituir a classe de trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho ao capital, como afirmou Marx (1998).

Neste sentido, o processo apresentado acima, que se configura na decadência das relações de produção e trabalho pautadas na parceria entre trabalhador e proprietário do meio de produção, corresponde ao aprimoramento das relações de produção capitalista. À medida que esta forma é substituída por novas relações de trabalho, em que a infraestrutura para produção compreende além da terra, as novas tecnologias aplicadas a produção e a gestão do trabalho, o trabalho no próprio campo é convertido em trabalho assalariado e com vínculos extremamente precários. Inclusive em relação às frágeis parcerias na qual o contrato era o “fio do bigode” que muitas vezes caracterizavam as relações de trabalho do regime anterior.

A análise do quadro econômico apresentado pode nos ajudar a compreender de outro ponto de vista, “o dos trabalhadores do campo”, o processo histórico que libera os trabalhadores de suas antigas relações de trabalho para adquirir novas. No entanto, este não é um processo natural e local como faz parecer a interpretação de Ari Rodrigues, autor da obra **“Cruzeiro do Oeste: origem e formação”**. Ao contrário, o que acontece no município no período analisado se alinha a uma perspectiva nacional promovida pelo desenvolvimento industrial. E que não foge à dinâmica de liberar/excluir os trabalhadores do campo, de suas velhas relações de trabalho, transformando-os em trabalhadores assalariados urbanos ou mesmo rurais, onde quer que tenha ocorrido a transformação capitalista do modo de produção. É o que atesta Márcio Pochmann, ao se referir à dinâmica do aprimoramento das relações de produção capitalista no período que estamos analisando. “O setor primário da economia nacional vem cumprindo o movimento estrutural de transferência de parcela significativa do campo para o meio urbano, em conformidade com a experiência internacional” (2008, p.161).

Seguindo esta tendência da conjuntura econômica é possível então compreender o desenvolvimento local. Assim, uma parte dos trabalhadores foram para os “grandes centros, urbanos, atraídos pela possibilidade de uma vida melhor”. (Pochmann, 2008 p.162), e parte permaneceu, passando a constituir os trabalhadores assalariados no próprio município, estes trabalhadores não podiam vender sua força de trabalho na indústria e no setor de serviços, não por falta de

qualificação, mas porque não existiam postos de trabalho na indústria e no setor de serviços, assim o que estava à disposição no momento era o trabalho na agricultura, ora algodão, ora cana de açúcar, com vínculos empregatícios precários caracterizados como “boias-frias”, ou mesmo permanecerem no campo em condições precárias de vida por falta de opções. Conforme elucida a citação abaixo.

Sem reforma agrária, e sem outras políticas públicas inovadoras e de apoio às regiões rurais pauperizadas, ocorreu um forte êxodo rural. Como resultado, a pobreza rural se converteu em grandes levas de pobreza urbana, tendo em vista a dificuldade de as cidades em expansão acolherem de maneira adequada o grande volume de migrantes (Pochmann, 2008 p.162).

Assim, não foram os chamados “contratempos” e catástrofes naturais, quais sejam, geadas ou acidentes provocados, como o caso dos incêndios, que causaram o esvaziamento do meio rural e promoveram a urbanização desordenada implicando em problemas sociais. Assim, estes problemas sociais não se tratam de um desvio da modernização, mas sim o processo de aprimoramento das relações de produção capitalista, que busca revolucionar constantemente todas as formas de organização social da existência humana. O seu legado principal é a acumulação de riqueza na mão de poucos, os donos dos meios de produção; ao passo que para a grande maioria resta encontrar um espaço no mercado ao qual possa vender sua força de trabalho, ou encontrar alternativas de subsistência à margem do capital. Pode-se dizer que faz parte da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo a inclusão de trabalhadores na condição de ter que vender sua força de trabalho e a exclusão da possibilidade de vendê-la<sup>35</sup>.

Neste processo, a parcela que permaneceu no campo também merece destaque. Conhecer as características desta população, o que a obrigou a ficar por ora está suficientemente claro. Entretanto, a forma como se organizaram para

---

<sup>35</sup> No artigo “Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho”, que compõe o estudo um da terceira parte do livro *Capitalismo Trabalho e Educação*, Acácia Kuenzer (2007), faz uma discussão acerca da forma como os trabalhadores são excluídos de outras formas e incluídos na condição de trabalhadores assalariados, por outro lado, e dialeticamente esta forma de inclusão no mercado de trabalho capitalista é excludente porque não possibilita a todos vender a força de trabalho, o que força seu preço para baixo. O objetivo da autora é demonstrar como esta dinâmica está presente na educação brasileira de modo a preservar o dualismo estrutural entre educação para o trabalho e educação para a direção da sociedade.

resistir e o que permitiu a ela que se mantivesse, pode apontar alguns caminhos para aqueles que buscam manter, ainda que de forma limitada, uma autonomia em suas relações de produção e trabalho.

A leitura daquela realidade, de um ponto externo a ela, mostra alguns pontos fundamentais que criaram as condições possíveis para que estas pessoas pudessem resistir às dificuldades reais e as maravilhas prometidas pelo modelo de vida urbano. Destaca-se aí, além da subjetividade dos sujeitos, marcada pelo desejo de continuar vivendo no meio rural, o caráter coletivo da resistência.

À medida que, por força das circunstâncias, se deram conta de que os problemas não eram apenas individuais e sim coletivos estava dada a possibilidade de criação de associações e passaram a lutar – algumas vezes mais outras menos – coletivamente pelos interesses de cada um e ao mesmo tempo de todos.

Neste processo novas identidades foram sendo criadas, tais como: entre produtores de leite, feirantes, uso compartilhado de água potável, associação de produtores de acerola, grupo de produtores de abacaxi. Esta última, em função do caráter que assume as relações internas de trabalho, chama a atenção tendo em vista que se fundamenta na livre associação e igualdade entre os trabalhadores. Assim, no próximo capítulo será aprofundado o estudo sobre a relação entre trabalho e educação, bem como, de alguns elementos que compõe conceito de Produtores Livremente Associados, que tem sua origem em Karl Marx e que foi lapidado por István Mészáros, como caminho possível e necessário para a transformação socialista.

## **CAPÍTULO III – A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO E O “GRUPO ESPECIALIZADO DE ABACAXI”**

### **3 APRESENTAÇÃO**

O objetivo deste capítulo é discutir aspectos da relação entre trabalho e educação tomando como referência as relações formativa e pedagógica dos trabalhadores do “Grupo Especializado de Abacaxi” e as relações do modo de produção capitalista, na realidade concreta onde atuam.

Trabalho e educação dois elementos fundamentais na constituição e desenvolvimento humano, na sociedade capitalista acabam por se converter na sua negação. Como se sabe, a emergência deste metabolismo social é marcada pela necessidade de reprodução ampliada, o que se dá por meio da mercantilização das relações sociais e pela multiplicação e desenvolvimento das forças produtivas, fundamentalmente por meio da técnica e da tecnologia. Na medida em que eles se desenvolvem, vão adquirindo cada vez mais importância em relação a atividade dos trabalhadores; Marx chama de domínio do trabalho morto, materializado na forma de capital, sobre o trabalho vivo. Neste ponto é que reside a contradição mais elementar da sociedade e a dominação do capital sobre o trabalho. Historicamente as contradições internas do sistema desencadearam crises de superprodução que se resolveram por meio da ampliação do sistema e pela destruição de forças produtivas, guerras e exclusão de grande parte dos trabalhadores da possibilidade de vender sua força de trabalho, fazem parte da sua essência. Entretanto, o nível de desenvolvimento do capital chega a um ponto que se torna muito difícil de se resolver as contradições internas dentro dos limites do próprio sistema, tão pouco existe a possibilidade de empurrá-las para fora, porque praticamente todas as relações humanas estão mercantilizadas, assim como em todos os pontos do planeta. O que se observa é que a natureza e os seres humanos não são capazes de suportar por muito tempo o ritmo de exploração a que estão submetidos. Ou seja, o sociometabolismo do capital aprofunda a contradição entre interesse individual e coletivo e coloca em risco a possibilidade da existência de grande parte da população mundial e até mesmo da espécie humana.

Na medida em que as contradições internas colocam em xeque o sistema do capital, a transformação socialista se apresenta como um caminho possível, que tem como perspectiva o desenvolvimento humano, em uma lógica antagônica ao modo

de produzir a vida nas relações capitalistas. Por um lado, as crises de acumulação capitalista que resultam da tendência de queda dos lucros nos setores econômicos decisivos, fazem parte do metabolismo do sistema do capital que se reedita a partir delas, de modo a conter, ainda que temporariamente, suas contradições inclusive sob novos paradigmas, mas mantendo sua essência. Por outro lado, a luta pela transformação socialista, inerente a história do capitalismo, por ser um modo de produção histórico se constitui a partir de práticas e teorias que pretenderam e pretendem viabilizar a superação das contradições do sistema do capital de modo a transformar sua base de reprodução.

Neste sentido, dentro dos limites das concepções socialistas identifica-se várias correntes já apontadas por Marx, e acabam por se constituir em desafio, no sentido de identificar em que medida se constituem em revolucionárias ou conservadoras. É Marx também quem identifica que a revolução só pode ser operada pelas mãos dos **produtores associados** e que estes é quem precisam assumir o controle da produção.

As discussões em torno da superação do sistema do capital relacionam-se com a necessidade de superação da propriedade privada dos meios de produção e também do monopólio do poder político por parte dos representantes do interesse da classe dominante. É neste espaço de disputa por diferentes interesses e direitos sociais que a educação está posta.

De acordo com a concepção que orienta essa pesquisa, trabalho e educação constituem uma inter-relação essencial à formação do ser humano. Entretanto, atravessada pelas contradições da sociedade capitalista tanto o trabalho como a educação, cindidos e fraturados são tratados de forma distintas e convergem para a negação do ser humano, principalmente quando vistos a partir da instituição, que tem por objetivo a ação educativa e reprodutora no âmbito escolar.

Do ponto de vista da necessidade de transformação socialista no decorrer do processo revolucionário, a educação, principalmente a escolar, tem grande relevância no sentido de superar a função de formação técnica e de disseminadora da ideologia dominante. Como espaço de apropriação da cultura, dos princípios fundamentais das ciências aplicadas a produção, seu papel central pode estar relacionado ao contínuo desenvolvimento da consciência socialista. Assim, as pedagogias socialistas se ocuparam de encontrar e articular os elementos necessários a formação do ser humano e superar a ruptura que se dá entre trabalho

e educação na sociedade capitalista. Para tal, apontam que os processos educativos que ocorrem nos espaços de trabalho, precisam ser levados em consideração quando se tem em vista a transformação socialista.

A discussão desse problema se articula as novas práticas, que já foram apontadas nas pedagogias marxistas como fundamentos para uma educação que tenha como horizonte a transformação das relações sociais de produção capitalista, que se discutirá neste capítulo. Como hipótese, afirma-se que os elementos dessas práticas sociais identificados nestas pedagogias, estão de forma incipiente, presentes nas relações de trabalho do Grupo Especializado de Abacaxi. Assim, as análises destes conhecimentos constituirão a base de síntese sobre o trabalho do “Grupo Especializado de Abacaxi” que confirmarão ou não, se a relação entre os trabalhadores, como processo de trabalho, mediado pelos meios de produção indicam o desenvolvimento de pertencimento, controle e reconhecimento do processo completo da produção. Rompendo, assim com alienação como parte indissociável da mais-valia, restabelecendo a unidade da condição humana para a transformação social.

### **3.1 Relações sociais de produção capitalista: apresentação sumária de suas contradições internas**

Os diversos modos de produção social historicamente determinados foram marcados por traços semelhantes e dentre eles, seu caráter hegemônico, em busca de homogeneizar todas as relações sociais de acordo com o modo de produzir e reproduzir a vida como base material de sustentação do ponto de vista dominante. No entanto, como nenhum modo de produzir a vida é exclusivo em seu tempo, sempre estão presentes formas alternativas de relações sociais de produção. Para manter o modo de produção capitalista, a burguesia desde as primeiras revoluções precisou conter ou cooptar as formas diferenciadas de organização social da produção. Assim, no interior das relações capitalistas de produção, marcadas pela divisão técnica e social do trabalho, pela mercantilização e exploração do mesmo, tendo por objetivo a obtenção de lucros, engendrados pela mais-valia, coexistem formas diferenciadas de atividades produtivas.

Na atualidade é possível encontrar uma variedade de discussões e propostas que visam a superação dos problemas sociais decorrentes das relações capitalistas

de produção. De modo geral pode se dizer que existem duas grandes vertentes, a perspectiva conservadora que busca resolver os problemas no âmbito do capitalismo e a que discute a resolução dos problemas transformando as relações sociais de produção. A vertente conservadora busca lapidar as relações de produção capitalista. As leis de mercado e a competição estão na sua essência. Já a vertente transformadora, fundamentada no legado socialista, tem apresentado experiências concretas e proposições críticas a respeito das práticas socialistas concretas, que ao longo da história foram se contrapondo ao modelo hegemônico.

Fazem parte deste legado de experiência significativa, que lograram êxito de relativo alcance, entre outros o modelo Soviético<sup>36</sup>. Outro legado que garantiu ganhos significativos para classe trabalhadora no qual se pode incluir o desenvolvimento do modelo de gerir o Estado, conhecido como Social Democracia<sup>37</sup>.

Nesta conjuntura começa a se configurar no Japão na década de 1950, na empresa da Toyota a reestruturação produtiva, que também ficou conhecida como a Terceira Revolução Industrial. O fato dela ter ficado assim conhecida está relacionada a incorporação da tecnologia microeletrônica, que permite a flexibilização das rígidas estruturas da base produtiva fordista e acaba por impactar diretamente sobre as relações de trabalho e produção. Este processo cria as bases para o desenvolvimento de um novo regime de acumulação diretamente ligado a mundialização do capital.

... marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2008, p. 140).

---

<sup>36</sup> Forma que adquiriu o Estado depois da revolução socialista. Segundo Mészáros (2002), aboliu-se a propriedade privada dos meios de produção mas não o capital. O capital passou a pertencer ao estado, mas permaneceu fazendo parte das relações de produção. Por isso, é caracterizado pelo autor como modelo pós capitalista, sem que o capital fosse eliminado do metabolismo social.

<sup>37</sup> Forma que o Estado adquiriu em grande parte dos países da Europa Ocidental, no período subsequente a Segunda Guerra Mundial. Sua principal característica é a intervenção do Estado na economia de modo a ampliar os direitos dos trabalhadores e a garantir o Bem Estar social (MÉSZAROS, 2002).

De acordo com Geovanni Alves (2000), o desenvolvimento do toyotismo já na indústria japonesa está diretamente ligada ao enfraquecimento do poder dos sindicatos. Por conta disso, as relações de trabalho vão se alterar significativamente. A clássica contradição entre capital e trabalho, manifesta de forma explícita na oposição de interesses entre patrão e empregado, encontra outro tipo de manifestação, marcado por uma suposta participação e compartilhamento de interesse e objetivo comum entre eles. Assim, a crise que o sistema do capital entra a partir daquele período, coloca em xeque também as clássicas práticas de resistência por parte dos trabalhadores.

Entre os teóricos que trazem reflexões teórico-práticas para esta discussão, partindo do pressuposto da necessidade de transformação socialista e das condições objetivas dadas, está István Mészáros<sup>38</sup>. Em sua vasta obra, o autor faz a crítica ao “sociometabolismo do capital”. Ao analisá-lo, fundamentado na obra de Marx, Mészáros (2007), aponta que seu dinamismo encontra-se no fato de que a produção é realizada, não para atender prioritariamente as necessidades humanas em geral, mas a obtenção de lucro no mercado.

De acordo com as palavras de Marx (2011), o valor de uso é totalmente submetido ao valor de troca. Por conta disso as necessidades humanas ficam submetidas aos imperativos de reprodução ampliada do capital.

A determinação interna em si mesma contraditória do sistema, que impõe a implacável submissão da necessidade humana à necessidade alienante de expansão do capital, é o que elimina a possibilidade de controle racional geral dessa ordem produtiva dinâmica. Ela traz consigo consequências perigosas e potencialmente destrutivas a longo prazo, transformando no devido tempo uma grande força positiva do desenvolvimento econômico

---

<sup>38</sup> De acordo com a nota dos editores do livro “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição, Mészáros nasceu em 1930, na Hungria. Com doze anos e meio Mészáros já trabalhava como operário em uma fábrica de aviões de carga, tendo que mentir a idade em quatro anos para isso. Começou a trabalhar como assistente de Georg Lukacs em 1951, e seria indicado como seu sucessor na universidade de Budapeste, mas a invasão soviética de 1956 forçou-o a sair do país. Vive hoje na Inglaterra. Sua experiência como trabalhador e estudante na Hungria “socialista” foi determinante para a compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade (Mészáros, 2002).

Poderíamos dizer que ele faz crítica muito completa e implacável: a) ao modo de produção capitalista, mostrando como se reforçou a ditadura do capital no século XX; b) aos teóricos e apologetas do capital; c) a social-democracia; d) ao socialismo real”, o que ele chama de experiência “pós-capitalista”, [...] e) tenta resgatar a unidade da teoria de Marx cindida pelo marxismo do século XX, principalmente ao desenvolver o tema da alienação do trabalho e f) atualizar a obra de Marx (NOVAES, 2011, p.18).

anteriormente inimaginável, em uma negatividade devastadora, na ausência total da necessária restrição produtiva (MÉSZÁROS, 2007, p.244).

O problema é que vivemos em um mundo onde os recursos naturais, dos quais extraímos os meios necessários à satisfação das nossas necessidades, são finitos e, portanto, não podem ser explorados indefinidamente. Por um longo período, já sobre o predomínio do capital, estes limites foram ignorados, entretanto, suas consequências no atual momento histórico não podem mais ser negligenciadas. O fato é que, ou se explora de forma racional os recursos naturais ou as condições de vida humana no planeta estarão destruídas. A saída para este limite pode trazer consequências drásticas para grande parte da população do planeta como também constituir-se possibilidades de transformação.

Segundo Mézáros (2007), nas primeiras fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista, seu metabolismo era caracterizado por uma destruição produtiva. No entanto, quando ele se expande por todas as partes do planeta, começa a encontrar dificuldades para sua realização, pois seu metabolismo assume uma nova característica, o de produção destrutiva. Para o autor, nos dois casos estaria presente o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso, entretanto, no segundo ele seria potencializado, porque se vive em constante estado de crise criando a necessidade de destruição das mercadorias para que outras possam ser produzidas.

No passado, nos mostra a história, os problemas da superprodução foram resolvidos pela expansão do sistema e por meio das guerras, dentre elas duas mundiais, alternativas, difíceis de lançar mão no atual momento histórico. É por isso que dentro das estratégias de manutenção do capitalismo há um forte apelo ao consumismo, principalmente entre os setores que tem potencial para consumir e permanentes guerras localizadas e regionais “preventivas”, travadas sob os mais infundados motivos, com repercussão interna, inclusive no próprio capital, que afeta negativamente parte de corporações capitalistas internacionais de outros setores, que perdem na luta intestinal entre as frações, resultado dos interesses monopolistas.

Por outro lado, do ponto de vista da classe trabalhadora a luta seguiu caracterizada pela necessidade de encontrar na materialidade as condições objetivas para transformação das relações de produção do sistema do capital. Desta

perspectiva a superação das contradições sociais que se apresentam está relacionada ao desenvolvimento de um novo metabolismo social, no qual o controle da produção é exercido pelos produtores associados.

### **3.2 Novo metabolismo social: controle da produção pelos produtores associados**

Seguindo o legado teórico de Karl Marx, a humanidade é produzida historicamente pelos próprios homens a partir de suas relações de trabalho. No entanto, na sociedade capitalista o homem perde o controle sob o resultado de sua atividade vital, tendo em vista que, para produzir sua existência ele precisa vender sua força de trabalho ao capital. De acordo com as discussões do primeiro capítulo, no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista observa-se a formação de um novo modo de organização do trabalho, a manufatura. Nela, a principal característica é a concentração das ferramentas de trabalho e matérias primas, ou seja, meios de produção, que passam a pertencer ao proprietário da oficina. É na manufatura que o trabalhador perde a propriedade sobre os meios de produção, que são transformados em capital e tornam-se propriedade do capitalista. Sem meios de produção o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho, na oficina, na fábrica e assim por diante. À medida em que se desenvolve o sistema do capital, são aprimorados também os mecanismos de exploração do trabalho que aprofundam o estranhamento e tornam mais precária a existência do trabalhador<sup>39</sup>.

A base do processo de humanização encontra-se no de trabalho. Entretanto, marcado por um devir qualitativamente diferente das relações em torno dele estabelecidas na sociedade capitalista. Observa-se, que as relações de produção e trabalho nela estabelecidas atingiram um alto nível de desenvolvimento material. Todavia, ele beneficia os proprietários de meios de produção, em detrimento da grande maioria que forma a classe trabalhadora, ou seja, não beneficia o gênero humano como um todo, mas aos indivíduos de maneira diferenciada, privilegiando alguns poucos em detrimentos de muitos.

Entre as formas de organização do trabalho pelo qual se busca restituir ao

---

<sup>39</sup> Sobre os processos de o aprimoramento da exploração do trabalho, estranhamento e precarização da vida do trabalhador ver Giovanni Alves “Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil”.

trabalhador os meios de produção, o cooperativismo, o associativismo, o trabalho mútuo, já compunha a resistência nas relações de produção capitalista, ainda no século XIX. Nestas formas de organização são forjadas também a possibilidade do exercício da autonomia dos indivíduos em relação a suas ações. De acordo com Henrique T. Novaes (2011), as lutas da classe trabalhadora<sup>40</sup> contra os imperativos do capital são marcados por experiências em que a partir do princípio da autogestão os trabalhadores colocaram em movimento formas alternativas de organização da produção. Entretanto, ainda que tenha conseguido algum êxito, estas formas de organização sucumbiram ou foram cooptadas, de modo que o capitalismo continua a prevalecer como o modo hegemônico de produção.

Já no “Manifesto do Partido Comunista”, Marx chama a atenção dos trabalhadores para o fato de que não existe possibilidade de socialismo conservador ou parcial. Por este motivo apresenta os vários modelos de socialismo, defendido por autores e classes sociais, mas que são incapazes de superar o capitalismo. Segundo Marx (1998), a transformação socialista só pode acontecer pelas mãos dos trabalhadores contra a totalidade do regime do capital.

Depois da derrocada da maioria dos regimes políticos socialistas, principalmente da União das Repúblicas Socialista Soviética, no final do século XX, a defesa socialista da necessária transformação das relações de produção se tornou ainda mais complexa. Neste sentido, o que se observa é que aquelas práticas cooperativas e associativas que outrora foram tomadas como formas de resistência e de autonomia do trabalhador estão sendo reeditadas.

No início do século XXI, as iniciativas socialistas continuam a buscar formas alternativas de organização do trabalho entre elas, as que foram acima mencionadas, inclusive com incentivos governamentais como é o caso das iniciativas relacionadas à Economia Solidária. Entretanto, vale destacar o viés empreendedorista destas iniciativas, o que não poderia ser diferente visto que se situam no horizonte das alternativas de conservação do Estado burguês. A crítica que se faz é que essas estratégias diminuem a responsabilidade do capital com a reprodução da classe trabalhadora. Em síntese as cooperativas e associações de trabalhadores, podem servir à autonomia dos trabalhadores, mas também tem

---

<sup>40</sup> Comuna de Paris, Revolução Russa, Revolução Espanhola, Revolução Húngara, Revolução Polonesa, Revolução Portuguesa, etc. (NOVAES, 2011, p.14).

servido para maximização dos lucros por meio da auto exploração do trabalho. Neste caso, torna o trabalho mais produtivo e menos dispendioso ao capital.

Conforme o exposto, pode-se dizer que a dominação e determinação do capital sobre o trabalho constituem a essência do sociometabolismo do capital. Este por sua vez, de acordo com Mészáros (2002), é constituído pela inter-relação entre capital, trabalho e Estado, por isso, sua superação não é possível de forma isolada ou com parcialidade. Assim, para superação desse modo de produção da existência precisa-se articular estrategicamente ações que envolvam estas três dimensões. Do contrário, fatalmente, o sistema do capital continuará vigente, ainda que iniciativas parciais contrárias a ordem consigam lograr algum êxito, em algumas áreas ou períodos de tempo. Conforme apontado acima, a superação do sistema de produção do capital está relacionada a restituição ao trabalhador do seus meios de produção. Mészáros (2007), corroborando a tese de Marx de que a transformação da sociedade só pode acontecer pelas mãos da classe trabalhadora, aponta que o essencial é o controle dos processos de trabalho e produção pelos Produtores Associados.

Segundo o autor é “inconcebível tornar irreversível a ordem social alternativa sem a plena participação dos “produtores associados” na tomada de decisões em todos os níveis de controle político, cultural e econômico” (MÉSZÁROS, 2007, p.229). Este é o único meio pela qual a classe trabalhadora pode adquirir interesse, identificar-se e desenvolver o desejo de transformação e assim, fazer expandir seus objetivos sociais sem permitir que eles regridam a estágios anteriores.

A ideologia da participação nas decisões vem sendo empregada como antídoto, nas estratégias reformistas, à alienação nas relações de trabalho capitalista. De acordo com o autor (MÉSZÁROS, 2007), o “participacionismo” não passa de maquiagem, para ocultar que o poder continua concentrado nas mãos dos detentores do capital. A essência desse conceito é a de que os trabalhadores participam desde que o objetivo seja a manutenção ou ampliação dos lucros ao capitalista.

*Sem a estratégia geral de transferência progressiva dos poderes de decisão aos “produtores associados” (o que significa: transferi-lo em todos os níveis, inclusive no mais alto), o conceito de participação não tem nenhuma racionalidade louvável. [...] Nunca é demais salientar que é necessário visar uma relação muito diferente com os poderes de decisão em nossa sociedade para desafiar radicalmente*

o capital como *controlador geral* da reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2007, pp.229-230).

Segundo o autor, a transformação radical exige mudanças abrangentes que não podem ser realizadas de uma única vez. Por isso, deve ser buscado progressivamente, o que não quer dizer, que a ideia de controle do metabolismo social pelos produtores associados deva ser negligenciada ou abandonada. Do contrário, a ordem social alternativa pode não obter êxito.

As limitações aos poderes dos “produtores associados” em virtude das restrições das determinações estruturais herdadas no princípio, são admissíveis apenas por um curto período de *transição* e, mesmo ali, apenas se a direção da jornada, destacada acima, apontar de forma inequívoca para a plena transferência dos poderes na primeira oportunidade histórica sustentável (MÉSZÁROS, 2015, p.230)

De acordo com o autor, participação não pode ficar apenas no plano da formalidade e para garantir legitimidade do sistema, o que é característico no Estado capitalista. O exemplo mais comum de participação no metabolismo social do capital é a democracia representativa, justificada pela suposta inviabilidade de uma democracia de participação direta por parte dos trabalhadores, considerados incapazes ao exercício do poder. Ainda que do ponto de vista legal exista tal possibilidade ela acaba sempre sendo negada de antemão sob a justificativa de que existem poderes representativos mais aptos para a tomada de decisão que beneficia a todos. Todavia, para transferir o poder de decisão aos trabalhadores associados é preciso transforma-los em sujeitos do poder. Para isso é necessário uma *igualdade substantiva entre eles*. A lógica do sistema do capital é a polarização da riqueza e da miséria em seus extremos. A desigualdade estrutural monstruosa, enquanto alguns poucos têm o privilégio de usufruir da maior parte das riquezas, um número muito grande de pessoas vive na miséria<sup>41</sup>.

A igualdade, juntamente com a liberdade e a fraternidade, que formavam o lema da Revolução Francesa, sucumbiu ou foi completamente desfigurada de sua essência a partir do momento que a burguesia atinge seu objetivo de apossar-se do

---

<sup>41</sup> A riqueza de 1% da população subiu de 44% do total de recursos mundiais em 2009 para 48% em 2014. Em 2016, esse patamar pode superar 50% se o ritmo atual de crescimento for mantido. A concentração de riqueza também se observa entre os 99% restantes da população mundial, disse a Oxfam. Essa parcela detém hoje 52% dos recursos mundiais. Porém, destes, 46% estão nas mãos de cerca de um quinto da população. Isso significa que a maior parte da população é dona de apenas 5,5% das riquezas mundiais. (UOL ECONOMIA, 2015)

poder. Desse ponto em diante a igualdade é considerada apenas do ponto de vista formal em que os sujeitos são considerados iguais perante a lei.

A ordem social alternativa não é sustentável a longo prazo sem a plena realização da igualdade, em lugar das relações sociais existentes em que a igualdade que existe, apenas como uma exigência formal/jurídica e não é mais que uma exigência formal ritualisticamente reiterada. (MÉSZÁROS, 2007, p.233)

O autor destaca que a realização da igualdade substantiva talvez seja a tarefa mais difícil, uma vez que ela demanda a superação de todas as estruturas hierárquicas de poder e exploração herdadas das formações sociais anteriores. Se em períodos anteriores ela se justificava diante das dificuldades de produção material da existência, atualmente ela é totalmente infundada, uma vez que, a disponibilidade de meios para a produção da existência possibilita a existência da igualdade substantiva absoluta. A possibilidade, no entanto, não significa que a igualdade vá efetivamente acontecer, porque o potencial produtivo é ao mesmo tempo destrutivo, tanto que coloca em risco não só a existência humana como da natureza na sua totalidade.

A esse respeito, a única alternativa defensável a longo prazo é uma sociedade em que os “produtores Associados possam identificar-se sem reservas com os objetivos e as exigências operantes humanamente recompensadoras da reprodução de suas condições de existência. E isso é concebível apenas sobre fundamentos da igualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2007, p.236).

A transferência dos poderes de decisão em todas as esferas da sociedade para os produtores associados é também o princípio orientador da política de transição em direção a uma ordem social alternativa que os capacita a tornarem-se produtores livremente associados<sup>42</sup>. Contudo, segundo o autor (2007) a política não pode fazer isso com um fim em si mesma por isso deve ter como princípio orientador a realização da igualdade substantiva entre os membros da sociedade.

---

<sup>42</sup> Sobre o conceito de Produtores Associados e seu desenvolvimento para Produtores Livremente Associados ver István Mészáros “Para além do capital”, de modo mais específico o autor trata desta questão no capítulo 9 “O socialismo no século XXI” do livro “O desafio e o fardo do tempo histórico”.

### 3.3 Produtores associados: autogestão e emancipação do trabalhador

Para István Mészáros (2007), o caminho possível e necessário para a libertação humana do fardo que o acomete no atual modelo de relações sociais é o da transformação socialista. Esta se apresenta no século XXI, com duas necessidades fundamentais. A primeira delas se refere à uma crítica do passado e a segunda, diz respeito identificar as exigências que devem ser incorporadas a estratégia de mudança radical do metabolismo social. Segundo o autor as transformações fundamentais não podem ser tomadas como únicas, tão pouco, que todas podem ser exequíveis ao mesmo tempo. No entanto, desde o ponto de partida já se deve ter a clareza de todos os pontos fundamentais que não podem ser negligenciados sob risco de se cair no reformismo ou retroceder dos possíveis avanços.

Por certo, a negação radical do sistema estabelecido de controle sociometabólico destrutivo é apenas um lado do que precisa ser feito. Pois a negação, indubitavelmente necessária do sistema do capital, só pode obter êxito se for complementada pelo lado positivo da totalidade pelo lado do empreendimento. Isto é, a criação de uma ordem sociometabólica alternativa – desde sua instauração humanamente recomendável e viável, bem como verdadeiramente sustentável mesmo na perspectiva histórica mais longa (MÉSZÁROS, 2007, p.226).

Diante da insustentabilidade, o que está em risco é a possibilidade da “existência humana, além da negação radical do sistema do capital, faz-se necessária a criação progressiva de um sistema metabólico social alternativo, humanamente viável, conduzido pelos trabalhadores associados”. Para Mészáros (2007, p.26), o entrelaçamento de objetivos<sup>43</sup> a curto médio e longo prazo, bem como a sua constante revisão crítica é que pode lograr êxito à necessária transformação da sociedade, rumo a emancipação humana.

De acordo com o que se vem discutindo, a dominação sobre o trabalhador, nas relações de produção capitalista, constitui-se na perda, pelo homem, do domínio sobre suas ações mais essenciais. Seu lado mais perverso é a submissão da própria

---

<sup>43</sup> Para Mészáros (2007), os objetivos fundamentais seriam “irreversibilidade, participação, igualdade substantiva, planejamento, crescimento qualitativo em utilização, o nacional e o internacional, a alternativa ao parlamentarismo e a educação”.

existência humana à necessidade de reprodução do sistema. Conforme já foi apontado, é por isso que vivemos em uma crise sem precedentes na história da humanidade, uma vez que sinaliza, catastroficamente, para possibilidade de destruição das condições de vida humana no planeta. Neste sentido, a superação da dominação do trabalhador pelos mecanismos de reprodução do sistema é questão fundamental, sem a qual, a humanidade define-se sob o domínio do capital. De acordo com Mészáros (2007), os produtores associados são os sujeitos históricos capazes de promover a transformação, por meio e a partir da autogestão nas relações de trabalho.

### **3.4 A relação entre trabalho e educação**

Segundo Marx (2001), o homem é um ser natural. Entretanto a humanidade é produzida historicamente pelos homens a partir de suas relações de trabalho. É isto que os diferencia dos demais seres vivos. Resguardada todas as particularidades, a atividade animal é realizada instintivamente e está circunscrita a satisfação de suas necessidades imediatas, ao passo que antes de realizar um trabalho materialmente o homem o realiza no plano do pensamento. O autor dá exemplos de como as atividades animais, ainda que complexas, como o caso das aranhas que tecem suas teias ou do joão-de-barro que constrói sua casa, não alteram a natureza. Por um lado, a atividade propriamente humana consiste na transformação da natureza com o objetivo de satisfazer suas necessidades. Por outro lado, ao transformá-la transformam a si mesmos criando o mundo humano. Assim, a humanidade não é algo dado ao homem e sim um processo que se constitui historicamente por eles próprios.

Seguindo o legado teórico de Marx, na sociedade capitalista o homem perde o controle sobre sua atividade vital, tendo em vista que, para produzir sua existência, ele precisa entregar seu trabalho ao capital. É a este processo humano de estranhamento principalmente, em relação à natureza de sua atividade produtiva, ao reconhecimento de sua espécie como humana e de uns em relação aos outros, que Marx (2001), caracteriza como alienação.

Na base do processo de alienação dos poderes humanos está a propriedade privada dos meios de produção. Segundo Marx (2001), a essência do ser humano constitui-se na atividade consciente de produção dos bens necessários a sua

existência. A execução do trabalho humano é a objetivação da vida e a materialização da consciência.

O trabalhador põe a sua vida no objeto, e sua vida, então, não mais lhe pertence, porém, ao objeto. Quanto maior for sua atividade, portanto, tanto menos ele possuirá. O que está incorporado ao produto de seu trabalho não mais é dele mesmo. Quanto maior for o produto de seu trabalho, por conseguinte, tanto mais ele minguará (MARX, 2001, p.112).

Para Marx (2001), a alienação no trabalho acontece não só porque o trabalho é objetificado, mas também porque o objeto passa a existir externamente e independente ao trabalhador, defrontando-se com ele de forma autônoma. De força que liberta o homem da imediatividade, o trabalho se converte em algo que o escraviza e domina.

O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. [...] Finalmente exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro (MARX, 2001, p. 114).

Nas relações da produção capitalistas, de acordo com Marx (2001), é possível destacar que o homem se distancia da natureza e não a reconhece como parte que sem a qual ele não poderia existir. O homem aliena de si mesmo e de sua própria função ativa, uma vez que o produto do seu trabalho além de não lhe pertencer o escraviza. O homem também aliena-se de sua espécie, por transformar a vida da espécie em uma forma individual de vida, e esta, em sua finalidade primeira. Por fim, ao defrontar-se consigo mesmo, o homem defronta-se com outros homens, da mesma forma que ao defrontar-se com a produção e objetos de outros. Assim, os homens são alienados em relação a si próprios e uns em relação aos outros.

A contradição fundamental do sistema produtivo é entre capital e trabalho. É a partir dela que esse modo de organização social da produção e da existência humana é colocado e xeque. O fato é que nesse sistema, o trabalho enquanto essência da atividade humana é submetido ao capital. O que garante esta relação de produção é a alienação do trabalho é nela que reside a possibilidade de um ser humano usufruir da existência do outro, enquanto a este outro é negado a existência própria. Para Marx (2011), isso acontece porque na essência do metabolismo do capital como a produção, circulação e consumo são indissociáveis.

No capitalismo, desde que possam ser apropriadas de forma privada, segundo Marx (1998), tudo é transformado em mercadoria, das coisas mais simples as mais sagradas, destacando entre elas meios de produção e a força de trabalho. Proprietários de meios de produção compram a mercadoria força de trabalho, única aliás que pertence ao trabalhador. Este por sua vez, para sobreviver, precisa vendê-la ao proprietário do meio de produção. Esta é relação que cria as duas classes fundamentais da sociedade. Uma é a burguesia, constituída pelos capitalistas proprietários de meios de produção. A outra é o proletariado, os trabalhadores que vendem sua força de trabalho aos primeiros.

Com a própria economia política, usando suas próprias palavras, expusemos que o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos e, conseqüentemente, um terrível restabelecimento do monopólio; e finalmente, que a diferenciação entre capitalista e proprietário agrário, bem como entre trabalhador rural e trabalhador industrial, deixa de existir, e toda a sociedade se deve dividir em duas classes, os possuidores de propriedade e os trabalhadores sem propriedade (MARX, 2001, p.110).

Quanto ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, Marx (2011), demonstra como o capital se apropria do trabalho para poder se realizar. Por um lado se tem o acúmulo do capital em poucas mãos, como resultado da concorrência e competição entre indivíduos e capitais particulares. Por outro lado, se reduz o trabalhador a mera força de trabalho, uma mercadoria, utilizada ou descartada de acordo com as necessidades do desenvolvimento e manutenção do capital.

Como entre os aspectos principais da sociedade capitalista está a concorrência, de todo e qualquer mercadoria inclusive o trabalho, nas relações em geral, a sociabilidade que constitui a essência humana, é marcada pelo conflito entre o interesse particular e o coletivo. Assim, na medida em que se desenvolve o sistema do capital manifesta seu potencial destrutivo, pois desconsidera as necessidades humanas seguindo apenas seu imperativo de reprodução ampliada. Ou seja, a reprodução do capital é a negação do ser humano.

Na essência do ser humano, que foi se constituindo historicamente, trabalho e educação fazem parte de um mesmo processo. Entretanto, no desenvolvimento do modo de produção capitalista, o capital se apropria e submete o trabalho humano as

suas determinações internas para poder se reproduzir, e reproduz uma forma de educação. A dominação do capital sobre o trabalho, faz com que este deixe de ser uma atividade para a satisfação das necessidades humanas, para satisfazer seus imperativos de reprodução ampliada.

De acordo com Marx (1998), no curso da história, isso levaria a necessidade de transformação da sociedade e a classe ao qual teria sobre seus ombros essa tarefa seria a classe trabalhadora, sendo que o caminho para a transformação social é o da autonomia e da autogestão a partir dos processos sociais de trabalho, que implicam em nova forma educativa, na medida em que trabalham para a satisfação de suas necessidades. Entretanto, o trabalho educativo sob a lógica social do capital também se desenvolve marcado por esta contradição, principalmente na educação desenvolvida no espaço da Escola Pública que tem sua gênese e desenvolvimento entrelaçado ao do capitalismo.

Neste sentido, a transição do feudalismo para o modo de produção capitalista, período que foi marcado também pela revolução do ponto de vista intelectual, merece destaque, a ciência moderna que se desenvolve marcado pela racionalidade técnica, e pela crença iluminista na potencialidade do conhecimento como fonte de emancipação humana de todas as formas de dominação. No entanto, não se pode deixar de considerar que as concepções de conhecimento, como o racionalismo e o empirismo, estavam diretamente ligados ao espírito prático da burguesia e se desenvolvem de modo inseparável do sistema do capital.

Diante da dificuldade de conhecer a “verdade absoluta” a ciência segue interessada pelo conhecimento das particularidades isolando a ciência do homem. Assim, é com base nestes dois princípios: a ciência aplicada a produção e o desejo de conhecimento que liberta, que nasce a Escola Pública<sup>44</sup> que passa a desempenhar papel fundamental na educação contemporânea. Entretanto, consolidadas as revoluções burguesas, ainda que a educação pública e laica fossem uma reivindicação que partia dos setores populares, a burguesia tratou de mantê-la à seu serviço.

[...] o compromisso educativo: para burguesia, trata-se de perpetuar o próprio domínio técnico e sociopolítico mediante a formação de

---

<sup>44</sup> Sobre o alvorecer da Escola Pública ver Gilberto Luiz Alves, “A produção da escola pública contemporânea”

figuras profissionais capazes e impregnadas do “espírito burguês”, de desejo de ordem e de espírito produtivo (CAMBI, 1999, p.408).

De acordo com Carlos Lucena (2005), como os avanços da ciência são todos voltados a reprodução ampliada do capital, que se materializa por meio da exploração do trabalho, o processo de desenvolvimento científico é constitutivo da dominação do capital sobre o trabalho, do capitalista sobre o trabalhador.

Como consequência, por um lado se tem o acúmulo do capital em poucas mãos, resultado da concorrência e competição entre indivíduos e capitais particulares. Por outro lado, se reduz o trabalhador a mera força de trabalho, uma mercadoria, utilizada ou descartada de acordo com as necessidades do desenvolvimento e manutenção do capital, e mais, negando sua capacidade de educar-se mesmo nas relações de trabalho capitalista. Neste sentido, os processos educativos que emanam de políticas públicas do Estado são direcionados para o trabalhador individual a fim de adequá-los ao sistema tornando-os mais produtivos. Assim, pode-se dizer que o objetivo que prevalece nos sistemas públicos, é a educação da classe trabalhadora voltada para reprodução do capital. Para o trabalhador individual, a educação constitui-se numa forma de aumentar a competitividade de sua força de trabalho em relação aos demais trabalhadores.

Neste sentido, na medida em que a educação, por meio da escola, atua, conforme os princípios apontados acima ela também se configura como instrumento de negação do ser humano, ainda que de forma ideológica, ela seja propagada como o remédio para todas as mazelas sociais. Entretanto, a escola, não é uma instituição etérea, que se coloca acima das relações sociais, e sim que se constitui no seio da sociedade marcada pelas contradições que a atravessam, configurando-se em espaços ao mesmo tempo de afirmação e negação daquilo que propaga. Neste sentido, as pedagogias que vislumbram uma formação voltada para o desenvolvimento do ser humano não negam o potencial formativo da escola e sim os seus limites, exigindo que ela seja superada pela incorporação de outros elementos e espaços formativos, entre eles os espaços de trabalho, que vão além da manutenção das relações sociais atuais, porque são estas que negam o pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano.

### **3.5 Educação Formal e Não Formal: possibilidade de desenvolvimento contínuo da consciência socialista**

Para Mészáros (2007), ao longo de alguns séculos de desenvolvimento da sociedade capitalista, todo ideal de educação emancipatório foi sendo subvertido aos interesses burgueses. De potencial libertador ao longo de toda a vida, a educação formal e não formal sob a égide do capitalismo se converte, principalmente em instrumento de reforço da alienação e de adequação dos indivíduos ao modelo social vigente. Trata-se de uma educação utilitarista, que tem por objetivo desenvolver a racionalidade instrumental, a sociedade mercantilizada e atender aos interesses do mercado de trabalho. Isso acontece de tal modo que a própria educação escolar foi transformada em mercadoria. Assim, seria preciso desenvolver outra concepção de educação.

O papel da educação não poderia ser maior na tarefa de assegurar a transformação socialista plenamente sustentável. A concepção de educação aqui referida – considerada não como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo – assinala um afastamento radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado (MÉSZÁROS, 2007, p.293).

O modelo que predominou no desenvolvimento das ciências marcado por uma suposta neutralidade, identifica-se imediatamente com os objetivos de reprodução da sociedade capitalista. Nesse sentido, sob a ideologia de que o conhecimento seria o caminho para a libertação, a educação converteu-se em um processo de doutrinação para o estilo de vida capitalista.

De acordo com Mészáros (2007), essa ideologia faz os indivíduos se sentirem fazendo escolhas autônomas, soberanas e que se autodeterminam. No entanto, as escolhas individuais atendem ao interesse de reprodução do capital e não ao interesse de desenvolvimento humano. É por isso que a sociedade capitalista defende a importância da educação, principalmente ao enfatizar que ela é a porta de ascensão social de cada indivíduo isolado, sem que seja necessário fazer mudanças significativas na estrutura social.

Essa forma de pensar conduz a uma educação acrítica, incapaz de questionar o modo de reprodução social dominante. Seu alcance vai da aceitação pura dos

valores capitalistas como os únicos e verdadeiros à negação total de outras formas de agir e pensar. Além disso, qualquer forma de resistência a este modelo impositivo, que incide sobre a população é logo taxado como desordeiro, baderneiro, insubordinado e terrorista. Enfim, são inimigos do sistema e por isso devem ser combatidos, aniquilados, exterminados.

Dessa perspectiva, a educação seria vista como um antídoto a essas mazelas sociais. Por isso, deveria ser direcionada aos indivíduos a fim de corrigir suas falhas morais, comportamentais, tornando-os aptos e ajustados para viver bem e cumprir seu papel social. No entanto, do ponto de vista humano, essa forma de pensar a educação falhou inclusive no período de ascensão do capitalismo, quando as possibilidades de inclusão ao sistema tinham maior abertura. Portanto, é difícil acreditar, em uma fase na qual as contradições estão em ebulição, que o apelo a formas ideais e abstratas de formação, serão capazes de corrigir a sociedade capitalista. Ao contrário, o objetivo da educação concretiza-se na alienação e coisificação dos trabalhadores, de alto à baixo na estrutura hierárquica da divisão do trabalho, tornando-os funcionais.

Por conseguinte, o preceito ideal e o papel prático da educação no curso da transformação socialista consistem em sua intervenção efetiva continuada no processo social em andamento por meio da atividade dos indivíduos sociais, conscientes dos desafios que têm de confrontar como indivíduos sociais, de acordo com os valores exigidos e elaborados por eles para cumprir seus desafios (MÉSZÁROS, 2007, p.298).

Para Mézáros (2007), essa forma de conceber a educação também tem um cunho moral. No entanto, é uma moral que emerge dos objetivos práticos socialmente formulados, tendo em vista um modo de vida pleno de significado e a transformação social de longo alcance. O que é muito diferente da educação que impõe externamente aos indivíduos o “tem de ser” de modo que a realização só pode acontecer em um plano futuro. A exemplo da moral religiosa, para a maioria da população, ela posterga para a eternidade ou para o futuro inatingível o sentido da vida, o que atende diretamente aos interesses capitalistas. Isto é o que se tem observado, mesmo nas sociedades capitalistas mais avançadas, em que muito se discute sobre a crise de valores. Crise esta que tem levado as mais variadas formas de criminalidade e a alienação das novas gerações, e nem cumprido a promessa liberal do final do século XVIII, em relação a cidadania e aos valores democráticos

da sociedade.

Por isso, na perspectiva comunista socialista a consciência individual é resultado das relações estabelecidas socialmente.

O destinatário da educação socialista não pode ser simplesmente o indivíduo apartado, como no modelo dos ideais educacionais tradicionais. Pois, como já indicado, no passado, os preceitos e princípios educacionais defendidos eram via de regra detalhados na forma de apelos diretos à consciência dos indivíduos particulares, normalmente concebidos em termos de exortações morais. Ao contrário, a educação socialista se destina aos indivíduos sociais, e não aos indivíduos isolados (MÉSZÁROS, 2007, p.301).

De acordo com os fundamentos que tem orientado estas discussões, o indivíduo isolado da sociedade é inconcebível. A individualidade humana só pode existir a partir de relações sociais historicamente determinadas, sem as quais o indivíduo não se humaniza.

Pois é precisamente a sua situação histórica e social concreta que os convida a formular os valores pelos quais seu compromisso ativo com determinadas formas de ação pode levar a cabo a realização de sua parte apropriada adotada de maneira consciente – que, por conseguinte, os define como indivíduos sociais autônomos e responsáveis – na grande transformação contínua (MÉSZÁROS, 2007, p. 301).

Mészáros (2007), alerta, no entanto, que qualquer tentativa de transformação dos princípios da sociedade capitalista, se não são imediatamente cooptados passam a ser combatidos, com todos os meios disponíveis, inclusive os mais violentos. Isolamento, lista de inimigos do sistema, pertencente ao eixo do mal, financiadores do terror. Segue-se ameaças, embargos comerciais, e de interferência militar. Diante disso, o desenvolvimento socialista abrangente, de acordo com as dimensões citadas configura-se como uma necessidade básica à existência humana, para o qual a educação desempenha papel orientador no processo.

Deste ponto de vista, educar adquire um novo sentido. Seu objetivo é formar para transformar qualitativamente as práticas produtivas e econômicas da sociedade capitalista. Neste sentido, o fundamento para o trabalho produtivo está relacionado a satisfazer as necessidades de uso da sociedade.

A única força capaz de contribuir positivamente para o novo processo de transformação é a própria educação, cumprindo com isso seu papel de órgão social, como acima mencionado, pelo qual a

reciprocidade mutuamente benéfica entre os indivíduos e sua sociedade se torna real (MÉSZÁROS, 2007, p.305).

A participação autônoma nos processos de tomada de decisão, bem como no âmbito produtivo, está articulada ao papel que a educação desempenha no desenvolvimento do processo de aprender a autogerir-se e autodeterminar-se, de constituir-se humano nas relações sociais, e consigo mesmo. Entende-se, que são estas reflexões que as relações de trabalho no “Grupo Especializado de Abacaxi” permitem aos seus membros.

### **3.5.1 Aspectos sumários da pedagogia socialista**

Na sociedade contemporânea não é possível falar em educação desconsiderando a educação escolar, visto que ela faz parte das lutas sociais que configuram o desenvolvimento do capitalismo como também das tentativas de se contrapor a ele. Adam Smith (1996), já advogava em defesa de uma educação escolar que fosse capaz de ensinar traços mínimos de civilidade a classe trabalhadora, visto que o trabalho simplificado e repetitivo tornava o homem tão estúpido que deveria ser assunto de preocupação da sociedade. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo surgiram várias vertentes em defesa da educação como forma de regeneração do homem e também de correção das mazelas sociais.

Por outro lado, do ponto de vista daqueles que entendem que as contradições sociais existentes são produto das relações de produção capitalista e que só podem ser resolvidas com a transformação radical da sociedade, a educação também está presente. Mesmo não sendo a questão central, Marx e Engels apresentaram sua concepção de educação. A preocupação de Marx e Engels (2004) era com a formação omnilateral e politécnica do homem, que envolvia o conhecimento dos princípios da ciência que constituem a base do sistema produtivo, associada com o trabalho produtivo e aliada a ginástica. Isso é que possibilitaria a formação integral e plena do ser humano. A combinação entre instrução, ginástica e trabalho produtivo teria como objetivo a eliminação da diferença entre trabalho manual e intelectual, entre concepção e execução. O objetivo seria assegurar a todos os homens uma compreensão integral do processo de produção, almejando com isso eliminar o monopólio minoritário do conhecimento dos ramos da ciência, da cultura e da arte.

Ao longo do século XX, vários intelectuais se dedicaram à causa da educação

socialistas formulando e fundamentando-se em concepções e pedagogias marxistas<sup>45</sup>. Entre estas pedagogias encontra-se a proposta soviética, seus aspectos essenciais, além de combinar os traços acima apontados, destaca que o verdadeiro processo educativo é feito pelo coletivo e não por indivíduos que se intitulam ou são intitulados educadores.

Para Máuri de Carvalho (2005), construir um mundo melhor, justo, fraterno, solidário e comunista, deve ser o objetivo da educação diante do mundo do capital e do trabalho. De acordo com o autor, o educador tem papel fundamental na emancipação intelectual dos trabalhadores, operários ou camponeses. O caminho a ser percorrido, para merecer a confiança desses trabalhadores é o da coerência da manutenção da unidade entre teoria e prática. O intelectual que entende a necessidade do poder passar às mãos dos trabalhadores em todas as esferas sociais, precisa prepará-los para o seu exercício, o que envolve a emancipação intelectual e a liberdade econômica. Conhecer os mecanismos de dominação é fundamental para a libertação, no entanto, as relações de dominação permanecerão intactas se a liberdade não for conquistada na prática. Por isso, a educação emancipatória não pode ficar circunscrita ao espaço escolar. A transformação da educação passa pelo entendimento da necessária mudança estrutural da sociedade.

O papel da educação socialista se propõe a provocar no indivíduo o desejo de participação política quando toma parte ativamente das decisões em todos os níveis e esferas do Estado ou nos espaços de atuação econômica e produtivas nas relações de trabalho mais imediatas. Além da apropriação, por parte dos trabalhadores, da ciência e da tecnologia, a educação socialista precisa manter o foco em dois objetivos. Um a longo prazo, que consiste na construção do comunismo criando as condições intelectuais e culturais para tal. O outro é a curto prazo consiste em transmitir para as massas os conhecimentos necessários para que os trabalhadores possam assumir de fato a iniciativa de gestão e controle do aparelho econômico e político.

A emancipação dos trabalhadores depende do desenvolvimento da liberdade econômica por um lado, e por outro, precisam da educação escolar como meios de

---

<sup>45</sup> Sobre as pedagogias contemporâneas das quais as pedagogias marxistas fazem parte ver Franco Cambi, "História da pedagogia", de modo específico o capítulo três "O século XX até os anos 50. 'Escolas Novas' e ideologias da educação", que compõem a quarta parte do livro, que trata das pedagogias contemporâneas.

acesso aos bens culturais que dão sustentação a dominação burguesa. Esta por sua vez precisa superar o paradigma da divisão entre trabalho material e intelectual, conciliando práticas educativas e produtivas, espaços onde a educação não formal se configura com potencial emancipatório.

Neste sentido, acredita-se que no interior das relações de trabalho que ocorrem no “Grupo Especializado de Abacaxi”, ainda que de forma inconsciente e rudimentar, existem elementos que podem contribuir para formação omnilateral do homem, tendo em vistas a superação do sistema de produção do capital. Assim, fundamentado no princípio, apontado anteriormente, de que o coletivo nas relações de trabalho é o educador, o que se busca é extrair das relações de trabalho no grupo são os elementos de caráter formativo e pedagógico que apontem para: 1 – Autogestão nas relações de trabalho; 2 – Práticas democráticas de gestão, que estejam fundamentadas no princípio da autonomia e da liberdade, em que os trabalhadores tomam parte nas tomadas de decisão; 3 – Superação da divisão técnica hierarquizada e entre trabalho intelectual e material e do domínio do primeiro em relação ao segundo.

De acordo com o que se buscou demonstrar, não se trata de opor a educação formal a educação informal entendendo uma como conservadora e outra como revolucionária e sim da complementariedade de uma em relação à outra, no sentido de que se pode constituir atividades formativas de cunho revolucionário, ainda que limitadas pelo do sistema do capital. O domínio dos elementos fundamentais da cultura, bem como dos princípios básicos da ciência e da tecnologia que constituem a base dos sistemas produtivos é uma prerrogativa da educação formal, elementos que sem os quais, as relações de trabalho e produção no “Grupo Especializado de Abacaxi”, provavelmente seriam inviáveis. Por outro lado, as experiências formativas que ocorrem neste espaço dizem respeito a elementos e problemas reais que precisam ser superados do ponto de vista prático, que não foram experimentados na educação formal, principalmente no espaço escolar e por isso sua importância.

## **CAPÍTULO IV – O CARÁTER FORMATIVO-PEDAGÓGICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO DO GRUPO ESPECIALIZADO DO ABACAXI - GEA<sup>46</sup>**

### **4 APRESENTAÇÃO**

A exposição desta pesquisa de mestrado retomou sumariamente o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, e o processo que subsumiu os trabalhadores, alienando-lhes do produto do seu trabalho. Também discutiu-se, a partir das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, algumas estratégias de resistência criadas pelos trabalhadores tendo em vista a manutenção das suas condições de existência.

Diante do quadro dessa forma de desenvolvimento, acumulação e reprodução do capital, pode-se apontar que a perspectiva desde a “revolução verde” na década de 1960 vem aprofundando a substituição das relações de trabalho características do meio rural, tais como parcerias, meeiros e agricultura familiar, que ainda resiste, por formas precárias de trabalho assalariado no campo. O GEA está parcela entre está parcela da população que encontrou uma forma de organização produtiva que tem permitido aos seus membros resistir à lógica dessa formação particular do capital, no Brasil.

Neste capítulo faremos, portanto, o estudo específico do GEA, com o objetivo de sistematizar os conhecimentos do caráter formativo-pedagógico das relações de trabalho e produção que nele ocorrem. Para atingi-lo, faremos uma discussão das perspectivas organizacionais que o envolvem, com destaque para o cooperativismo e o associacionismo e as diferentes vertentes de interpretação destes modelos. Não por acaso, tanto revolucionários como conservadores atribuem ao cooperativismo e associativismo grande importância para o desenvolvimento das relações sociais de produção. Uns à relacionam ao empreendedorismo e a capacidade individual, como é o exemplo da “Economia Solidária”, que apresentaremos e discutiremos na sequência. Essa política, do Governo Lula, que se caracteriza pela iniciativa do trabalhador de se auto gerenciar, imerso nas relações de produção capitalista. Outros a defendem como princípio de restituição do poder de autodeterminar-se no processo de trabalho social. É neste contexto marcado por contradições e interesses opostos que está inserido o GEA.

---

<sup>46</sup> Visto que neste capítulo será recorrente a utilização das palavras, Grupo Especializado de Abacaxi, portanto, utilizaremos apenas suas iniciais para designá-los, assim, todas as vezes em que aparecerem no texto GEA entenda-se por elas Grupo Especializado de Abacaxi.

Além da discussão sobre a Economia Solidária que abre o capítulo buscou-se no histórico de registros de organização do trabalho, no Regimento Interno, bem como, na realidade empírica por meio de observações e registro em caderno de campo, os elementos formativos e pedagógicos que emergem desta relação de trabalho. A busca é por saber se os elementos que constituem as práticas de trabalho no GEA, possuem relevância significativa para a formação da consciência dos seus membros e se elas sinalizam para uma forma de conceber as relações de trabalho que se alinham a perspectiva socialista?

Parte-se da hipótese de que as relações de trabalho no GEA são relevantes primeiro porque tem garantido a sobrevivência dos trabalhadores com relativa autonomia. Segundo, são práticas que contribuem para a formação de um trabalhador que participa na tomada de decisões coletivas referentes aos processos econômicos e de organização do trabalho. E terceiro, contribui para formação de um trabalhador que possui um conhecimento menos fragmentado sobre seu trabalho e sua produção.

#### **4.1 Os caminhos da economia socialista pela via da Economia Solidária**

As raras experiências das fábricas ocupadas mostram que sem patrão os trabalhadores por meio de associações tiveram que encontrar alternativas para gerir os empreendimentos de modo que lhes garantisse os meios necessários para se manterem vivos. No Brasil as ocupações ocorreram em decorrência da cessação das atividades de um conjunto de fábricas, em virtude da estagnação da economia nos anos finais do século XX, que inviabilizava, do ponto de vista da reprodução do capital, as atividades produtivas. Como estas fábricas tinham dívidas para com seus empregados, estes as ocuparam e adquiriram na justiça o direito de colocá-las novamente em funcionamento como forma de quitação das pendências para com os trabalhadores<sup>47</sup>.

No início do século XXI, iniciativas a exemplo das fábricas ocupadas, na qual os trabalhadores se associaram para gerir os empreendimentos em que anteriormente estavam empregados, passaram a receber incentivos do 1º. Governo

---

<sup>47</sup> Sobre os empreendimentos das fábricas ocupadas ver Lia Tiriba “Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada”.

Lula. Isto aconteceu por meio da implementação da Economia Solidária<sup>48</sup>, no qual foi atribuindo a ela um caráter revolucionário e transformador das relações sociais de produção, ainda que seu conteúdo conceitual e prático seja de caráter reformista. Assim, as discussões que seguem, tem como perspectiva demonstrar a concepção de desenvolvimento solidário que a nortearam, visto que o objeto deste estudo exige examinar essa alternativa, que emerge como proposta de governo, tendo em vista que o “Grupo Especializado de Abacaxi” encontra condições materiais para se organizar, com o financiamento dessa política.

Os empreendimentos solidários, segundo Paul Singer (2004a), caracterizam-se pelo fomento de novas forças produtivas, instauração de novas relações de produção, processos sustentáveis de crescimento econômico e redistribuição dos frutos do crescimento a favor dos marginalizados da produção e de sua fruição.

Para Paul Singer (2004-a), nenhuma sociedade seria capaz de sobreviver sem um mínimo de solidariedade entre as pessoas e que por isso um conjunto de relações solidárias permanece resguardado<sup>49</sup>. Segundo o autor, entre essas iniciativas podem ser destacados os empreendimentos familiares, associações, e etc., na qual se destaca a cooperação entre as pessoas, a autogestão e o caráter social das relações, sendo que seu objetivo é a satisfação de necessidades humanas, do valor de uso e não do valor de troca, para a obtenção de lucro.

Assim, Economia Solidária estaria fundamentada no conceito de desenvolvimento solidário, que seria um contraponto ao desenvolvimento capitalista. Nesta última forma, ainda que existam empreendimentos individuais, familiares e etc., sem fins lucrativos, o problema estaria na dinâmica do seu desenvolvimento que se encontra na disputa pelos mercados consumidores com o objetivo de auferir lucros. Por este motivo, já na base desse sistema produtivo, a pesquisa e o desenvolvimento estariam direcionados à competição tecnológica, fundamental na disputa pelos empreendimentos lucrativos.

De acordo com seu formulador, o conceito de desenvolvimento solidário

---

<sup>48</sup> Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do mercado de trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980 (SINGER, 2004b).

<sup>49</sup> Para aprofundar sobre o tema ver Paul Singer “Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário”.

(SINGER, 2004a), que se materializa nos empreendimentos da Economia Solidária, teria como perspectiva a substituição gradativa dos empreendimentos que visam lucro, pelos que não vislumbrariam apenas a lucratividade. E quando a sociedade estivesse hegemonicamente formada por empreendimentos individuais, familiares e associados, o desenvolvimento tecnológico seria outro porque buscaria atender ao interesse da maioria.

Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreça valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão (SINGER, 2004a, p.7)

Como se pode observar, segundo a perspectiva de Paul Singer (2004a), as relações sociais na atualidade são marcadas pela grande importância que o desenvolvimento científico e tecnológico ocupa na produção. Por conta disso, entende que não se deveria dividir a sociedade entre os que têm consciência e por isso estariam preocupados com a sobrevivência da humanidade e os que não têm consciência e, portanto, estariam preocupados somente consigo mesmos. Segundo o secretário da Pasta de Economia Solidária, a questão central seria a de que as empresas multinacionais investem em pesquisas apostando que o seu caráter benéfico encontra-se na redução do trabalho humano. O monopólio da ciência e da tecnologia por parte destas empresas não passaria de hipóteses difíceis de serem sustentadas cientificamente. Por isso, segundo Singer (2004a), a grande questão que influenciaria diretamente no desenvolvimento social seria a “competição versus solidariedade”. Entretanto, segundo o autor, esta é uma questão que deveria ser resolvida no plano político e não no científico.

O conceito de desenvolvimento aqui proposto é uma opção em termos de valores, mas sua concretização dependerá da evolução do conhecimento. Obviamente, é imperioso agir sem esperar que as dúvidas sobre nossas opções estejam todas resolvidas (SINGER, 2004a, pp.8-9).

A proposta de Paul Singer (2004a) estaria fundamentada no desenvolvimento solidário e na apropriação social da pesquisa e do conhecimento científico e tecnológico, uma vez que, segundo a concepção ao qual tem por base, eles constituem parte relevante dos meios de produção. Pode-se dizer que o seu ideário

é composto pela perspectiva de que, fundamentada na solidariedade, gradativamente a sociedade capitalista seria transformada, em solidária, fazendo uso das relações de mercado, ou seja, a lei da oferta e da procura. Para evitar as desigualdades sociais que resultam da concorrência, o papel do Estado deveria ser o de regular e promover a igualdade por meio de mecanismos de distribuição de renda.

O estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue, e isso sem destruir os incentivos para que os produtores se esforcem em oferecer aos compradores a melhor qualidade e quantidade pelo melhor preço (SINGER, 2004a, p.12)

Neste processo o estado burguês capitalista deveria ser transformado em estado solidário e defender os interesses e os empreendimentos solidários. Conforme já foi destacado, os empreendimentos solidários são caracterizados na maioria das vezes por cooperativas de pequeno porte e associações de trabalhadores que desempenham determinadas funções ou serviços. O êxito desta perspectiva de transformação social dependeria então, da manutenção de sua concepção de produção, fundada na solidariedade e da capacidade de resistir à competição capitalista.

Em sua grande obra “O Capital”, Karl Marx demonstra, passo a passo, como os desdobramentos da teoria clássica da economia, segundo a qual livre concorrência entre os indivíduos, reguladas pela – suposta – mão invisível do mercado, ao invés de trazer benefícios para toda sociedade, beneficia apenas a burguesia. Na Crítica ao Programa de Gotha, o autor aponta que não se pode esperar que o Estado burguês pudesse ser subvertido em favor dos interesses do proletariado, imaginando que “... em vez de surgir o processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da ‘subvenção estatal’ subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção ‘criadas’ por ele, e não pelos trabalhadores” (MARX, 2012, p.41). E conclui dizendo que as sociedades cooperativas só tem sentido se forem criações independentes dos próprios trabalhadores, sem a proteção de governos ou burgueses.

Sem alongar na crítica as proposições de Paul Singer, visto que se entende que elas estarão expressas ao longo do texto, destaca-se, por um lado seu caráter relacionado as bases morais, tendo em vista os apelos a solidariedade. Por outro

lado, ao manter intactas as estruturas e mover-se pela superestrutura do sistema capital acaba por defender que a transformação depende prioritariamente de vontade política<sup>50</sup>. Conforme já foi mencionado, mesmo que do ponto de vista teórico não tenhamos concordância com as suas posições, a exposição da argumentação em defesa da transformação social pela via da economia solidaria, ainda que extensa, ajuda a compreender a concepção teórica dos empreendimentos nela fundamentada, o qual nosso objeto de estudo é parte. E neste caso em específico do “Grupo Especializado de Abacaxi” é preciso reconhecer o seu mérito, que tem garantido a sobrevivência e a qualidade de vida aos seus membros de modo a propiciar-lhes um relativo grau de autonomia.

As relações indicam que o trabalho no “Grupo Especializado de Abacaxi” está vinculado não aos fundamentos da economia solidária, mas à oportunidade que a referida política oferece. Aliás, no mesmo período em que o GEA foi criado, Paul Singer ocupava o cargo de secretário da pasta de economia solidária dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, por um lado é possível analisar a participação do Governo no fomento aos empreendimentos, e por outro lado, permite também avaliar o alcance da estratégia, chamada de revolucionária, adotada pela via do desenvolvimento solidário. Aqui, podemos destacar de antemão, no que diz respeito ao incentivo por parte do Governo, os financiamentos por meio do PRONAF<sup>51</sup>. Quanto às relações de trabalho, por um lado ressalta-se a figura empreendedor individual. Por outro, também se prioriza os empreendimentos de associação de trabalhadores e de trabalho em grupo. É esta última proposição da economia solidária que merece ser discutida, em razão da necessidade de perseguir a coesão interna da concepção que orientou esta pesquisa. Também constatar se a garantia de existência e relativa autonomia aos membros do “Grupo”, mediante o financiamento dessa política, pode neste movimento - entre a relação de necessidade do financiamento e as práticas das relações de trabalho do “Grupo” - ,

---

<sup>50</sup> Para uma crítica mais ampla à concepção de Paul Singer, ver István Mészáros “O socialismo do século XXI”. Algumas argumentações neste sentido serão feitas no próximo subtítulo, “Novo metabolismo social: o controle da produção pelos produtores associados”.

<sup>51</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Seu objetivo é dar apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural (BNDS).

gerar a possibilidade da transformação socialista da sociedade, enraizada nos produtores livremente associados.

## 4.2 Histórico do Grupo Especializado de Abacaxi - GEA

O GEA nasceu no ano de 2004, no município de Cruzeiro do Oeste, estado do Paraná. O impulso foi dado pela EMATER<sup>52</sup>, ao propor alternativas para a agricultura familiar com o objetivo de criar viabilidade econômica para manter a população jovem no campo<sup>53</sup>. Conforme citado anteriormente, nas últimas décadas ocorreu um processo de esvaziamento da população que vivia no meio rural. Os dados apresentados correspondem ao processo de modernização da agricultura que ocorreu por todo o país, resguardado apenas as variações de tempo e espaço. Este processo de modernização da agricultura está inserido em um contexto de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, paulatinamente a população deixa o meio rural e vai para a cidade, principalmente para os grandes centros urbanos, fundamentalmente por necessidade econômica e não por opção.

Na medida em que o agronegócio se transforma em alternativa hegemônica para as exportações de *commodities* vai minando a infraestrutura que abrigava as relações de trabalho da agricultura familiar. Poucos ficaram, uns porque foram capazes de se adaptar à nova realidade e outros porque, não tiveram condições de sair. Além disso, o modo como se deu a inserção do país nas relações de produção capitalista em geral e posteriormente sua penetração no campo, levou a um crescimento desordenado das populações urbanas principalmente nos grandes centros. Estes, por sua vez não tinham estrutura para abrigar o contingente de pessoas que recebiam, o que acabou, e continua de maneira mais significativa, as tensões que pressionam o Estado a formular alternativas, por meio de políticas ou

---

<sup>52</sup> EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural). Conforme veremos no item 4.2 Análise do Regimento Interno do Grupo Especializado em Abacaxi – GEA, o papel do Instituto caracteriza-se por oferecer assistência técnica aos produtores. No período em que o GEA foi criado, não foi possível constatar nenhuma relação dela com a Economia Solidária no município de Cruzeiro do Oeste. No entanto, nos anos seguintes a Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Umuarama, por meio de sua Incubadora Tecnológica desenvolveu projetos que visavam a implantação e consolidação de empreendimentos na agricultura familiar com o mesmo objetivo ao qual o GEA foi criado, “manter o jovem no campo” (DAMASCENO, 2009).

<sup>53</sup> As tabelas 1 e 2, apresentadas no capítulo 2 deste trabalho apresenta os dados do êxodo rural no município.

programas governamentais, no sentido de as diminuïrem.

Alguns pontos foram fundamentais para que algumas pessoas pudessem resistir às dificuldades reais, mas também as “maravilhas” prometidas pelo modelo de vida urbano. Há que se destacar no ponto de partida, que foi por força das circunstâncias e das dificuldades objetivas, mesmo sem se darem conta de que se tratava de problemas coletivos, que a necessidade comum os unia e passaram a lutar – algumas vezes mais, outras menos – coletivamente pelos interesses de cada um e ao mesmo tempo de todos. Neste processo novas identidades foram criadas tais como, entre produtores de leite, feirantes, uso compartilhado de água potável, associação de fruticultores a AFRUHCO (Associação de Fruticultores e Hortigranjeiros de Cruzeiro do Oeste).

Esta última, criada a partir da dificuldade de comercialização da acerola<sup>54</sup>, nos chama a atenção porque é no interior dela que emerge o GEA, como resultado da organização já existente. Assim, os sujeitos que compõem o novo grupo, continuam produzindo acerola no formato de trabalho individual ou familiar ao mesmo tempo que passa a desempenhar uma nova forma de trabalho que se pauta no princípio da organização coletiva, regulamentada por meio de Regimento Interno específico para a atividade.

Aproveitando-se deste espaço de organização dos produtores a EMATER-Pr, no ano de 2004, propõe a estes pequenos produtores rurais o cultivo de abacaxi em sistema de condomínio. Dez produtores<sup>55</sup> de acerola gostaram da proposta e aceitaram a empreitada. Sob as orientações da EMATER criou-se então um Regimento Interno, o qual trataremos mais adiante, e iniciaram-se as atividades.

Os primeiros ciclos foram os mais difíceis e vários motivos contribuíram para isso. Antes de tudo há que se destacar o fato de que o abacaxi tem um ciclo de dois anos e a colheita ocorre ao final do segundo ano<sup>56</sup>. Além disso, tinham que lidar com a falta de experiência no cultivo e também com a nova forma de organização trabalho, para o qual era necessário levar em consideração o acordo coletivo estabelecido no Regimento Interno do grupo. Por um lado a falta de experiência

---

<sup>54</sup> É no interior da AFRUHCO (Associação de Fruticultores e Hortigranjeiros de Cruzeiro do Oeste), associação criada pelos produtores de acerola diante das dificuldade de cultivo e comercialização da fruta, que nasce o Grupo Especializado de Abacaxi.

<sup>55</sup> A – Bb – Cc – D – E – Ff – G – H – I – J.

<sup>56</sup> Por este motivo, o financiamento via PRONAF foi fundamental.

exigia maior esforço para realização das atividades de cultivo, e por outro, a produtividade de trabalho criava muitos conflitos entre os membros do grupo. Para o I<sup>57</sup> “o trabalho do J não rende porque ele não é acostumado a trabalhar na roça<sup>58</sup>, além disso, muitas vezes ele manda a mulher trabalhar e ela não faz o mesmo<sup>59</sup> que os outros”. Bb faz constatação semelhante em relação ao A “ele é muito fraquinho, não aguenta carregar um balaio cheio de abacaxi, aí a gente que é mais forte precisa trabalhar o dia inteiro no balaio senão o serviço não sai”. Depoimentos como os que foram citadas permite entender o clima das relações no início das atividades do grupo.

O resultado econômico do primeiro ciclo foi considerado bom para todos os membros do GEA, a exceção do E, que segundo relatos dos demais, sempre reclamava dizendo que o abacaxi só dava trabalho, de modo que ao final do primeiro ciclo deixou o grupo e o trabalho no cultivo de abacaxi. Outro que deixou o grupo logo após o primeiro ciclo foi o A<sup>60</sup>, neste caso pegou suas mudas e passou a cultivar o abacaxi no seu terreno contando com o trabalho familiar. Segundo os relatos ele, “preferiu plantar nas terras dele e vender o abacaxi na feira por um preço melhor [...] agora não planta mais, ele pega nossas frutas pra revender na feira”.

O segundo ciclo<sup>61</sup> caracterizou-se como crucial para o desenvolvimento GEA. O primeiro aspecto relevante diz respeito ao fato de que diante dos resultados obtidos no período anterior alguns membros propuseram a implantação de um novo ciclo que se iniciaria no ano intermediário, de modo que se assim o fizessem passariam a ter colheita todos os anos. Como o contexto era favorável parecia óbvio que todos aceitariam, entretanto, não havia mais subsídios para as mudas de abacaxi, o que tornava o novo plantio bastante caro, considerando as condições financeiras dos membros do grupo. Assim, decidiram por fazer um novo plantio, em

---

<sup>57</sup> I assumiu o cargo de Coordenador Geral nos primeiros ciclos, função que se diluiu entre os demais membros do grupo com o passar do tempo.

<sup>58</sup> J é trabalhador assalariado na indústria desempenhando a função de electricista, entretanto, a primeira e segunda área cultivada foi no terreno de sua propriedade, ao qual a esposa se dedicava ao cultivo.

<sup>59</sup> Referindo-se a atividades que exigem maior esforço físico como aplicar defensivos agrícola, que é feito com máquina costal.

<sup>60</sup> A é também feirante. Vende na feira do produtor de Cruzeiro do Oeste, hortaliças, pães, bolachas caseiras e cachaça envelhecida. Atualmente não planta mais abacaxi, apenas revende as frutas que adquire do GEA.

<sup>61</sup> Área cultivada de aproximadamente 5 há.

uma nova área não muito grande<sup>62</sup>, tendo como objetivo principal conseguir produzir mudas para ciclos futuros. Também ficou acordado que os membros eram livres para participar ou não deste novo ciclo, assim como abririam para a possibilidade de outras pessoas fazerem parte do GEA, caso tivessem interesse e condições de adquirir as mudas. Dois<sup>63</sup> membros não quiseram fazer parte deste ciclo intermediário e dois<sup>64</sup> novos passaram a fazer parte desta configuração.

A nova atividade passou a exigir mais trabalho sobrando menos tempo para outras atividades produtivas como a produção de acerola, o qual o grupo originário todos faziam parte. Assim, o cultivo de abacaxi passou a ganhar importância como fonte de trabalho. Entretanto, no segundo ciclo os resultados foram muito ruins. Segundo H *“no final das contas deu pra tirar a diária<sup>65</sup>”*. O problema foi que a nova área cultivada ficava ao lado da antiga, o que acarretou em uma infestação de praga, comumente conhecida como broca, que ataca o fruto o que o torna inviável para o comércio *in natura*, forma ao qual o produto é comercializado. Os membros do GEA estimaram que pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos frutos não tinha qualidade para o comércio. O resultado imediato disso foi que após 4 anos de trabalho se tinha uma colheita com bons resultados do ponto de vista econômico, mas que em grande parte estava comprometida com o terceiro ciclo que havia sido implantado a um custo um pouco mais elevado pelos motivos que já foram acima expostos.

Alguns desafios estavam postos para o Grupo. Era preciso aprender técnicas adequadas de produção para evitar perdas e facilitar o trabalho, visto que a ocupação com a atividade havia aumentado comprometendo a realização de outras atividades produtivas, que particularmente cada membro do grupo realizava. Poderiam também cessar as atividades, mas o terceiro ciclo já estava implantado e acabou motivando o GEA a iniciar o quarto ciclo. Neste novo período os dois membros<sup>66</sup> que passaram a compor o grupo no terceiro ciclo também compuseram o

---

<sup>62</sup> Área cultivada de aproximadamente 2 há.

<sup>63</sup> Os membros que não fizeram parte da terceira formação foram o G e o J este último vendeu a propriedade e mudou-se para outra região, onde segundo consta comprou uma nova propriedade rural com o intuito de construir aviários.

<sup>64</sup> Bb, D, Ff, H, I, K e L.

<sup>65</sup> O valor da diária gira entorno de 1/10 (um décimo) a 1/15 (um quinze avos) do salário mínimo nacional.

<sup>66</sup> K e L.

quarto, além do G<sup>67</sup> que voltou a fazer parte porque para este ciclo ele dispunha das mudas.

Do primeiro para o segundo ciclo parte das mudas foram devolvidas a EMATER, como forma de pagamento das que haviam sido obtidas, isso restringiu o plantio do segundo ciclo e no terceiro as mudas tiveram que ser compradas, por isso a área plantada foi menor que as duas anteriores. Os frutos obtidos no segundo ciclo não foram de boa qualidade, contudo, produziu-se boa quantidade de mudas, que permitiria a ampliação da área plantada, mas as condições não estavam favoráveis, visto que o resultado do ciclo anterior não foi bom. Ainda assim, locaram um terreno um pouco afastada das três primeiras áreas<sup>68</sup>, já com o objetivo de reduzir a infestação de pragas, ampliando a área cultivada<sup>69</sup>.

As diferentes composições, a ampliação das atividades, a necessidade de aprendizado de novos conhecimentos técnicos/práticos e principalmente aprender a dinâmica de trabalho em grupo, em que todos os membros estão em condições de igualdade, no que diz respeito aos direitos e compromissos, foi crucial para consolidação do grupo.

No terceiro ciclo, além de conseguir produzir as mudas<sup>70</sup> para ter colheita todos os anos, também os resultados econômicos, segundo os membros do grupo, foram bons, frutos de qualidade e o preço foi o principal motivo. Entretanto, do ponto de vista das relações de trabalho surgiu um elemento que passou a gerar conflitos. O fato é que o membro K, além de agricultor é também pedreiro, função ao qual dedica suas atividades práticas, de modo que a maioria das atividades de trabalho na produção de abacaxi era relegada a um terceiro, o M. Isto criou vários problemas porque a maioria das decisões eram tomadas no dia a dia na execução do trabalho, desencontros para realização do trabalho como também na gestão do grupo. *“No início ele vinha trabalhar, depois começou a mandar o cunhado no seu lugar e como era parente a gente não ligou muito, com o tempo era praticamente só o M quem*

---

<sup>67</sup> G seguiu compondo o grupo nos ciclos pares até a oitava formação, de lá para cá não quis mais retornar.

<sup>68</sup> O terceiro ciclo foi implantado distante do primeiro e do segundo mais por coincidência.

<sup>69</sup> Área cultivada de aproximadamente 7 há.

<sup>70</sup> Segundo D os ciclo que foram implantados a partir deste que são os impares foram sempre de boa qualidade.

*vinha trabalhar na diária, paga pelo K*”, é o que atesta os membros do grupo. Tendência que persistiu até o quinto ciclo, último ao qual o K participou.

Os aprendizados técnicos dos ciclos anteriores propiciaram que o quarto ciclo também tivesse uma produção de qualidade. Os conhecimentos técnicos e tecnológicos que vinham se acumulando dos ciclos anteriores reduzia consideravelmente a quantidade de tempo de trabalho necessário ao cultivo. O aumento da produção, entretanto trouxe a necessidade de aprender a comercializar as frutas. Aqui há que se destacar duas questões fundamentais, uma que diz respeito ao momento de vender a fruta tendo em vista o seu ponto de maturação e outra que está relacionada a forma de comercialização.

“Quanto ao momento de vender a fruta, se o comprador chega na roça e vê que seu abacaxi está maduro ele manda um preço lá embaixo, porque se a gente não vende perde a fruta na roça, então quando o abacaxi está de vez a gente já começa a vender.”, (Ff.)

No que diz respeito à forma de vender

A gente sempre vendia em grande quantidade. A maioria eram compradores que compravam um caminhão de dez mil quilos por vez e que vendiam no SEASA. Sempre no começo eles pagavam a vista e depois quando a gente pegava confiança começava a vender fiado, tipo pegava uma carga e pagava a anterior, isso ia aumentando e quando a gente ia ver já estava com bastante fruta pra receber e além de dar trabalho perdemos bastante com isso. (H)

Ainda assim, de modo geral os resultados econômicos foram considerados bons. O aprendizado referente à comercialização foi algo que não se resolveu de imediato. Durante os ciclos que se seguiram alternativas de menor risco foram surgindo, tais como vender em menor quantidade e direto para vendedores ambulantes ou mesmo para os supermercados.

O quinto ciclo<sup>71</sup> produtivo passa a ter uma nova composição do grupo. Além do G, que não participa das formações ímpares, conforme já foi mencionado acima, I deixa o grupo e passa a se dedicar a atividade de feirante e li passa a ocupar o seu lugar no GEA. No geral os resultados econômicos foram bons o aprendizado técnico produtivo e comercial segue se aprimorando de modo que a perspectiva é de ampliação da área de cultivo.

---

<sup>71</sup> Área cultivada de aproximadamente 4 ha.

No sexto ciclo<sup>72</sup> tem a participação de G e a saída de K, diante da inadequação da forma de trabalho. Um novo evento, que diz respeito as condições climáticas surge no contexto, ainda que em outros momentos estiagens prolongadas tivessem afetado as lavouras, desta vez ela foi atingida por uma geada, que acabou por prejudicar a qualidade dos frutos.

O sétimo ciclo<sup>73</sup> indica relativo nível de estabilidade do GEA, tanto do ponto de vista do domínio dos conhecimentos necessários para as atividades produtivas como também da importância econômica do cultivo do abacaxi para garantir as necessidades materiais dos membros do grupo.

O oitavo ciclo<sup>74</sup> traz vários novos acontecimentos que vão alterar a organização e o desenvolvimento do GEA. O primeiro fato marcante é a entrada de um novo membro N<sup>75</sup>, que havia feito parte de outro grupo que plantou dois ciclos e se desfez porque seus membros julgaram a atividade inviável. O segundo aspecto relevante foi que durante o período, um dos membros, o Bb se emprega como trabalhador assalariado na construção civil, visto que tinha concluído um curso superior em Tecnologia da Construção Civil, e foi tentar seguir a carreira para o qual havia se formado. Mesmo estando empregado continuou fazendo parte do grupo, que esperava uma decisão do próprio Bb, no sentido de que deixaria ou continuaria no grupo. As condições climáticas também não foram favoráveis neste ciclo, geada e seca interferiram na qualidade da produção. Entretanto, destacou-se um aspecto positivo que foi a comercialização dos abacaxis com baixa qualidade<sup>76</sup> para a merenda escolar, por meio da participação em uma associação que industrializa a fruta.

O nono ciclo<sup>77</sup> é marcado pela saída do membro L por problemas de saúde. Inicia-se também um período um pouco conturbado e, em certa medida, de incertezas com relação a continuidade do grupo. O primeiro aspecto a se destacar foi necessidade de adequação do novo membro, o N. Por outro lado a relação com

---

<sup>72</sup> Área cultivada de aproximadamente 9 ha.

<sup>73</sup> Área cultivada de aproximadamente 8 ha.

<sup>74</sup> Área cultivada de aproximadamente 10 ha.

<sup>75</sup> É o único membro que não faz parte da AFRUHCO.

<sup>76</sup> Não se trata de abacaxi com baixa qualidade para o consumo e sim para o comércio in natura que exige um fruto no qual o padrão de qualidade principalmente o tamanho.

<sup>77</sup> Área cultivada de aproximadamente 8 ha.

Bb havia se complicado, porque no período em que não participou das atividades no grupo acabou se endividando por meio de empréstimos. O problema é que ele teve dificuldades para saldar as dívidas, o que em certa medida acabou por interferir nas atividades do GEA, porque tiveram também limitada sua possibilidade de empréstimos bancários, visto que haviam pendências a serem quitadas.

Mas não foi só isso, outros dois membros, Ff e li, prestaram alguns concursos a fim de se empregarem em outras carreiras profissionais, isso fez os demais membros do grupo se preocuparem com a continuidade das atividades do grupo. Se do ponto de vista das relações de trabalho as coisas estavam conturbadas, do ponto de vista dos resultados produtivos e econômicos as coisas iam bem, propiciado pela ampliação do domínio das técnicas de produção e comercialização, *“frutos de qualidade vendidos na hora certa e de forma certa”*, afirma Ff.

O décimo ciclo<sup>78</sup> se caracteriza por uma relativa estabilidade que foi sendo construída ao longo dos anos. Os problemas com o Bb foram resolvidos, no momento ele não faz parte do grupo, assim como o G que sempre participou dos ciclos pares, neste ele decidiu não participar. Por outro lado a aquisição de um trator e de alguns implementos agrícolas melhorou a qualidade do cultivo e reduziu a quantidade de trabalho necessário à produção. No final do ano de 2015 coincide com o pico de produção do ciclo e as perspectivas econômicas são boas, de modo que já está no planejamento a implantação de um próximo ciclo. Um novo ciclo já foi implantado, e é o décimo primeiro<sup>79</sup> o que aponta para uma perspectiva de continuidade das atividades do grupo.

A síntese do histórico do GEA mostra que o grupo foi criado pelos trabalhadores, aproveitando-se da organização já existente, a AFRUHCO. Para o desenvolvimento das atividades contou com o incentivo do Governo, por meio de financiamentos via PRONAF, além da concessão das mudas de abacaxi por parte da Administração municipal. A lógica do sistema do capital não deixa dúvida de que o financiamento estatal objetiva criar alternativas, que reduzam as tensões sociais, produto de suas contradições internas, neste caso específico para amenizar os problemas causados pelo êxodo rural. No entanto, o desenvolvimento do GEA mostra que não foi a proteção do governo e sim a organização dos próprios

---

<sup>78</sup> Área cultivada de aproximadamente 8 ha.

<sup>79</sup> Área cultivada de aproximadamente 10 ha.

trabalhadores que lhes permitiram resistir as diferentes possibilidades de ampliar a exploração do trabalho com objetivo de maximização dos lucros característicos do sistema do capital. Aqui há que se destacar o domínio do conhecimento do processo produtivo na sua totalidade, o que envolvem aspectos técnicos, econômicos, e de relações de trabalho.

### **4.3 Análise do Regimento Interno do Grupo Especializado em Abacaxi – GEA**

Para iniciar as atividades produtivas foi criado um Regimento Interno, com o objetivo de organizar e regulamentar as relações no GEA. O seu conteúdo está distribuído em dois itens básicos. O primeiro faz uma apresentação sucinta do empreendimento, no qual a cultura será implantada: “5,0 ha (hectares) de Abacaxi”; a forma de produção “sistema de condomínio<sup>80</sup>” e a quantidade de produtores que dele fazem parte “10 produtores rurais, que assinam este regimento<sup>81</sup>” e o segundo item dividido em subitens e alíneas, trata da forma de administração do empreendimento. De modo mais específico, são 16 subitens, dos quais alguns deles trazem várias alíneas explicativas, o segundo item começa com a observação de que os elementos que compõe Regimento Interno resultam da discussão entre os produtores rurais. “Em reunião com os produtores rurais, foi discutida a forma de administração do condomínio”.

O primeiro subitem do Regimento Interno aponta para a igualdade entre os membros do GEA, uma vez que determina que, “as despesas e receitas auferidas pelo condomínio serão divididas de forma igualitária, entre os membros do grupo, cabendo a cada um 1/10 (um décimo) do total gasto ou recebido”. Principalmente nos primeiros ciclos foram bastante recorrentes os problemas relacionados à questão da igualdade. A compreensão que se extraía deste conceito é que ele se referia unicamente à quantidade. Alguns conflitos surgiram, conforme mencionamos no histórico do grupo, visto que o entendimento era o de que a produtividade do

---

<sup>80</sup> O Estatuto não traz nenhuma explicação detalhada do que vem a ser “sistema de condomínio”. Entretanto, segundo os membros do Grupo Especializado de Abacaxi, refere-se a uma forma técnica de organização do sistema produtivo com o objetivo de viabilizar o cultivo do abacaxi. Seu fundamento básico está centrado na alocação, por meio do pagamento de renda, de uma área de terra para o cultivo da lavoura. O primeiro ponto relevante é que a concentração da cultura em uma única área facilita o cultivo. O segundo é que esta forma atende aos não proprietários de terra.

<sup>81</sup> Para preservar a identidade dos trabalhadores, foi atribuída uma letra de A à J, cada uma correspondendo a um trabalhador seguindo o critério de ordem alfabética para os nomes.

trabalho deveria ser quantitativamente igual. H lembra que,

... no início era mais comum ter confusão por causa do tanto que cada um trabalhava, uns que reclamava que o outro era ruim de serviço e outros que faziam cera porque achava que estava trabalhando a mais.

Como o sistema de condomínio pressupõe a concentração do cultivo em uma área coletiva. Estabeleceram-se nos subitemens 2, 3 e 4 as regras para alocação da área para o cultivo, ficando assim determinado para o primeiro ciclo produtivo: subitem 2 – *renda de 3,75% da produção total colhida pelo grupo pela cessão de uso da área*, subitem 3 – *o valor da renda é considerado uma despesa a ser arcada por todos os membros do grupo* e, subitem 4 – *a renda será paga no período da colheita junto com a divisão da receita da produção*. Entretanto, as regras para locação da área sofre variações nos subitemens 2 e 4 de acordo com a disponibilidade de terras para o cultivo. Isto acontece porque quem dita as regras são as usinas da região, uma vez que para conseguir locar uma área precisam fazer uma oferta que seja mais atrativa que as feitas pelos usineiros. Em geral as terras de melhor qualidade para o cultivo, o que envolve a localização, características geográficas do terreno para mecanização e fertilidade do solo são locadas para o cultivo de cana de açúcar, visto que as usinas alocam grande quantidade de terras o que restringe sua disponibilidade. Além disso, são elas que ditam os valores dos contratos, as usinas de açúcar e álcool fazem contratos de 5 anos podendo ser renovados ou não dependendo da vontade das partes. Os produtores de abacaxi locam a terra por apenas dois anos, que é o período referente a um ciclo produtivo, visto que implantar um novo ciclo na mesma área é inviável, pois eleva os riscos da produção, devido a infestação de pragas que atacam os frutos. Assim, de acordo com um dos membros do grupo

... na maioria das vezes, para conseguir locar a área pagamos o mesmo valor que a usina, só que no momento do arrendamento, já que as usinas pagam parcelado ano à ano a partir do segundo. Essa foi a saída que encontramos, mas no início era bem mais difícil porque a gente não tinha o dinheiro para pagar antecipado (D).

Com isso é possível notar duas questões relevantes, a primeira delas diz respeito opressão do capital contra os trabalhadores do grupo personificado na concorrência com o agronegócio pelas terras disponíveis ao cultivo. A segunda, que está relacionada à primeira, corresponde a viabilidade econômica da atividade no

âmbito das relações capitalistas de produção. Ainda que outros fatos possam ter motivado a saída de alguns membros do grupo logo nos primeiros ciclos, este provavelmente tenha contribuído.

Os subitens 5 e 6 tratam da forma de condução da lavoura e da assistência técnica prestada pela EMATER-Pr. Quanto ao cultivo da lavoura é preciso destacar que o modelo de cultivo adotado caracteriza-se por um ciclo de dois anos do plantio até colheita. Trata-se de uma cultura de custo relativamente alto a começar pelas mudas, que são brotações<sup>82</sup> extraídas da planta que já produziu. Assim, para o primeiro cultivo as mudas tiveram que ser adquiridas. Porém, no primeiro ciclo elas foram conseguidas por meio de permuta, intermediada<sup>83</sup> pela EMATER, de modo que as mudas foram cedidas para o plantio e depois da colheita 30% (trinta por cento) delas foram devolvidas para que outros condomínios fossem implantados.

Para a coordenação do condomínio foi criado uma comissão, composta, conforme o subitem 7, *por 3 produtores eleitos pelo grupo, com as funções de Coordenador Geral, Secretário e Tesoureiro e 3 suplentes para os mesmos cargos*”.

Os subitens 8, composto pelas alíneas de a) à f) tratam das funções que deverão ser desempenhadas pelo Coordenador Geral<sup>84</sup>, 9 composto pelas alíneas de a) à e) que tratam das funções do Tesoureiro<sup>85</sup>, 10 composto pelas alíneas de a) à d) que tratam das funções que serão desempenhadas pelo Secretário<sup>86</sup> e 12

---

<sup>82</sup> Segundo os membros do grupo cada planta produz em média três novas mudas de qualidade para o plantio.

<sup>83</sup> Segundo o relato da representante da EMATER, as mudas eram adquiridas e fornecidas a um primeiro grupo de produtores da região. Na medida em que estes fizeram devolução novos grupos foram formados seguindo esta lógica de multiplicação dos grupos e dos pomares.

<sup>84</sup> a) Administrar o condomínio, seguindo um cronograma de ações a serem implantadas durante todo o ciclo da cultura; b) Organizar a distribuição de tarefas entre os membros do grupo; c) Agendar, juntamente com o Secretário, as datas das tarefas a serem executadas para cada membro do grupo; d) Se responsabilizar pelo suprimento dos insumos necessários para a realização dos tratados culturais agendados; e) Assinar cartas, ofícios e demais correspondências de interesse do condomínio; f) Assinar as prestações de conta, juntamente com o tesoureiro do grupo.

<sup>85</sup> a) Organizar o livro caixa, com o controle de todas as despesas e receita do condomínio; b) Arquivar todos os comprovantes de despesas (recibos, notas fiscais, etc.) feitas pelo condomínio; c) Administrar todas as receitas auferidas pelo condomínio, com a devida distribuição entre os membros do grupo; d) Se responsabilizar pela administração do Fundo de Reserva de que trata o item 12; e) Apresentar prestação de contas trimestral para apreciação de todos os membros do grupo.

<sup>86</sup> a) Organizar o livro Ata, onde serão registradas todas as reuniões e tomadas de decisão feitas pelo grupo; b) Comunicar aos membros do grupo, com antecedência mínima de 3

composto pelas alíneas de a) à h), que tratam das funções que deverão ser desempenhadas pelos membros<sup>87</sup> do GEA, incluindo os membros da Comissão<sup>88</sup>. Este último é essencial porque trata das funções de todos os membros, sem distinção, o que está nele disposto é válido para todo.

Os subitens 13 e 14, cria e regulamenta um fundo de reserva de capital “no valor de R\$ 10,00 (dez reais)”, para pagamento de pequenas despesas de caráter administrativos “*telefonemas, combustível, talão de recibos, livro ata, etc.*”

O fundo de reserva de capital é muito importante para a gestão das atividades de cultivo do abacaxi. Nos primeiros ciclos, de acordo com o que está regimentado cada membro contribuía com um valor em dinheiro para manutenção das despesas de cunho administrativo. Para os gastos diretos com o cultivo exigia-se que cada membro disponibilizasse no momento necessário, o montante de dinheiro, para compra de um insumo, por exemplo. Como já foi dito, para arcar com estas despesas cada membro fazia um financiamento via PRONAF. Entretanto, mesmo com as facilidades para os pequenos produtores que caracterizam esta forma de concessão de crédito, como o empréstimo bancário é um recurso particular, cada membro dispõe dele da forma que entende ser a melhor ou a mais urgente<sup>89</sup>, o que

---

dias, a realização de cada tarefa; c) Convidar os membros do grupo para reuniões extraordinárias ou comunicar o cancelamento de reuniões agendadas no item 11-c, com antecedência mínima de 3 dias; d) Redigir cartas, ofícios e demais correspondências de interesse do condomínio.

<sup>87</sup> a) Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do condomínio; b) Opinar, discutir e propor soluções para os problemas; c) Participar das reuniões mensais ordinárias, que ocorrerão na última 3ª –feira de cada mês, as 20:00 h, no salão do Bairro Boa Vista; d) Realizar as tarefas, juntamente com todo o grupo, de acordo com a agenda pré-estabelecida; e) Caso o produtor não possa executar a tarefa pessoalmente, deverá disponibilizar outra mão de obra, que execute o trabalho com a mesma qualidade, e com ônus total para o produtor; f) Se houver descumprimento do que está acordado no item 11.d, o produtor deverá pagar uma multa no valor de 2 diárias referentes ao trabalho executado, cujo valor deverá ser revertido para o pagamento de quem executou a tarefa e o restante deverá ir para o Fundo de Reserva, descrito no item 12; g) Dividir as despesas referentes à contrapartida do grupo, de forma igualitária, no prazo determinado pelo grupo ou pelo fornecedor; h) Dividir as receitas auferidas pela comercialização da produção de forma igualitária, entre os 10 membros do grupo.

<sup>88</sup> O subitem 11 diz que “A Comissão deverá ser eleita para o período de 1 (um) ano, com a possibilidade de reeleição”. Aqui é conveniente fazer uma ressalva, no sentido de que provavelmente este subitem foi incluído posteriormente, no entanto, não foi feita a devida correção nos subitens elaborados anteriormente e que remete às funções de cada membro do grupo.

<sup>89</sup> Aqui há que se destacar, as necessidades materiais imediatas reais como comer, beber, vestir, mas também aos apelos de consumo a bens superfluos, que em maior ou menor medida o membros acabam por se deixar seduzir.

acabava por criar entraves, que não chegava a inviabilizar o cultivo, mas de certo modo o dificultava. Assim, com o passar do tempo começaram a constituir um fundo de reserva de capital com valor mais elevado que permitia a inclusão de gastos de cultivo e não só administrativos. Como se sabe o ciclo do abacaxi é de dois anos, e os resultados da produção só acontecem ao seu final. No entanto, com o passar dos anos alguns elementos foram contribuindo para o crescimento do fundo de reserva, resultado de venda de mudas e frutas fora do tempo, conhecido como temporão. Atualmente é mantido no fundo de reserva valor suficiente para o custeio do cultivo como um todo. Para N, *“isso é importante porque mesmo nos plantios que não deu pra financiar a gente não precisou reduzir os investimentos na cultura.”*

Por fim os subitens 15 e 15<sup>90</sup> tratam das relações de poder nas tomadas de decisão do Grupo. Aqui é válido destacar o caráter democrático e a igualdade entre os membros, *“cada produtor tem direito a um voto, acatando-se a decisão da maioria”*, além da autonomia, porque *“o grupo será soberano na tomada de decisões”*. Desde que foi criado o GEA, seu Regimento Interno não foi alterado do ponto de vista formal, mas do ponto de vista prático alguns aspectos foram descartados e outros ganharam nova conotação.

A análise do Regimento Interno, permite inferir que os elementos que o compõe, objetiva regular e organizar as relações de trabalho no grupo. Dois elementos destacam-se de imediato, o primeiro deles é a preocupação com a igualdade de direitos e obrigações entre os membros do grupo e o segundo diz respeito a autonomia e a participação na gestão do trabalho. A conjugação desses dois elementos remete para a possibilidade de superação da divisão técnica do trabalho e entre trabalho intelectual e manual e do domínio do primeiro em relação ao segundo, aspecto importante à formação omnilateral definida por Marx (2004). Todavia, cabe analisar do ponto de vista prático, se estes princípios estão realmente norteando as relações de trabalho e se existem indícios de que eles apontam para a possibilidade de superação das relações sociais baseadas no capital.

---

<sup>90</sup> Aqui dois subitens tem o mesmo número, para efeito de regulamentação o que importa é o conteúdo e não os números que os antecedem. Provavelmente trata-se de um erro decorrente da inclusão de um novo subitem sem fazer a devida correção todos os subitens posteriores, que corrobora a hipótese de inclusão posterior do subitem 11.

#### 4.4 As relações de trabalho no Grupo Especializado de Abacaxi - GEA

Como vimos no histórico, a primeira formatação do GEA se deu livremente, mas, não se pode descartar o fato de que a sua perspectiva, segundo a EMATER, era manter a população jovem no meio rural. Também, conforme já foi demonstrado, em alguns casos o compromisso formal foi assumido pelo pai, mas quem desempenhava as atividades de trabalho eram os filhos<sup>91</sup>. Este fato acabou por influenciar decisivamente na configuração do grupo, assim como nas relações de trabalho.

O Regimento Interno indica algumas possibilidades de interpretação da forma como se dão as relações de trabalho no GEA. De antemão, pode-se destacar que, além dos aspectos mencionados no tópico anterior, ao delimitar as atribuições do Coordenador Geral, do Tesoureiro e do Secretário, assim como um momento específico para as atividades de planejamento e gestão, que se materializaria nas reuniões<sup>92</sup> mensais – que objetivamente não acontece conforme o que está regimentado – também acaba por reproduzir “naturalmente” a divisão entre trabalho intelectual e manual, ou seja, há sujeitos distintos para a realização do trabalho no tempo de realizar e o de conceber e planejar. Porém, há que se destacar que foi principalmente os desdobramentos e a forma de desenvolvimento das atividades produtivas que foram dando forma às relações de trabalho no GEA.

Segundo os relatos, no início das atividades, ainda que todos estivessem diretamente envolvidos na execução do trabalho, havia uma divisão clara entre planejamento e realização das atividades. Uns tinham uma preocupação maior em organizar o trabalho, enquanto outros se limitavam a executar o trabalho. Contribuía para esta divisão as funções de Coordenador Geral, Secretário e Tesoureiro, que desempenhavam trabalhos de caráter intelectual, no sentido de exercer atividades de comando em relação aos demais membros do grupo<sup>93</sup>. Nos primeiros ciclos havia

---

<sup>91</sup> Bb, Cc, Ff e li, corresponde a estes casos.

<sup>92</sup> a) Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do condomínio.

b) Opinar, discutir e propor soluções para os problemas.

c) Participar das reuniões mensais ordinárias, que ocorrerão na última 3ª –feira de cada mês, as 20:00 h, (20 h), no salão do Bairro Boa Vista.

<sup>93</sup> Os primeiros membros do grupo a ocupar tais cargos foram C, H e I, respectivamente.

uma necessidade maior de que estes membros que ocupavam cargos exercessem suas atribuições no sentido de planejar, coordenar e até mesmo comandar as atividades. Isto acontecia porque os membros do grupo não tinham domínio sobre o conjunto das atividades que compõe o ciclo produtivo da cultura do abacaxi, como também das relações de trabalho em grupo, mas na medida em que os ciclos foram passando principalmente a atividade de comandar foi se diluindo entre os membros do grupo. Segundo H, *“antes precisava mandar fazer o serviço e ainda tinha quem reclamava e falava que a gente escolhia serviço”*.

Entre os aspectos primordiais que contribuem para superação da divisão entre trabalho manual e intelectual nas atividades do grupo, destaca-se o fato de que, as reuniões de que trata o Regimento Interno, no subitem 12 nas alíneas de a) à c), não aconteceram conforme o previsto, *“na última 3ª –feira de cada mês, às 20 h, no salão do Bairro Boa Vista”*, e sim no próprio espaço produtivo durante a execução das tarefas. Além disso, aqueles que a princípio tinham como atribuições coordenar o trabalho compartilhavam o planejamento e participavam diretamente da sua execução. Os atos de planejar, executar e avaliar os resultados passa a ocorrer no espaço e no processo de trabalho. O que se constata a partir dos relatos dos membros do GEA é que isso vai gradativamente potencializando a participação de todos, nas três dimensões citadas acima, que compõem o trabalho produtivo. Assim, passa a prevalecer a melhor forma de atingir o objetivo comum, mas considerando-se as particularidades de cada um dos membros do grupo e não o que supõe aqueles que ocupavam postos de comando.

Esta variação em relação ao que estava regimentado passaria a interferir diretamente na organização do trabalho porque, além dos objetivos relacionados a produção do abacaxi, passa a ser levado em consideração também as questões particulares de cada trabalhador do grupo. Como já foi dito acima, os produtores de abacaxi se dedicam a outras atividades produtivas que em dadas circunstâncias constituem-se em prioridade, assim, a partir do momento em que o planejamento passou a ocorrer de modo conjunto as questões particulares de cada trabalhador também passaram a serem consideradas. De acordo com o H,

... antes, a gente trabalhava de acordo com as necessidades do abacaxi e não as nossas. Os dias de trabalho no abacaxi cada um

tinha que cuidar das suas coisas<sup>94</sup> muito cedo para poder chegar na roça no horário<sup>95</sup> [...]. Com o tempo a gente começou a ter mais liberdade para dar opinião e mudar um pouco isso [...]. Se precisa, a gente vai mais cedo, para mais tarde, se tem alguém com algum compromisso mais importante não precisa ficar preso a hora de começar ou parar [...].

Este ponto é bastante relevante, de acordo com o que já foi exposto, porque desde o início do grupo todos os membros desenvolvem outras atividades produtivas, inclusive de maior importância econômica para a constituição de sua renda. Segundo D, “[...] no começo o abacaxi era a minha terceira fonte de renda, por isso tinha que me dedicar a outras coisas e tinha hora que elas eram mais importante [...]”

Por outro lado não foram só as questões particulares de trabalho que passaram a ser consideradas, outros aspectos também, como por exemplo o lazer. Para Bb, D, Ff e H,

... na época da colheita principalmente, a gente colhia abacaxi e carregava caminhão no sábado à tarde e acabava perdendo o racha<sup>96</sup>. Agora a gente faz de tudo pra ficar com a tarde livre só em último caso ou se acontece algum imprevisto que a gente trabalha na hora do jogo.

Outro aspecto relevante que deriva da mudança das reuniões é que estas enquanto espaço formal e privilegiado para tomada de decisão que seriam esporádicas passa a acontecer de modo informal durante o período de trabalho. Este aspecto bastante simples vai potencializar a democratização do processo de tomada de decisões. É nestes momentos que fazem avaliação das atividades que estão sendo realizadas no dia, se articulariam entre, quem e quando será feito as capinas, controle de pragas, colheita e etc., enfim discutem as estratégias para execução das diferentes atividades que envolvem a produção. Ao mesmo tempo, prestam contas e fazem planos para ciclos futuros. Todos tem oportunidade de falar,

---

<sup>94</sup> Referindo-se a atividades que não dá para deixar para outro dia como o cuidado com as criações domésticas.

<sup>95</sup> Com a decadência do ciclo do café na região de Cruzeiro do Oeste, o horário de trabalho na roça configurava uma diária no período das 7h da manhã às 5h da tarde, com um intervalo de uma hora para o almoço das 10h às 11h e outro das 14h às 15h para o café da tarde. O trabalho como boia-fria principalmente nas lavouras de algodão e cana-de-açúcar foi fundamental para o desenvolvimento desta prática.

<sup>96</sup> Racha é o nome dado as partidas de futebol, disputadas pelos membros citados, que acontecem no campo de futebol comunitário do Bairro Boa Vista.

dar opiniões, concordar e discordar do que está sendo proposto. De aspectos mais simples e imediato como a forma mais eficaz de realizar uma atividade do cultivo, a questões mais complexas como o planejamento de atividades futuras e inclusive sobre as diretrizes que fundamentam o grupo.

Em uma ocasião, em um dia de colheita, enquanto tomavam o café da tarde a sombra de um pé de manga, discutiam as tarefas seguintes, para o restante do dia e para os próximos dias. Precisavam continuar fazendo a colheita do quarto ciclo, mas também fazer os tratos culturais da lavoura no ciclo seguinte. Todos discutiam e davam sugestões à exceção de um trabalhador. Ao investigar o fato que chamou a atenção a descoberta foi a de que por não fazer parte diretamente do grupo uma vez que era contratado<sup>97</sup> ele nunca participava do planejamento das atividades, fazia apenas o que lhe determinavam.

Episódios como o relatado acima, na qual um dos membros terceirizava o trabalho fizeram com que o grupo tomasse a posição de não aceitar mais este tipo de relação. O entendimento do grupo é o de que além de menos produtivo, o trabalho desempenhado pelo contratado, na maioria das vezes é de menor qualidade. Ainda que o trabalhador contratado seja sempre o mesmo. *“Além de explorar o trabalho do outro, explora principalmente nós que cuidamos do abacaxi pra Ele<sup>98</sup>”* disse o H. Segundo os demais membros, M nunca demonstrou interesse em fazer parte do GEA, mesmo tendo sido convidado algumas vezes. Aliada a outras medidas, esta impede a separação entre postos de comando e postos de execução e principalmente a diferenciação entre os seus membros, no sentido de que os que coordenam e comandam tenha mais poder que os outros no conjunto das relações.

O modo de planejar e executar, assumido nestas condições de trabalho incide sobre a divisão técnica do trabalho, de modo que a distribuição das tarefas e a coordenação das atividades específicas ocorrem a partir da iniciativa e das capacidades particulares de cada membro. *“Eu sempre trabalhei com trator, mas*

---

<sup>97</sup> O ciclo produtivo que ocorreu este fato já era o quarto e a configuração do grupo já não era mais a original, alguns membros já haviam saído e outros entrado. Entre eles estava o K, que tinha na lavoura de abacaxi uma atividade secundária, que além do cultivo de suas próprias terras desempenhava como atividade principal o trabalho na construção civil. Por este motivo delegava suas funções a terceiros, a pessoas contratadas o caso que acabamos de citar. Era sempre o mesmo sujeito, entretanto, *“a postura nunca muda”* foi o que relatou o membro H.

<sup>98</sup> Referindo-se ao K.

*agora que o Ff e principalmente o li aprenderam e gostam, faço se for preciso, senão prefiro fazer outra coisa [...]”* afirma D. O que se percebe é que isto não impede que cada um tenha domínio de todas as etapas do cultivos da fruta, como também no manuseio das ferramentas básicas necessárias a produção. Isto envolve desde as questões mais elementares, como a execução de uma capina, às mais elaboradas como, por exemplo, definir o melhor momento de induzir as plantas ao florescimento para conseguir frutos de qualidade e nos períodos pretendidos. Entretanto, mesmo que nenhum membro receba valor maior devido a capacidade e especialidade de seu trabalho, as necessidades particulares de cada membro são levadas em consideração é o que atesta o relato de H,

Este ano<sup>99</sup> saiu um dinheiro mais cedo porque conseguimos vender uma quantidade boa de frutas bem no início. O li quis antecipar a divisão desse dinheiro, principalmente porque ele e o N estavam precisando<sup>100</sup>. Então conversamos, e como eu, o D e o Ff, não estávamos precisando naquele momento, decidimos que aquele dinheiro fosse dividido entre os dois.

Mesmo que todos tenham o igual compromisso de dedicar a mesma quantidade de tempo de trabalho ao processo produtivo, e por isso igual direito ao resultado da produção, os critérios adotados para divisão tanto de um quanto de outro, nos indica outras possibilidade de interpretação das atividades do GEA. Por um lado, o igual compromisso e o igual direito nos remetem, segundo Marx (2012), ao estreito horizonte jurídico burguês. Por outro lado, ao dividir as tarefas em virtude da afinidade e habilidades de cada um, bem como, da divisão dos resultados da produção de acordo com as necessidades de cada membro, pode-se inferir, que ainda que as relações estejam pautadas no direito à igualdade, também sinaliza para possibilidade da constituição de relações sociais de produção fundamentada no princípio que, *“de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”* (MARX, 2012, p.32).

Por fim, com os dados que foram apresentados é possível destacar, que as relações de trabalho no GEA, vão ao encontro do que foi apresentado e está expresso acima, na análise do seu Regimento Interno. Destaca-se o fato de que os trabalhadores desenvolvem suas atividades sem a necessidade de um comando

---

<sup>99</sup> Ano de 2015

<sup>100</sup> li possuía dívidas particulares e N em virtude de não ter conseguido financiamento da lavoura do ciclo 2015-2016.

externo, e cada um que se autodetermina de acordo com as necessidades do grupo. A forma como ocorre à gestão do trabalho caracteriza-se pelo princípio da participação autônoma livre e democrática. E, por último, também se constata que a divisão hierárquica entre trabalho intelectual e material é superada na medida em que todos os membros tem domínio e participam do processo na sua totalidade.

#### **4.5 Trabalho e educação nas relações do Grupo Especializado de Abacaxi – GEA**

Como já foi dito, produzir abacaxi não é a única atividade produtiva desenvolvida pelos membros do grupo, individualmente cada um desenvolve outras atividades como o cultivo de acerola e mandioca. Entretanto, as atividades produtivas desenvolvida no GEA são as de maior importância na renda individual, portanto, o fator econômico é a base para sua constituição. De modo geral é garantir os meios necessários para viver que motiva estes trabalhadores a participarem desta forma de atividade produtiva. Segundo eles existem alguns elementos que favorecem o cultivo do abacaxi na região. Entretanto, o trabalho em grupo é fundamental para que a atividade dê certo. Segundo Ff, *com os conhecimentos que tenho sobre o abacaxi daria para tocar uma roça sozinho, mas teria que ser uma área menor e também teria que contratar trabalhadores*. Por outro lado, H e D acreditam que seria muito difícil porque o fato de possuírem ferramentas e instrumentos de trabalho coletivo facilita muito o trabalho.

Como se pode observar o trabalho em grupo atende aos interesses de todos, mas isso não quer dizer que não aconteçam conflitos. Além daqueles que já foram apresentados e que envolveram os membros Bb e K, que por fim acabaram por resultar nas respectivas saídas do grupo, no cotidiano acontecem vários conflitos. Entre eles destacam, diferentes opiniões sobre a organização prática das atividades de trabalho diário, o que envolve a melhor forma e momentos de os executar, definição das estratégias de venda, planejamentos para atividades futuras. Segundo os membros do grupo para se equacionar estes problemas leva-se em consideração as necessidades e especificidades técnicas, o bom senso e em último caso o Regimento Interno. O diálogo é intenso, tenso e algumas vezes não se chega a consenso e quando isso acontece é a prática que define a questão.

De acordo com os relatos, existem vários elementos no trabalho em grupo

que o tornam qualitativamente superior ao trabalho individual. Sem deixar de relatar a amizade e a parceria, destacam que o fundamental é a complementariedade do trabalho de um para com o outro no sentido de torná-lo mais produtivo e viabilizar a forma de produção. Ao contrário do que possa parecer o trabalho no GEA faz aumentar a autonomia de cada membro, o que vai desde a realização das atividades técnicas de cultivo até a comercialização das frutas. A divisão das atividades de trabalho no período de colheita por exemplo, “... exigiria a contratação de vários trabalhadores com maior qualificação ‘de confiança’, para fazer as pesagens adequadamente, não desviar frutas ...” aponta D.

De acordo com Ff,

... existem algumas regiões onde tem plantios individuais de abacaxi, [...] ou são em extensões maiores de terra em que o trabalho é feito com contratação de mão de obra ou então são em pequenas áreas próximas umas das outras e tem um atravessador que faz as vendas das frutas.

O relato feito por Ff aponta aspectos clássicos das relações capitalistas de produção, o primeiro, que remete necessariamente a exploração do trabalho assalariados. Já o segundo, está relacionado ao trabalho humano abstrato que cria valor ser controlado por uma figura que não participa do trabalho útil concreto, que produz valor de uso. Neste caso o comerciante atravessador que controla o comércio em um determinado ramo, o abacaxi.

Todos os trabalhadores tem a noção de que caso o trabalho não fosse realizado em grupo, para viabilizar as vendas correr-se-ia o risco, de ter que abrir mão de parte do trabalho abstrato e cair nas garras dos atravessadores o que tornaria o cultivo do abacaxi em uma atividade comum a outras, como a acerola que segue este padrão. Outra alternativa para manter ou ter melhores ganhos individuais, seria a produção em larga escala, o que demandaria outras condições objetivas. A primeira seria uma quantidade relativamente alta de capital, considerando os padrões dos membros do grupo. A segunda seria a existência de mão de obra relativamente qualificada, para este tipo de trabalho conforme já foi apresentada acima, e disponível para ser contratada.

Como a primeira opção é de pouco interesse do ponto de vista econômico e a segunda é inviável, visto que não existem condições objetivas para tal, a exceção de Ff que afirmou que se caso o GEA se desfizesse tentaria seguir o cultivo de abacaxi

individualmente, todos os demais afirmaram que provavelmente se dedicariam a outras atividades.

Como já foi operário da AFRUHCO, li disse que provavelmente voltaria a desempenhar essa função em uma indústria da cidade ou da região. No caso de N participava de outro grupo que se desintegrou e antes de tentar trabalhar sozinho preferiu procurar o atual que o aceitou. Entende que esta forma de trabalho dá mais autonomia, o que considera muito importante. Sua perspectiva é a de que,

Se não tivessem me aceitado aqui no grupo, provavelmente estaria plantando mandioca, ou então teria ido trabalhar na cidade. Fiz magistério e trabalhei de estagiário na escola por um tempo, mas achava muito estressante então não quis seguir carreira. Se não estivesse dando certo aqui talvez eu tentasse ser professor (N).

Mesmo também já tido trabalhado como operário na indústria, D disse que se dedicaria ao cultivo de acerola, que é a mesma opinião de H. No entanto, para este foi o grupo de abacaxi que lhe deu a possibilidade de continuar trabalhando com a agricultura, e com uma forma de trabalho qualitativamente superior as práticas anteriores.

A gente ainda trabalha bastante, mas agora é muito melhor, tem trator, tem máquinas que facilita o trabalho. Antes a gente trabalhava, produzia, ia na cidade e vendia, agora é aquele movimento, telefone pra lá e pra cá, comprador de todo lado. A gente vai aprendendo com isso (H).

Os relatos demonstram que os membros do GEA reconhecem as vantagens obtidas com a minimização da importância do atravessador e da exploração do trabalho que converte-se de imediato em benefícios para os trabalhadores. Além disso, e extrapolando os limites imediatos das necessidades materiais, o que favorece é que estes trabalhadores têm a compreensão de aspectos elementares das relações sociais de produção capitalista. Mas aprenderam fundamentalmente, que para o desenvolvimento de suas relações de trabalho, não é possível se pautar simplesmente por elas.

Em síntese, pode se dizer que o modo como foi se configurando as relações de trabalho no GEA, permitiu o desenvolvimento de formas diferenciadas de divisão do trabalho principalmente se comparada a sua forma clássica entre trabalho intelectual e material. Entre os elementos que contribuíram para esta configuração, há que se destacar o fato de que foi estabelecido de antemão no seu Regimento

Interno a igualdade de poder entre os seus membros. Aliado a isso, aparecem as necessidades práticas de aprendizado para viabilizar a atividade produtiva, favorecido por coincidir o espaço e o tempo de planejamento com o de execução.

Entre os aspectos significativos de aprendizagem que emergem das relações de trabalho no GEA, destacam-se os de caráter técnicos produtivos, os econômicos e os sociais. O conhecimento do processo produtivo na sua totalidade, a compreensão dos princípios básicos da economia no sentido de produção material da vida e a possibilidade de autodeterminar-se nas relações de trabalho, e participar em todos os níveis nas tomadas de decisão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho partiu-se da constatação de que vive-se em um período de grande produção de riquezas materiais e culturais. Entretanto, as contradições do sistema têm colocado em risco as condições de existência de um contingente muito grande de pessoas, particularmente das pertencentes à classe trabalhadora. Desemprego, fome e guerras constituem a face mais nefasta do problema, sem deixar de considerar os problemas de ordem ambiental.

Diante deste contexto, que não é somente brasileiro, para uns a saída deve ser encontrada por meio da lapidação das relações de produção capitalista, criando alternativas técnico-administrativas e corrigindo as falhas morais dos indivíduos e instituições. Por um lado, há os que acreditam em uma possibilidade de existência humana mais rica e plena que a defendida pelos valores capitalistas. Deste segundo ponto de vista as contradições sociais que se manifestam das mais variadas formas, com destaque às que foram acima mencionadas, não podem ser resolvidas nos limites do capitalismo, porque o capital somente se viabiliza pelo imperativo da reprodução ampliada para fins da concentração, cada vez mais seleta. Por outro lado, as contradições criam a necessidade e apontam para possibilidades de transformação socialista das relações sociais de produção. É sob esta ótica que se analisa o “Grupo Especializado de Abacaxi”, por entender que de suas relações de trabalho emergem conhecimentos importantes para outra formação humana que tem outra lógica diferente dos valores capitalistas; e que também pode contribuir para formar a consciência socialista.

Neste sentido, no primeiro capítulo, buscou-se demonstrar de que modo o desenvolvimento do capitalismo, desde os países originários cria determinações históricas que exercem influência sobre o Grupo Especializado de Abacaxi. Em linhas gerais discorre-se sobre o processo de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista, apresentando seus fundamentos mais elementares. Destaca como a apropriação privada dos meios de produção permite a reprodução do capital ao passo que o trabalhador perde o poder de autodeterminar-se no processo de trabalho. Aliado a isto demonstra também como as determinações históricas do capitalismo, interferem e submetem aos interesses do capital central o desenvolvimento das economias dos países periféricos como é o caso do Brasil, o que faz com que a classe trabalhadora seja mais vulnerável à exploração.

Depois de caracterizar em linhas gerais o desenvolvimento capitalista e situar o Brasil neste contexto, no segundo capítulo é feita a análise da forma como se deu a inserção do capital internacional no desenvolvimento da economia do país e como isso constitui-se em condicionantes da criação do Grupo Especializado de Abacaxi no município de Cruzeiro do Oeste, região noroeste do Paraná. Neste sentido, o que se faz é apresentar o impacto do desenvolvimento do capitalismo nas relações de produção e do trabalho no campo no município de Cruzeiro do Oeste. Destaca-se a forma como se deu a distribuição e posse da terra na Região Noroeste do Paraná, no qual os aspectos de maior relevância estão relacionados ao fato de que as terras de melhor qualidade para exploração da agricultura pertenciam a companhia inglesa Norte do Paraná. Por outro lado, desenvolvimento econômico da região se deu de forma dependente à estrutura produtiva do café no estado de São Paulo. Doações de terras para companhias e particulares em troca de favores políticos ou ao estado e propagandas de uma terra que jorrava riquezas constituíram a tônica da colonização da região em particular neste município.

Ainda em pleno avanço do processo de colonização o ciclo do café entra em colapso e coloca em xeque o sistema. Gradativamente as lavouras são substituídas por pastagens e por culturas de grande extensão, soja, milho, algodão. O que estava em processo era o que ficou conhecido como modernização da agricultura que em última instância vai caracterizar a estrutura da região como produtora de cana de açúcar. Seus resultados mais gerais foram a introdução de maior tecnologia aplicada a produção, o esvaziamento da população do meio rural e a mudança nas relações de trabalho, de diferentes formas de parcerias para trabalho assalariado precário principalmente na forma de boia-fria. Os poucos trabalhadores que ficaram no meio rural, transitando entre uma alternativa e outra no ano de 2004 iniciam as atividades do Grupo Especializado de Abacaxi.

O capítulo três traz uma discussão sobre a relação entre trabalho e educação no contexto da sociedade capitalista. Parte-se de uma discussão acerca da relação entre esses dois elementos que são indissociáveis na constituição e desenvolvimento do ser humano. Demonstra-se no texto, que ao apropriar-se da natureza de modo intencional para extrair dela sua existência, ele a modifica acabando por transformar a si próprio, visto que o homem é também um ser natural. É aqui que se instaura o papel da educação, uma vez que o ser humano precisa apropriar-se dos conhecimentos que lhe permitem interagir com a natureza o que pressupõe a

relação com outros homens. Neste sentido, os conhecimentos que emergem das relações de trabalho e ampliam o domínio do homem sobre as forças da natureza têm o potencial de lhe dar autonomia e liberdade. Contudo, no sociometabolismo do capital, trabalho e educação acabam por constituir-se na sua limitação. Isto acontece porque no atual modelo de sociedade o valor de uso dos bens produzidos fica submetido ao seu valor de troca. Assim, na medida em que o sistema se desenvolve acaba por transformar todas as relações possíveis em capitalistas, de tal modo que o objetivo é a realização e reprodução ampliada do capital, ainda que isto custe negar as condições de vida de um contingente considerável da classe trabalhadora.

O atual modelo de sociedade, por outro lado, caracteriza-se pelo alto nível de desenvolvimento material e cultural, marcado por contradições internas, que se manifestam na oposição fundamental entre capital e trabalho. É desta contradição que nasce também as duas classe fundamentais da sociedade, a burguesia e o proletariado. A primeira proprietária dos meios de produção e a segunda por não ter propriedades é obrigada a vende sua força de trabalho aos primeiros, que a compra na medida em que pode explorá-las e obter lucros.

As condições históricas objetivas passam a exigir a ampliação da educação, assim, faz parte deste processo de desenvolvimento a luta pela universalização do ensino que se materializa principalmente na produção da escola pública objeto de interesse tanto da burguesia, quanto do proletariado. Entretanto, a burguesia busca na educação, em todos os espaços formativos e principalmente por meio da escola pública, a disseminação dos conhecimentos técnicos científicos e da sua ideologia. Neste contexto o papel da educação é o de homogeneização das relações sociais com o objetivo de manter a hegemonia burguesa. Por outro lado, os setores mais avançados da classe trabalhadora lutam por uma educação que lhe sirva de instrumento para transformação das relações sociais de produção capitalista. Para estes, a educação deve permitir o desenvolvimento integral do homem, de modo a conhecer os princípios da ciência aplicados à produção e aos valores fundamentais da cultura.

Para as pedagogias que se desenvolvem a partir destes fundamentos, além da escola, existem outros espaços formativos que podem contribuir para formação da classe trabalhadora. Entre estes espaços destaca-se o caráter formativo que ocorre no trabalho. Se o trabalho na sociedade capitalista aliena e coisifica, contraditoriamente existem formas e espaços de trabalho que negam esta

perspectiva. Entre estas aparecem o cooperativismo e o associativismo, que tanto podem servir à busca pela manutenção social, quanto às tentativas de superação. Neste sentido, pode-se dizer, que no interior das relações de produção capitalista ocorrem relações de trabalho que contribuem para formação do ser humano e não meramente para a alienação dos trabalhadores. Porém, elas são constantemente atacadas na teoria e na prática, pelos valores e relações de produção capitalista.

Neste contexto está inserida a Economia Solidária, modelo incentivado pelo Governo brasileiro no início do século XXI. Sua perspectiva é a de que seria possível, de forma gradual, reformar relações de mercado fazendo um apelo à consciência solidária. Segundo esta perspectiva, para se reproduzir toda sociedade precisa-se manter um grau relativo de solidariedade na qual a primeira preocupação das pessoas não seria a obtenção de lucro. Assim, o desafio seria encontrar estes espaços e potencializá-los. O Estado teria o papel de fomentar estas iniciativas o que criaria uma rede de solidariedade por meio de cooperativas e empreendimentos individuais. De acordo com esta perspectiva o conhecimento técnico científico é força produtiva e base para o desenvolvimento do capitalismo e se desenvolve em função da competição pelos mercados mais lucrativos. Por outro lado, na medida em que a sociedade estivesse permeada por um conjunto de empreendimentos solidários ele passaria a ser desenvolvido em função da solidariedade e não da competição.

Em contraponto a esta perspectiva apresenta-se uma crítica demonstrando que a superação do sistema do capital só é possível contra a totalidade do sistema que se sustenta sobre o tripé capital, trabalho e Estado. Assim, o novo metabolismo social passa necessariamente pelo controle da produção pelos produtores associados, tarefa que só é possível com trabalhadores emancipados e que se autodeterminam no processo de trabalho.

São estes últimos elementos, ainda que em estágio embrionário, que se pode identificar nas relações de trabalho no GEA. Não se trata de desenvolvimento de rede de solidariedade pela subvenção do Estado ou da transformação do conhecimento técnico científico em força produtiva a serviço da solidariedade e sim de um trabalhador consciente de seu papel histórico.

Neste sentido, autogestão e emancipação dos trabalhadores são condições fundamentais para a transformação da sociedade. Entretanto, os trabalhadores perderam tanto um quanto o outro no processo de desenvolvimento das relações

sociais de produção capitalista, o que envolve os espaços formativos formais como é o caso da educação escolar. Sem deixar de considerar a importância da escola como espaço de acesso à cultura e aos princípios da ciência que fundamentam o sistema produtivo, as pedagogias socialistas apontam para a importância dos processos formativos que ocorrem nos espaços produtivos que apontam para o desenvolvimento da consciência socialista. Entre estes elementos destacam-se, a autogestão nas relações de trabalho, práticas democráticas de gestão, que estejam fundamentadas no princípio da autonomia e da liberdade e a superação da divisão técnica hierarquizada e entre trabalho intelectual e material e do domínio do primeiro em relação ao segundo.

No quarto capítulo faz-se uma discussão do aprendizado que emerge das relações de trabalho e produção do Grupo Especializado de Abacaxi. O ponto de partida é o seu aspecto histórico, no qual se demonstra como o aprendizado que foi se constituindo a partir das relações de trabalho foi fundamental para o seu desenvolvimento. Em seguida apresenta-se o Regimento Interno que fundamenta as relações nele constituídas. A distribuição de poder de modo igualitário sem levar em consideração aspectos da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material ocupa importância relativamente grande, assim como a restrição à exploração do trabalho do outro. A partir dos dados regimentais é feita uma análise dos dados empíricos das relações de trabalho. Aí se constata que a forma de organização do trabalho permitiu que o planejamento e a execução do trabalho ocorressem no mesmo espaço, e com a participação de todos. Aliado às outras duas condicionantes, quais sejam, restrição a possibilidade de exploração do trabalho do outro e igualdade de poder de decisão, criaram-se as possibilidades de aprendizado que são fundamentais ao desenvolvimento do grupo e também do indivíduo, como resultado dessas relações, rompendo com a hierarquia, um dos pilares das relações de trabalho, em qualquer formação social capitalista. Entre os elementos que compõem o aprendizado dos membros do grupo destacam-se o conhecimentos técnicos-produtivos, os de caráter econômico e os sociais. Todos com igual relevância no sentido de propiciar a autogestão e a emancipação do trabalhador.

De modo preliminar, pode-se dizer que o modelo adotado alinha-se as perspectivas cooperativistas e associativistas. Vale destacar, o caráter contraditório que perpassa esta forma de organização produtiva. Por um lado, elas estão presentes entre os que defendem o aprimoramento das relações capitalistas, por

meio de reformas da sociedade sem alterar sua estrutura. Por outro lado, os que querem a transformação da sociedade, buscam nelas, uma forma de transitar do modelo social capitalista para o socialista. Ambos defendem valores ligados a autogestão, mas com significados opostos. Uns a relacionam ao empreendedorismo e a capacidade individual, como é o exemplo da “Economia Solidária”, política, do Governo Lula, de se auto gerenciar, imerso nas relações de produção capitalista. Outros a defendem como princípio de restituição do poder de autodeterminar-se no processo de trabalho social, o que apontaria para possibilidade de transformação da sociedade. É neste contexto marcado por contradições e interesses opostos que está inserido o GEA.

Do ponto de vista político destaca-se o fato de que o GEA não tem uma orientação ideológica explícita em seu Regimento Interno, mas pode-se inferir que seus membros compartilham dos valores ao qual o senso comum está impregnado<sup>101</sup>. Entretanto, entende-se que algumas características que permeiam suas relações de trabalho acabam por infringir, e de certa forma subverter os limites da ideologia dominante, favorecendo o aprendizado de conhecimentos que podem apontar para práticas produtivas e sociais que vão além das relações capitalistas de produção. Assim, com o objetivo de sistematizar e organizar estes conhecimentos buscou-se, no Regimento Interno, no histórico de registros de organização do trabalho, bem como, na realidade empírica por meio de observações e registro em caderno de campo, os elementos que emergem desta relação de trabalho.

Por fim, entende-se, que os elementos que constituem as práticas de trabalho no GEA, possuem relevância significativa para a formação da consciência dos seus membros no sentido de superar a visão do senso comum. Assim, elas sinalizam para uma forma de conceber as relações de trabalho que se alinham a perspectiva socialista. De acordo com as discussões apresentadas o trabalho no GEA destaca-se por três aspectos de significativa importância para classe trabalhadora. O primeiro diz respeito ao fato de que tem garantido a sobrevivência dos trabalhadores com relativa autonomia. A segunda, que são práticas que contribuem para a formação de um trabalhador que participa na tomada de decisões coletivas referentes aos processos econômicos e de organização do trabalho. E terceiro,

---

<sup>101</sup> Os valores hegemônicos da sociedade burguesa, marcados pelo individualismo e competitividade.

contribui para formação de um trabalhador que possui um conhecimento menos fragmentado sobre seu trabalho e sua produção, visto que tanto o trabalho material quanto o intelectual são realizados por todos os trabalhadores.

O caráter formativo pedagógico das relações de trabalho no Grupo Especializado de Abacaxi de Cruzeiro do Oeste entre os anos de 2004 a 2015, localizado na região noroeste do Paraná, unidade federativa do Brasil, encontra-se na forma como foram se constituindo as relações de trabalho. O aspecto primordial diz respeito a forma como ocorreu a divisão do trabalho, o fato de não existir divisão e fundamentalmente a hierarquia entre trabalho intelectual e trabalho manual, como afirmado acima, foi o que permitiu aos membros do grupo o aprendizado da totalidade das relações que envolvem a atividade técnica-produtiva, à apropriação de conhecimentos de circulação da mercadoria e suas implicações em suas vidas.

Portanto, pode-se afirmar que as relações de trabalho e produção do “Grupo Especializado de Abacaxi”, ainda que de forma embrionária trazem alguns elementos que constituem-se em possibilidade de se estabelecer novas relações sociais que apontem para superação das contradições do sistema capitalista. Do ponto de vista formativo e pedagógico destacam-se três princípios. Primeiro a possibilidade de superação imediata da divisão técnica hierarquizada e entre trabalho intelectual e material no qual a quem concebe exerce domínio sobre quem executa. Segundo a possibilidade de autogestão nas relações de trabalho. E terceiro, o desenvolvimento de práticas democráticas de gestão, fundamentadas no princípio da autonomia e da liberdade, em que os trabalhadores igualmente tomam parte em todas as decisões, as quais definem outro rumo para sua vida, sua história pessoal e coletiva. Visto que, estes conhecimentos podem contribuir para o estabelecimento de relações sociais comprometidas com o desenvolvimento humano e não com a reprodução do capital. De acordo com as discussões apresentadas o trabalho no grupo em questão destacam-se dois aspectos da maior importância. O primeiro diz respeito ao fato de que tem garantido a sobrevivência dos trabalhadores de forma digna. E o segundo, que são práticas que contribuem para a formação de um trabalhador que possui um conhecimento menos fragmentado sobre seu trabalho e sua produção.

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ALVES, Giovanni. Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista. **Revista ORG & DEMO**, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2000.

\_\_\_\_\_, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho**. – 2 ed., 10 reimpressão. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BOTTEMORE, Ton. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução Waltensir Dutra. – 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BNEDS, Programa nacional de desenvolvimento da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html> Datado3 Data do acesso: 26/06/2015.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARDOSO, Cassia Regina Soares. **O processo de ocupação do noroeste Paranaense nas décadas de 1950 e 1960**. SEED/PR. Portal dia-a-dia educação, 2007. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigocassia\\_regina\\_soares\\_cardoso.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigocassia_regina_soares_cardoso.pdf) Data do acesso: 01/12/2014.

DAMACENO, Julio Cesar. **Integração/interação de empreendimentos de produção leiteira em agricultura familiar na microrregião CONSAD entre rios – Paraná**. 2009. Disponível em: <http://www.dex.uem.br/projetos-temporarios/educacao/206-integracaointeracao-de-empreendimentos-de-producao-leiteira-em-agricultura-familiar-na-microregiao-consad-entre-rios-parana-unitrabalho>. Data do acesso 12/02/2016

FERNADES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Apresentação Ricardo Antunes. – 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

GONSALVES, Sergio. **Campesinato resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho.” Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente: Presidente Prudente, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral. - 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova

forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, trabalho e educação**. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2007 (p.77-96)

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Apresentação Plínio de Arruda Sampaio Junior. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LUCENA, Carlos. Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. O camponês, o rural e o agronegócio—diversas abordagens na geografia agrária brasileira. **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 07, 2014. Disponível em: <http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/view/692> Data do acesso: 20/10/2014.

MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo, SP: Editora Martin Claret Ltda., 2001.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã: Teses sobre Feuerbach**. Tradução Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Textos sobre educação e ensino / Karl Marx e Friedrich Engels**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. – 5 ed. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. Supervisão editorial e tradução Mario Duaye e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crítica do programa de Gotha**. Seleção tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MENDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Introdução Paul Singer. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital.** Tradução Francisco Raul Cornejo...[et al.] São Paulo: Boitempo, 2009.

MUELLER, C. Charles. MARTINE, George. **Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980.** Revista de Economia Política, v.17, n.3 (67), julho-setembro/1997.

NOVAES, Henrique T. **A alienação em cooperativas e associações de trabalhadores: uma introdução.** 2011. Disponível em: <[http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P%26T\\_Novaes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf](http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P%26T_Novaes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf)> Data do acesso: 17/06/2015.

PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli; GIOIA, Silvia Catarina. Do feudalismo ao capitalismo uma longa transição. In: ANDERY, Maria Amália. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica:** - 10 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2001.

PIZZOLATTI, Ives José. **UNIVERSIDADE DO OESTE CATARINENSE–UNOESC CURSO DE AGRONEGÓCIOS–TANGARÁ-SC.** Disponível em: [http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/0f5e363a16336c5e03256c67006799da/c84fadced2d0109e03256f0e00788fa6/\\$FILE/NT0009853A.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/0f5e363a16336c5e03256c67006799da/c84fadced2d0109e03256f0e00788fa6/$FILE/NT0009853A.pdf) Data do acesso: 02/10/2014

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo, SP: Boitempo, 2012

RIBAS, Alexandre Domingues. SANTOS, Dirceu Evaldo Pereira dos. RIBEIRO, Júlio Cesar. SOUZA, Marcos Timóteo Rodrigues de. **Marxismo e geografia: paisagem e espaço geográfico – uma construção para o entendimento da sociedade contemporânea. S/D**

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000.** 2005.

RODRIGUES, Ari. [et al]. **Cruzeiro do Oeste: origem e formação.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, 2000.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Educação e socialismo. In: NETO, Benedito Moraes... [et al]. **Marxismo e socialismo no século 21.** Organizadores: Andreia Galvão... [et al]. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH: Xamã, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** – 8 ed. Revista e ampliada – Campinas, SP: Autores Associados, 2003 (Coleção educação contemporânea)

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci_arttext)  
Data do acesso: 10/06/2015.

\_\_\_\_\_. a. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001)  
Data do acesso: 10/06/2015.

\_\_\_\_\_. b. A economia solidária no governo federal. **mercado de trabalho**, v. 24, p. 3, 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/SINGER\\_\\_P.\\_-\\_A\\_Economia\\_Solid%C3%A1ria\\_no\\_Governo\\_Federal%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/SINGER__P._-_A_Economia_Solid%C3%A1ria_no_Governo_Federal%20(1).pdf) Data do acesso: 12/06/2015.

SMITH, Adam. **A riqueza da nações**. São Paulo, SP: Editora Nova Cultura, 1996. (Coleção Os Economistas)

TEIXEIRA, Aloisio. **O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

UOL ECONOMIA. Riqueza de 1% deve ultrapassar a dos outros 99% no mundo até 2016, diz ONG. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2015/01/19/riqueza-de-1-deve-ultrapassar-a-dos-outros-99-ate-2016-alerta-ong.htm> Data do acesso: 20/03/2015

## APÊNDICE

### Questões que nortearam as observações

1 – Você é livre para sair do GEA (Grupo Especializado de Abacaxi), quando quiser? Pode voltar quando quiser?

2 – Existem critérios para participar do GEA?

3 – Seu trabalho é só no GEA ou tem alguma outra atividade produtiva?

4 – Faz parte de outra associação ou grupo para fins de trabalho produtivo?

5 – Qual diferença entre trabalhar no GEA e em outra atividade individual?

6 – Como dividem o trabalho?

7 – Tem trabalho que exige maior qualificação em relação a outros?

8 – Todos os integrantes do GEA são capazes de desenvolver todas as atividades?

9 – Tem alguém que recebe algum valor diferenciado devido a especialização do seu trabalho?

10 – Como e quando é feito o planejamento do trabalho?

11 – Como e quando é feito o planejamento de atividades futuras?

12 – É feito planejamento de compras?

13 – É feito planejamento de vendas?

14 – É feita prestação de contas? De que forma?

15 – Ocorre questionamentos em relação as contas?

16 – Recorrem ao estatuto para resolver problemas administrativos?

17 – participa do grupo livremente ou deve alguma obrigação ou favor?

18 – O que te motivou e motiva a fazer parte do GEA?

19 – O que mudou a partir do momento em que você começou a participar do GEA?

20 – Precisa melhorar? O que?

## ANEXO 1

### GRUPO ESPECIALIZADO DE ABACAXI

#### REGIMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DO CONDOMÍNIO

##### I – Descrição do Empreendimento:

Implantação de 5,0 ha de Abacaxi, com condução da lavoura em sistema de condomínio, do qual fazem parte os 10 produtores rurais, que assinam este regimento.

##### II – Forma de Administração do Empreendimento:

Em reunião com os produtores rurais, foi discutida a forma de administração do condomínio, e ficou estabelecido que:

- 1- Todas as despesas e receitas auferidas pelo condomínio serão divididas de forma igualitária, entre os membros do grupo, cabendo a cada um 1/10 (um décimo) do total gasto ou recebido.
- 2- A lavoura será implantada na propriedade do Sr. Laércio Ferracioli, e o produtor receberá uma renda pela cessão de uso da área, equivalente a 3,75 % da produção total colhida pelo grupo.
- 3- O valor referente à renda citada no item 2 será calculado como despesa, a ser arcada por todos os membros do grupo, sem exceção.
- 4- A renda a que se refere o item 2 será paga durante a colheita do Abacaxi, juntamente com a parte de 1/10 (um décimo) a qual o produtor tem direito no condomínio.
- 5- A variedade a ser cultivada é de Smooth Cayenne e a lavoura será implantada e conduzida de acordo com a recomendação técnica prestada pela EMATER-Pr.
- 6- Todos os produtores que fazem parte do condomínio participarão de um treinamento sobre a Cultura do Abacaxi, que será ministrado pela EMATER-Pr. Além deste treinamento os produtores também serão capacitados pela EMATER-Pr, através da participação em excursões e dias de campo sobre a cultura e visitas técnicas na área do condomínio.
- 7- A coordenação do condomínio ficará a cargo de uma Comissão, composta por 3 produtores eleitos pelo grupo, com as funções de Coordenador Geral, Secretário e Tesoureiro e 3 suplentes para os mesmos cargos.
- 8- O Coordenador Geral terá com função:
  - a) Administrar o condomínio, seguindo um cronograma de ações a serem implementadas durante todo o ciclo da cultura.
  - b) Organizar a distribuição de tarefas entre os membros do grupo.
  - c) Agendar, juntamente com o Secretário, as datas das tarefas a serem executadas para cada membro do grupo.
  - d) Se responsabilizar pelo suprimento dos insumos necessários para a realização dos tratamentos culturais agendados.
  - e) Assinar cartas, ofícios e demais correspondências de interesse do condomínio.
  - f) Assinar as prestações de conta, juntamente com o tesoureiro do grupo.
- 9- O Tesoureiro terá com função:
  - a) Organizar o livro-caixa, com o controle de todas as despesas e receitas do condomínio.
  - b) Arquivar todos os comprovantes de despesas (recibos, notas fiscais, etc) feitas pelo condomínio.
  - c) Administrar todas as receitas auferidas pelo condomínio, com a devida distribuição entre os membros do grupo.
  - d) Se responsabilizar pela administração do Fundo de Reserva de que trata o item 12.
  - e) Apresentar prestação de contas trimestral para a apreciação de todos os membros do grupo.

10- O Secretário tem como função:

- a) Organizar o livro Ata, onde serão registradas todas as reuniões e tomadas de decisão feitas pelo grupo.
- b) Comunicar aos membros do grupo, com antecedência mínima de 3 dias, a realização de cada tarefa.
- c) Convidar os membros do grupo para reuniões extraordinárias ou comunicar o cancelamento de reuniões agendadas no item 11-c, com antecedência mínima de 3 dias.
- d) Redigir cartas, ofícios e demais correspondências de interesse do condomínio.

11- A Comissão deverá ser eleita para um período de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição.

12- Cabe a todos os membros do condomínio, inclusive à comissão de coordenação:

- a) Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do condomínio.
- b) Opinar, discutir e propor soluções para os problemas.
- c) Participar das reuniões mensais ordinárias, que ocorrerão na última 3ª-feira de cada mês, as 20:00 h, no salão do Bairro Boa Vista.
- d) Realizar as tarefas, juntamente com todo o grupo, de acordo com a agenda pré-estabelecida.
- e) Caso o produtor não possa executar a tarefa pessoalmente, deverá disponibilizar outra mão de obra, que execute o serviço com a mesma qualidade, e com ônus total para o produtor.
- f) Se houver descumprimento do que está acordado no item 11.d, o produtor deverá pagar uma multa no valor de 2 diárias referentes ao trabalho executado, cujo valor deverá ser revertido para o pagamento de quem executou a tarefa e o restante deverá ir para o Fundo de Reserva, descrito no item 12.
- g) Dividir as despesas referentes à contrapartida do grupo, de forma igualitária, no prazo determinado pelo grupo ou pelo fornecedor.
- h) Dividir as receitas auferidas pela comercialização da produção de forma igualitária, entre os 10 membros do grupo.

13- Os membros do grupo formarão um Fundo de Reserva de capital para pagamento de pequenas despesas (telefonemas, combustível, talão de recibos, livro ata, etc), com contribuição individual no valor de R\$ 10,00 (dez reais), sendo que o montante arrecadado deverá ser administrado pelo tesoureiro do grupo.

14 – Sempre que houver necessidade de compor o Fundo de Reserva novamente, o tesoureiro deverá prestar contas do que foi gasto anteriormente e fazer nova coleta.

15- Quando não houver consenso nas tomadas de decisões pelo grupo, as mesmas deverão ser decididas em regime de votação (aberta ou secreta), sendo que cada produtor tem direito a um voto, acatando-se a decisão da maioria, representada por 50% + 1 voto, no mínimo, dos produtores presentes. Todas as tomadas de decisão, por eleição, só poderão ocorrer quando constarem na pauta da reunião e com a presença de no mínimo 50% dos produtores do grupo.

15- Para a solução de problemas que venham a surgir no decorrer da atividade e que não estejam previstos neste regulamento, o grupo será soberano na tomada de decisões.

Estando de acordo com o Regimento acima, firmam o presente: